



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO PROF^a CINOBELINA ELVAS
Rodovia Municipal Bom Jesus – Viana km 01, Planalto Horizonte - 64900-000 – Bom Jesus – PI.
Homepage: www.ufpi.br



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR
DEPARTAMENTO DE POLÍTICAS DE ENSINO SUPERIOR
COORDENAÇÃO DAS COMISSÕES DE ESPECIALISTAS DE ENSINO
COMISSÃO DE ESPECIALISTAS DE ENSINO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS
REFORMULAÇÃO DO CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE LICENCIATURA EM
CIÊNCIAS BIOLÓGICAS



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR
DEPARTAMENTO DE POLÍTICAS DE ENSINO SUPERIOR
COORDENAÇÃO DAS COMISSÕES DE ESPECIALISTAS DE ENSINO
COMISSÃO DE ESPECIALISTAS DE ENSINO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS
REFORMULAÇÃO DO CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE LICENCIATURA EM
CIÊNCIAS BIOLÓGICAS

Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas apresentado à Pró-Reitoria de Ensino e Graduação para fins de reformulação e execução no Campus Universitário Professora Cinobelina Elvas, UFPI-Bom Jesus (PI).



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	7
1. O CONTEXTO REGIONAL: O ESTADO DO PIAUÍ	8
2. O CONTEXTO LOCAL: A CIDADE DE BOM JESUS	10
3. A UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ: 40 ANOS DE CONTRIBUIÇÃO À HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DO PIAUÍ	12
3.1 Missão da UFPI	15
3.2 Princípios de Organização da Estrutura	15
3.3 Dos objetivos e Metas	16
4. O CAMPUS UNIVERSITÁRIO PROFESSORA CINOBELINA ELVAS	17
5. O CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	18
5.1 Concepções, Finalidades, Objetivos e Bases Filosóficas do Curso	18
5.2 Perfil do egresso	19
5.3 Competências e Habilidades	20
5.4 Princípios Curriculares	22
<i>5.4.1 Aspectos inovadores na Integração Ensino, Pesquisa e Extensão</i>	<i>23</i>
5.5 Conteúdos Curriculares	24
5.6 O processo de ensino-aprendizagem	25
<i>5.6.1 O papel do aluno e do professor</i>	<i>26</i>
<i>5.6.2 Organização do Curso</i>	<i>27</i>
<i>5.6.3 Sistemática de Avaliação</i>	<i>27</i>
5.6.3.1 Avaliação do processo de ensino-aprendizagem	27
5.6.3.2 Avaliação do projeto político-pedagógico do curso	28
5.7 Matriz Curricular e fluxograma	34
5.8 Ementário das disciplinas Obrigatórias e Optativas	35
5.9 Prática como componente curricular	60
5.10 Equivalência Curricular	63
5.11 O Estágio Supervisionado Obrigatório	67
5.12 As atividades complementares	67



5.13 O trabalho de conclusão de curso	69
5.14 Quadro de Recursos Humanos	70
6.0 Condições de Implementação	76
6.1 Laboratórios existentes	76
6.2 Horário de atendimento	80
6.3 Política de aquisição de livros	80
7.0 Apêndices	81
8.0 Anexos	83



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ

REITOR

Prof. Dr. Luiz de Sousa Santos Júnior

VICE-REITOR

Prof. Dr. Edwar de Alencar Castelo Branco

PRO-REITOR DE ENSINO E GRADUAÇÃO

Prof. Dra. Regina Ferraz Mendes

COORDENADORIA DE CURRÍCULO

Prof. Dra. Antonia Dalva França Carvalho

CAMPUS UNIVERSITÁRIO PROFESSORA CINOBELINA ELVAS

DIRETOR:

Prof. Dr. José Lindenberg Rocha Sarmiento

CHEFIA DO CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS

CHEFE:

Profa. Dra. Luciana Barboza Silva

**COMISSÃO DE REFORMULAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE
LICENCIATURA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS – BOM JESUS**

Fábio Barros Britto

Luciana Barboza Silva

Maraisa Lopes



DENOMINAÇÃO DO CURSO: Licenciatura em Ciências Biológicas

DURAÇÃO DO CURSO:

Ideal: 4 anos

Média: 4,5 anos

Máximo: 6,0 anos

NUMERO DE VAGAS ANUAIS: 80 (Oitenta) – 40 para o 1º semestre letivo (vespertino) e 40 para o 2º semestre letivo (Noturno).

TURNO DE FUNCIONAMENTO: Vespertino e Noturno

Carga horária total do curso: 3090 horas

Equivalentes a: 206 créditos

Subdividida em: Eixo de Formação Específica: 1950 horas/aula

Eixo de Formação Prática como Componente Curricular: 404 horas/aula

Eixo do Estágio Supervisionado: 405 horas/aula

Eixo de Formação Livre: 120 horas/aula

Eixo de Formação Complementar: 210 horas

Total – 3090 horas

TÍTULO ADMINISTRATIVO

Licenciado em Ciências Biológicas

FORMA DE ACESSO AO CURSO

O vestibular ou o Sisu (Sistema de Seleção Unificado do MEC), quando definido pelo CEPEX como processo de seleção ordinário para ingresso na UFPI, será realizado com periodicidade definida pelo CEPEX (anual ou semestral).



APRESENTAÇÃO

Há muito observam-se apontamentos para o fato de que a educação está diretamente ligada ao desenvolvimento dos quadros social, político e econômico de um país; razão pela qual, cada vez mais, temos podido acompanhar discussões acerca dessa esfera.

Embora tenhamos nos deparado, nas últimas décadas, com sugestões de reformas educacionais, compreendemos que longo ainda é o caminho na busca de amadurecimento de uma percepção coletiva da educação como um problema nacional, uma vez que desde 1932, ano em que se tornara público o “Manifesto dos Pioneiros da Educação”, já se tem registrado sua sobrelevada importância e gravidade.

Ainda nessa esteira, faz-se relevante mencionar a proposição do Artigo 150, da Constituição Federal de 1934, que apontava para a necessidade de fixação, coordenação, execução e fiscalização de um “plano nacional de educação, compreensivo do ensino de todos os graus e ramos, comuns e especializados; (...) em todo o território do País”; fato que culminaria, quase trinta anos mais tarde, na primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 4.024, de 1961, e, no primeiro Plano Nacional de Educação (PNE), publicado em 1962.

No entanto, a efetiva colaboração entre os Estados, o Distrito Federal e os Municípios no âmbito da Educação tomaria forma, em 1996, momento em que se reorganizam as Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394, e, estabelece-se a Década da Educação, com diretrizes e metas para os dez anos posteriores, em sintonia com a Declaração Mundial sobre Educação para Todos.

Decorridos dezesseis anos, muitas tentativas de mudança e discussões sem resultados reais, vivemos, hoje, no Brasil, um momento único e especial, pois vemos, definitivamente, a abertura de um espaço de formulações educativas, legislativas e executivas que toquem verdadeiramente a problemática da Educação Brasileira, dos ainda expressivos índices de analfabetismo e da preocupante constatação de que muitos brasileiros permanecem à margem da sociedade, pois inserem-se nas fatídicas estatísticas de analfabetismo funcional que assolam os cidadãos menos favorecidos sócio e economicamente.

Sobre isso, é necessário reiterar, tal qual o PNE (2000), que muito se tem perdido da capacidade formadora e transformadora do ser humano, naquilo que tange à sua participação no processo de construção de uma sociedade mais justa e democrática, já que um povo que não domina a leitura e a escrita das diferentes linguagens e códigos, é um povo que se constrói sem a clara consciência de sua identidade cultural, histórica e política.

Remontando à Constituição Federal (1988), somos lembrados de que temos direito à Educação, uma vez que esta se constitui enquanto dever do Estado, devendo ser oferecida a todo e qualquer cidadão, inclusive aos que não tiveram acesso, a ela, em idade própria. Entretanto, temos assistido a



outra realidade: a da precariedade de grande parte das escolas públicas brasileiras, tanto no que diz respeito à sua estrutura física, quanto ao baixo nível de formação dos professores e à ineficiência da capacidade gestora de seus administradores.

Afora as dificuldades empiricamente materiais, acreditamos ser relevante destacar a necessidade premente de formação de professores, importantes atores sociais do complexo processo de ensino e aprendizagem. Nesse meandro, instauram-se as demandas às Universidades Brasileiras, pólos de resposta às mais diversas reivindicações sociais.

Pensando nessas demandas e reforçando seu papel basilar, é que a Universidade Federal do Piauí, mais propriamente, o Campus Universitário Professora Cinobelina Elvas, coloca-se frente à inevitabilidade de proposição de cursos de licenciatura, para que se instaure um espaço coletivo de produção técnico-científica acerca dos mais variados temas relacionados à Educação Brasileira.

1. O CONTEXTO REGIONAL: O ESTADO DO PIAUÍ¹

No ano de 1606, portanto, no início do Século XVII, foram promovidas as primeiras incursões ao território piauiense, quando o Piauí funcionava como "ponte" entre as Capitânicas de Pernambuco e Maranhão. Novas notícias surgem a esse respeito em 1656, quando um grupo de pessoas fez o trajeto inverso, ou seja, do Maranhão para Pernambuco, sob a chefia de André Vidal de Negreiros.

Existe muita controvérsia sobre datas e nomes de pessoas que iniciaram o desbravamento das terras piauienses, mas é certo que a Casa da Torre, instalada no oeste baiano, comandada por Garcia de Ávila, iniciou a ocupação das terras do sudeste, abrindo campos para os rebanhos bovinos, que se multiplicaram rapidamente e, em paralelo, combatendo os indígenas.

Em termos administrativos, o Piauí esteve sob a bandeira de Pernambuco até 1701, quando, em 3 de março daquele ano, uma Carta Régia enviada ao Governador de Pernambuco anexava o Piauí ao Maranhão. A autonomia veio em 1761, por meio de [outra] Carta Régia, datada de 19 de junho. Por meio deste instrumento, a Vila do Mocha ascendia à condição de cidade e oito povoados foram alçados à condição de Vila. Em 13 de novembro do mesmo ano, o Governador João Pereira Caldas impunha o nome de São José do Piauí à Capitania e mudava o nome da capital de Vila do Mocha para Oeiras.

A completa independência em relação ao Maranhão somente aconteceu em 26 de setembro de 1814, quando, por força de um Decreto Real, o Governo Militar do Piauí foi separado do Governo

1



Militar do Maranhão e, em 10 de outubro, uma nova Carta Régia isentaria o Piauí da jurisdição maranhense.

O Piauí aderiu à declaração de independência política de D. Pedro I, feita em 7 de setembro de 1822, e, foi palco de memorável batalha contra o jugo português, em 1823, a *Batalha do Jenipapo*, em oposição às tropas de Fidié, que defendia a manutenção da Coroa Portuguesa.

O primeiro governador do Piauí foi João Pereira Caldas, português de Valença, nascido em agosto de 1720. Foi nomeado em julho de 1758, prestando juramento em janeiro de 1759, em Belém, no Pará. Deslocou-se, algum tempo mais tarde, para o Piauí e tomou posse na Mocha. Governou durante os seis anos seguintes.

Manuel de Sousa Martins, piauiense, agraciado com o título de Visconde da Parnaíba, transformou-se num dos mais destacados personagens da história da Província, mercê das suas habilidades políticas. Teve papel preponderante no cenário da independência na Província, em 1823, ano em que também foi nomeado Governador, permanecendo no cargo até 1843.

Em 1850, assumiria o governo outra ilustre figura da história piauiense: José Antônio Saraiva, nascido na Bahia, em 1823, dono de uma movimentada vida política no cenário nacional - deputado, senador, ministro e presidente de várias províncias, inclusive a de São Paulo, além de participar de negociações relativas às pendências com países do sul do continente, em particular, com o Uruguai. Foi nomeado presidente do Piauí em 1850, governando até 1853. Na sua gestão, ele fundou a Vila Nova do Poti, para onde mudou a sede do governo em 1852; logo após, deu à localidade nova denominação, passando a chamá-la de Teresina, em homenagem a Teresa Cristina, do Paço Imperial.

Os governos monarquistas foram encerrados com Lourenço Valente de Figueiredo, presidente no momento em que a república foi proclamada. Valente foi imediatamente substituído por uma Junta Governativa Provisória. Em 1892, assumiu o governo Coriolano de Carvalho, originário da Escola Militar do Rio de Janeiro, com a finalidade de consolidar o novo regime no Piauí.

No início dos anos 1900, começou-se a pensar em melhorias para a Capital, tais como o abastecimento d'água domiciliar com canalização direta, embora a água não fosse submetida a tratamento. O Piauí era um Estado completamente desconhecido. Arlindo Nogueira (1900/1904), Álvaro Mendes (1904/ 1907), Anísio de Abreu (1907/ 1909), que faleceu no exercício do cargo, seguido por Arlindo Nogueira, que concluiu o mandato, preocuparam-se em divulgar as riquezas (ainda não mensuradas) do Estado, particularmente de minerais.

Em 1909, assumiu Vitorino Freire, que procurou fomentar a agricultura e investiu no ensino e na cultura, criando a Escola Normal, a Escola Modelo e o Arquivo Público. Iniciou-se a implantação da energia elétrica na Capital, aposentando-se as luminárias a óleo. Além disso, a rede telegráfica fora



aumentada, a Polícia Militar reorganizada e as condições para ampliação da navegação no rio Parnaíba proporcionadas.

No início da década de 1920, chegou ao governo João Luis Ferreira, um dos mais lúcidos governadores que o Piauí já teve. Ciente das potencialidades do Estado, mas conhecedor da pouca disponibilidade de dinheiro, decidiu fazer aquilo que fosse possível sem onerar as gerações futuras, concluindo muitas obras iniciadas no passado.

A Revolução de 30 fez alçar ao Governo o cearense Landri Sales, militar que assumiu na condição de Interventor. A história registra que, não obstante a insatisfação de políticos locais, Landri Sales fez uma das mais honestas e profícuas administrações e deu exemplo de "bom administrador da coisa pública". Incentivou desenvolvimento do setor agropecuário; fundou o Núcleo Agrícola de David Caldas, na forma de Colônia; distribuiu sementes selecionadas; melhorou geneticamente os rebanhos bovinos; construiu conjuntos habitacionais e melhorou o desenvolvimento da indústria.

Em meados da década de 60, destacou-se o governador Petrônio Portella (1963/66), que já havia sido Senador, presidente do Senado e do Congresso Nacional, e, tivera grande influência junto aos governos militares.

Alberto Silva (1971/75) iniciou o processo das grandes transformações, realizando grandes obras de asfaltamento de rodovias, melhoramentos na capital e no interior; e, ampliação do sistema de abastecimento d'água em Teresina.

Esses trabalhos tiveram prosseguimento com os governadores subsequentes (em escalas diferentes), com construção de barragens e de hospitais, ampliação dos sistemas de Abastecimento d'água nas cidades interioranas e muitas outras obras de infra-estrutura.

A história contemporânea caracteriza-se pelas enormes dificuldades que os governadores encontram para obter equilíbrio nas contas e na vida administrativa estadual, pois, ao longo dos anos, multiplicaram-se os problemas sociais, mesmo se considerados os avanços conseguidos noutros setores da vida do Estado.

2. O CONTEXTO LOCAL: A CIDADE DE BOM JESUS

Quando procuramos informações sobre o estabelecimento do município de Bom Jesus, somos remetidos ao início do século XIX (1801), época em que chegava e fixava residência o Senhor Nicolau Barreiros, devoto do Senhor Bom Jesus da Boa Sentença; devoção essa que culminaria na criação de uma Capela de Palha às Margens do Riacho Grotão.

A partir da criação desse templo, celebrar-se-ia a Novena em homenagem ao santo supracitado; o



que, por sua vez, corroboraria a instauração do âmbito comercial e a consequente fixação de famílias no entorno dessa construção.

Quase dois séculos depois, um novo desbravamento pôde ser acompanhado: o cerrado da Serra do Quilombo passaria a ser utilizado para a produção de soja, fato que contribuiria para uma rápida aceleração nas questões comerciais e habitacionais da região.

Almejando a fixação da população e a geração de maiores oportunidades e melhorias sociais, em meados de 2000, estabeleceu-se o Campus da Universidade Estadual do Piauí – UESPI, e, em, 2006, o Campus Professora Cinobelina Elvas da Universidade Federal do Piauí – UFPI deu início às suas atividades acadêmicas.

Priorizando cursos que contribuiriam para o desenvolvimento do Agronegócio, já instalado na região, significativa foi a colaboração das universidades estadual e federal quanto às singulares transformações ocorridas em Bom Jesus.

No entanto, quando pensamos a Educação Básica, remontamos ao fato de que a cidade, ainda, padece com a ausência de professores das mais diversas áreas e de condições de trabalho em determinadas localidades e apresenta um elevado índice de analfabetismo entre pessoas com mais de 25 anos (36,62 % da população, de acordo com os dados do INEP/MEC), já que mais da metade da população permaneceu menos de 5 anos na escola. Além disso, há quase uma década, tem sido observada uma queda na parcela destinada pelo FUNDEF (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério) às ações educativas do município.

Diante do quadro, aqui, minimamente descrito, constatamos e acreditamos que urja a necessidade de abertura de mais cursos de licenciatura, para que se possa formar profissionais em educação que, verdadeiramente, se engajem em projetos que contribuam para a melhoria social e a formação global dos sujeitos inseridos neste contexto.



3. A UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ: 40 ANOS DE CONTRIBUIÇÃO À HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DO PIAUÍ²

Primeiro (1º) de Março de 2011, data importante no cenário educacional piauiense, tendo em vista que foi comemorado os 40 Anos de Instalação da Universidade Federal do Piauí (UFPI), Instituição Federal de Educação Superior (IFES) considerada ícone da formação profissional superior no Estado.

A História da Educação do Piauí traz em seus escritos o marco constituído por fatos históricos e políticos que fecundaram a criação da Universidade Federal do Piauí, a partir da junção de faculdades isoladas até então existentes no Estado: Faculdade de Direito do Piauí, Faculdade de Medicina, Faculdade Católica de Filosofia do Piauí, Faculdade de Odontologia do Piauí, de Teresina, e a Faculdade de Administração do Piauí, de Parnaíba.

Em documentos histórico-oficiais constata-se que a Universidade Federal do Piauí foi instituída sob a forma de Fundação, por meio da Lei Federal Nº 5.528, de 12 de novembro de 1968 (publicada no Diário Oficial da União em 18 de junho de 1969), sendo posteriormente regulamentada pelo Decreto-Lei Federal Nº 656, de 27 de junho de 1969 (publicado no Diário Oficial da União em 30 de junho de 1969).

Com isso, foram criadas as exigências legais que garantiram as condições objetivas para a implantação da Universidade Federal do Piauí, cuja instalação ocorreu em primeiro de março de 1971 (01/03/1971), no Salão de Festas da Sociedade Civil Clube dos Diários, em Teresina, Piauí, em meio a uma solenidade pública dirigida pelo Professor Robert Wall de Carvalho, investido naquele ato histórico-político como *Reitor Pro Tempore* e, presidida, pelo então Governador do Estado do Piauí, João Clímaco D’Almeida. A partir disso, teriam início as atividades acadêmico-administrativas de uma Instituição de Educação Superior da maior significância para o desenvolvimento social, econômico, político e cultural do Estado do Piauí.

Desde sua inauguração, foram anos de estruturação e de tentativas de melhorias de sua organização e funcionamento, condicionados, sempre, aos poucos recursos financeiros. No entanto, em fins de 2004, esta Instituição iniciou sua fase mais promissora, buscando consolidar-se como expoente no cenário nordestino e brasileiro, uma vez que, até então, padecia de um processo de praticamente estagnação e falta de perspectivas de desenvolvimento.

É perceptível, sem buscar detalhes, que, nos últimos seis anos, a Universidade Federal do Piauí, apoiada por políticas educacionais do governo federal, vem se notabilizando por um processo de

² Texto disponível em <<http://www.ufpi.br/arquivos/File/UFPI%20ESPECIAL%2040%20ANOS.pdf>>, acesso em 26.mar.2011, às 15h29. Autores: Prof. Dr. Antonio José Gomes, do Departamento de Fundamentos da Educação (DEFE), do Centro de Ciências da Educação “Prof. Mariano da Silva Neto” (CCE) e Coordenador de Apoio e Assessoramento Pedagógico, da Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (PREG)/UFPI e Prof. Dr. Luiz de Sousa Santos Júnior, do Departamento de Química, do Centro de Ciências da Natureza (CCN) e Reitor da Universidade Federal do Piauí.



transformação no seu modo de ser, de operar e de lidar com as inquietudes do Estado do Piauí e do Brasil; razão que contribuiu para a considerável mudança em sua relação com a comunidade acadêmica (professores, alunos, servidores, terceirizados), sobretudo visando ao atendimento das demandas da sociedade piauiense.

Por isso, o ano de 2005 se coloca como marco histórico desse processo transformador, pois a UFPI iniciou a sua expansão e alargou seus horizontes acadêmico-administrativo-institucionais para oferecer educação superior de qualidade a uma parcela da população piauiense que, até então, estava alijada desse direito constitucional subjetivo.

O processo de expansão da UFPI traz consigo a concretização da esperança de jovens, adolescentes, adultos e idosos de distantes rincões do Piauí, antes impossibilitados de ascender à conquista de um diploma de nível superior; mas, traz, igualmente, a perspectiva de mudança de mentalidade do povo piauiense, acreditando-se na possibilidade de superação do atraso sócio-econômico-histórico-cultural em que se encontrava o Estado. A UFPI é, hoje, sem a menor dúvida, uma realidade palpável em regiões importantes do território piauiense, contando com novos *campi* universitários e diversos cursos: em Picos (“Senador Helvídio Nunes de Barros”) – sete, Parnaíba (“Ministro Reis Velloso”) – sete, Bom Jesus (“Professora Cinobelina Elvas”) – cinco e Floriano (“Amílcar Ferreira Sobral”) – quatro!

Mas o destaque no cenário de reformas que a UFPI vem empreendendo é para o ano de 2007, quando o Conselho Universitário (CONSUN) aprovou seu Plano de Reestruturação e Expansão (REUNI). Naquele ano, além dos quatro cursos para a cidade de Floriano, mais sete novos cursos de graduação foram aprovados para o *Campus* Universitário “Ministro Petrônio Portella”, de Teresina.

Na realidade, a partir de 2006 foram criados 29 novos cursos presenciais de graduação na UFPI e mais oito novos cursos técnicos de nível médio, sendo dois em Bom Jesus, três em Floriano e três em Teresina. Hoje, são 67 cursos presenciais de graduação, distribuídos nos cinco *campi*, abrangendo todas as regiões do Piauí. Além disso, é importante mencionar também o incremento e a viabilização de inúmeros projetos de extensão e a consolidação da pós-graduação *stricto sensu*, com a criação de mestrados em Bom Jesus – três, em Parnaíba – um, Teresina – doze e de doutorados em Teresina – cinco.

A criação e instalação do Centro de Educação a Distância (CEAD), que oferece ensino superior a distância por meio de dez cursos credenciados pela Universidade Aberta do Brasil (UAB), garante uma melhor prestação de serviços da UFPI à sociedade piauiense, seja na formação acadêmica seja na prestação de assistência e serviços àqueles que não dispõem de tempo para frequentar os cursos presenciais.



São muitas as transformações que a Universidade Federal do Piauí vem realizando e ainda almeja em todos os níveis de sua atuação acadêmico-administrativa. Exemplos importantes de realização podem ser citados como: a criação de vários sistemas *on-line* facilitando as ações acadêmico-administrativas (Sistema Eletrônico de Acompanhamento de Monitoria, Sistema Acadêmico da Graduação, Sistema Acadêmico da Pós-Graduação, Sistema de Iniciação Científica, Sistema de Distribuição de Benefícios da PRAEC).

A contratação de 255 novos técnico-administrativos, a redistribuição de carga horária docente em sala de aula, mas, principalmente a contratação de mais 815 novos professores vem contribuindo para melhorar as ações da UFPI, notadamente no que diz respeito à oferta de disciplinas para atender aos quase seis mil alunos que ingressam na Instituição a cada ano, somando-se quase 20 mil discentes presenciais em 2010, aos quais é concedida significativa assistência estudantil. Aliado a tudo isso, é necessário mencionar a reforma de prédios, salas de aulas, laboratórios de ensino, laboratórios de pesquisa, auditórios, banheiros, entre outros, bem como o equipamento de salas de aulas, laboratórios, bibliotecas, departamentos de ensino, coordenações de cursos, chefias de cursos e setores da administração superior.

De 2004 até dezembro de 2010 foram mais de 100 mil m² de área nova construída na Universidade Federal do Piauí, que se somaram aos já 130 mil m² existentes.

Há de se mencionar, também, a requalificação, reestruturação e expansão do Hospital Escola (HE), que está prestes a ser inaugurado, podendo contribuir, sobremaneira, para minimizar dificuldades relacionadas à saúde pública do Piauí. Com instalações modernas e arrojadas, possui 213 leitos para internação, 21 leitos para UTI, 54 consultórios, além de salas para cirurgias, exames especializados e análises clínicas e patológicas. Com mais de 22 mil m² de área construída, sua capacidade de atendimento será da ordem de 30 mil pessoas por mês em diversas especialidades (hemodinâmica, cirurgia cardíaca, cirurgia bariátrica, transplante de órgãos, neurologia, oncologia, ortopedia), com destaque para a clínica da saúde da mulher, e, destina-se também ao ensino, pesquisa e extensão.

São, portanto, quatro décadas de uma jovem Instituição que faz história no cenário piauiense e nordestino, começando a ganhar de forma meritocrática visibilidade em âmbito nacional. A UFPI está realmente sendo repensada, revista, recriada, reestruturada e isso vem ocorrendo, também, por meio da revisão de resoluções normativas internas, algumas historicamente desatualizadas, assim como por intermédio da aprovação de outras necessárias e urgentes a darem estabilidade ao projeto de reestruturação e mudanças que vem ocorrendo em Teresina e no Interior do Estado.



3.1 Missão da UFPI³

De acordo com o Estatuto da Universidade, é missão da UFPI “propiciar a elaboração, sistematização e socialização do conhecimento filosófico, científico, artístico e tecnológico permanentemente adequado ao saber contemporâneo e à realidade social, formando recursos que contribuam para o desenvolvimento econômico, político, social e cultural local, regional e nacional”.

A dinamicidade do mundo atual exige que as Universidades respondam, de forma rápida e criativa, às novas exigências do mundo globalizado, visando a formar profissionais inovadores, criativos e adequados aos novos mercados de trabalho demandados. Assim, com base em proposições da Declaração Mundial sobre a Educação Superior no século XXI (UNESCO, 1998), referendadas e atualizadas no documento intitulado “World Conference on Higher Education: The New Dynamics of Higher Education and Research for Societal Change and Development (UNESCO, 2009), a UFPI elegeu alguns referenciais para orientar o cumprimento da sua missão.

Referenciais orientadores do cumprimento da missão da UFPI

- Respeito à pessoa enquanto indivíduo, cidadão, membro da Instituição e da comunidade externa;
- Respeito à diversidade de pensamento, assegurando a pluralidade de opiniões;
- Convivência na diversidade, de tal modo que sejam respeitadas as diferenças e as divergências;
- Disseminação de todas as formas de conhecimento pertinentes à Instituição, democratizando continuamente o acesso;
- Produção e inovação de conhecimentos científicos e tecnológicos que respondam às demandas sociais;
- Compromisso com a sua missão e os seus objetivos, privilegiando-a em detrimento aos interesses particulares individuais ou de grupo.

3.2 Princípios de Organização da Estrutura⁴

A estrutura organizacional da UFPI, segundo o seu Estatuto, é regida pelos seguintes princípios: “a) unidade de patrimônio e administração; b) organicidade de estrutura, com base em Departamentos reunidos em unidades denominadas Centros de Ciências e de Tecnologia, de coordenação setorial; c) indissociabilidade das funções de ensino, pesquisa e extensão, vedada a duplicação de meios para fins idênticos ou equivalentes; d) racionalidade de organização, com utilização plena de recursos humanos e

³ Texto constante do Programa de Desenvolvimento Institucional (2010-2014) da Universidade Federal do Piauí.

⁴ Texto constante do Programa de Desenvolvimento Institucional (2010-2014) da Universidade Federal do Piauí.



materiais; e) universalidade de campo, pelo cultivo das áreas fundamentais dos conhecimentos humanos e de áreas técnico-profissionais; f) flexibilidade de métodos e critérios, com vistas às diferenças individuais dos alunos, às peculiaridades regionais e às possibilidades de combinação dos conhecimentos para novos cursos e projetos de pesquisa”.

A observância destes princípios é regida pelas seguintes normas: a) as Unidades de ensino são órgãos, simultaneamente, de ensino, pesquisa e extensão nos respectivos campos de estudo; b) o ensino, a pesquisa e a extensão desenvolvem-se mediante a cooperação das unidades responsáveis pelos estudos compreendidos em cada área pertinente; existem Órgãos Suplementares, de natureza técnica, cultural, científica, recreativa e assistencial para seus corpos docentes, discentes e administrativo.

3.3 Dos objetivos e Metas⁵

O artigo 3º do Estatuto da Universidade Federal do Piauí explicita que os objetivos da instituição são “cultivar o saber em todos os campos do conhecimento puro e aplicado, de forma a: a) estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo; b) formar diplomados nas diferentes áreas do conhecimento para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na formação contínua; c) incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia em consonância com os desafios da sociedade brasileira; d) promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, da publicação de resultados de pesquisas e de outras formas de comunicação; e) suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural, profissional e possibilitar a correspondente concretização e integração dos conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizada do conhecimento de cada geração; f) estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestando serviços especializados à comunidade e estabelecendo com esta uma relação de reciprocidade; e, g) promover extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica, geradas na instituição”.

As metas institucionais são planejadas quinquenalmente e estabelecidas anualmente, de maneira participativa, sendo seu cumprimento avaliado com a mesma periodicidade.

⁵ Texto constante do Programa de Desenvolvimento Institucional (2010-2014) da Universidade Federal do Piauí.



A UFPI é uma instituição pública de ensino superior historicamente comprometida com o desenvolvimento do estado do Piauí, região Nordeste/Meio Norte e, conseqüentemente, com o do País. Para consolidar essa missão, ela procura disseminar suas formas de atuação em áreas geograficamente diversificadas, investindo permanentemente nas dimensões quantitativa e qualitativa dos seus projetos acadêmicos, científicos, tecnológicos e culturais.

Partindo da compreensão de que a educação superior cumpre uma função estratégica no desenvolvimento econômico, social e cultural das nações, a UFPI constrói formas efetivas de cooperação institucional nos contextos regional, nacional e internacional. Uma das prioridades institucionais é a integração entre os diversos níveis e modalidades de ensino, pesquisa e extensão, buscando privilegiar os projetos e programas de impacto acadêmico e social com repercussões de caráter local, regional, nacional e internacional. A implementação dessa política advém da compreensão da comunidade universitária de que a expansão do ensino superior público, gratuito e de qualidade constitui instrumento indispensável.

4. O CAMPUS UNIVERSITÁRIO PROFESSORA CINOBELINA ELVAS

O Campus Universitário Prof^a. Cinobelina Elvas (CPCE), implantado em 2006, a partir do projeto de expansão da Universidade Federal do Piauí, no município de Bom Jesus, oferece, atualmente, o curso de Licenciatura em Ciências Biológicas (Resolução CEPEX/UFPI N° 149 de 06 de 2006) e os cursos de bacharelado em Engenharia Agrônoma (Resolução CEPEX/UFPI n° 220/06 de 19 de dezembro de 2006.), em Engenharia Florestal (Resolução CEPEX/UFPI n° 188/06 de 23 de outubro de 2006), em Medicina Veterinária (Resolução CEPEX/UFPI n° 189/06 de 23 de outubro de 2006) e em Zootecnia (Resolução CEPEX/UFPI n° 190/06 de 23 de outubro de 2006). Além disso, possui três cursos de Mestrado aprovados e já em funcionamento, dois na área de Agronomia – um em Solos e Nutrição de Plantas e outro em Fitotecnia, e, um na área de Zootecnia.

O Campus possui corpo docente qualificado em diferentes áreas de conhecimento, o que tem viabilizado o ensino em nível de graduação e pós-graduação de qualidade, além de possibilitar a execução de pesquisas direcionadas aos interesses da região. Essas iniciativas têm sido importantes para a difusão de tecnologias e para a geração de emprego e renda local, já que a demanda por profissionais especializados nas distintas áreas de conhecimento é premente na região.

O CPCE dispõe de infraestrutura composta por blocos que abrigam os laboratórios, salas de aula, biblioteca, laboratório de informática, restaurante universitário e administração do Campus. Com os recursos do convênio UFPI-MCT/FINEP/Ação Transversal-Novos Campi, por meio do Edital 05/2006,



estão sendo implantados os laboratórios de Conservação de Germoplasma Vegetal, Nutrição Animal, Físico-Química e Controle Microbiológico de Alimentos (implantado a primeira parcela e em implantação da segunda). Com os recursos do convênio UFPI- MCT/FINEP/Ação Transversal-Campi Regionais, através do Edital 03/2007, estão sendo implantados os laboratórios de Biologia Molecular, Microscopia e Biociências. Além de contrapartida da UFPI, por meio de recursos próprios, tem contribuído substancialmente no que se refere à estrutura física e equipamentos, o que tem viabilizado a execução de projetos de pesquisa nas diversas áreas de estudo.

Apesar do tempo de funcionamento, o CPCE apresenta uma significativa demanda por projetos de pesquisa, observando-se atualmente mais de 20 (vinte) projetos de pesquisa em execução, alguns amparados pela própria Instituição e outros financiados por órgãos de fomento como FAPEPI (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Piauí), BNB (Banco do Nordeste) e CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico).

Neste contexto, há a necessidade de se implantarem novos cursos, de Graduação e de Pós-Graduação, que contribuam efetivamente para o desenvolvimento regional, visando a consolidação do Campus de Bom Jesus como uma unidade de pesquisa, além de contribuir com a fixação de doutores na região.

5. O CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS

5.1 Concepções, Finalidades, Objetivos e Bases Filosóficas do Curso

O curso proposto, firmado em concepções sociais modernas e valores humanistas, centra-se no propósito de oferecer, ao profissional de Biologia, na modalidade licenciatura, opções de conhecimento que lhe possibilitem a inserção no mercado de trabalho, considerando os diferentes contextos interculturais e sem perder de vista seu compromisso ético e sua responsabilidade socioeducacional.

Além disso, o curso visa garantir, ao aluno, o domínio de conteúdos, métodos e abordagens relativos à docência e ao trabalho voltado para o Ensino Básico, em escolas públicas e privadas.

Busca-se, assim, uma educação sintonizada com o seu tempo, concretizando-se com a ampliação das possibilidades educacionais ajustadas aos valores essenciais da convivência humana. Princípios como tolerância, respeito às diferenças, opções construídas consensualmente, permitirão um terreno firme sobre o qual se desenvolverão as atividades educacionais. Dessa forma, as diferentes tendências filosófico-pedagógicas potencializarão o desenvolvimento da criticidade, valorizando-se a conformação de opções existenciais e profissionais, individuais e coletivas, voltadas para a construção de uma



sociedade mais justa.

5.2 Perfil do egresso

O objetivo do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas é formar educadores responsáveis pelo aperfeiçoamento do processo educativo, do sistema educacional do país, bem como um crítico dos processos históricos da evolução da educação, visando sempre um ensino ativo e participativo que estimule nos alunos a capacidade de pensar, lógica e criticamente.

De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Ciências Biológicas, Parecer CNE/CES 1.301/2001, o profissional Licenciado em Ciências Biológicas deve ser generalista, crítico, ético, e cidadão com espírito de solidariedade; detentor de adequada fundamentação teórica, como base para uma ação competente, que inclua o conhecimento profundo da diversidade dos seres vivos, bem como sua organização e funcionamento em diferentes níveis, suas relações filogenéticas e evolutivas, suas respectivas distribuições e relações com o meio em que vivem. Consciente da necessidade de atuar com qualidade e responsabilidade em prol da conservação e manejo da biodiversidade, políticas de saúde, meio ambiente, biotecnologia, bioprospecção, biossegurança, na gestão ambiental, tanto nos aspectos técnico-científicos, quanto na formulação de políticas, e de se tornar agente transformador da realidade presente, na busca de melhoria da qualidade de vida; comprometido com os resultados de sua atuação, pautando sua conduta profissional por critérios humanísticos, compromisso com a cidadania e rigor científico, bem como por referenciais éticos legais; consciente de sua responsabilidade como educador, nos vários contextos de atuação profissional; apto a atuar multi e interdisciplinarmente, adaptável à dinâmica do mercado de trabalho e às situações de mudança contínua do mesmo; preparado para desenvolver ideias inovadoras e ações estratégicas, capazes de ampliar e aperfeiçoar sua área de atuação; orientar os discentes, de forma científica e cultural, respeitando a vida em todas as suas formas e manifestações, preservando a qualidade do meio ambiente, assegurando a defesa do bem comum e garantindo a manifestação da vida e dos processos vitais. Além de ter como compromisso permanente a geração, aplicação, transferência e divulgação de conhecimentos sobre as Ciências Biológicas.

Além disso, acreditamos ser necessário remontar à Resolução N° 115/05-CEPEX/UFPI (Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão/UFPI) que corrobora a definição do perfil do egresso, apontando para a importância de que um profissional da Educação Básica seja capaz de:

I - Atuar na Educação Básica formal e em outros espaços educativos, com o domínio do processo educacional e do conhecimento das condições históricas, sociais, políticas e culturais no contexto de sua



atuação;

II - Demonstrar capacidade crítica e de criação no exercício profissional;

III - Articular teoria e prática, saberes da formação e saberes escolares no processo de transposição didática;

IV - Conscientizar-se da necessidade de buscar formas de atualização e aperfeiçoamento de sua formação;

V - Atuar, coletivamente, partilhando experiências profissionais;

VI - Estabelecer o diálogo entre a área de Ciências Biológicas e as demais áreas do conhecimento, articulando o saber científico à realidade;

VII - Desenvolver com autonomia, processos investigativos sobre fenômenos educacionais e práticas educativas;

VIII - Planejar, executar e avaliar o processo ensino – aprendizagem; e,

IX - Assumir postura crítica e transformadora, fundamentada em uma visão sócio-histórica da educação e da sociedade.

5.3 Competências e Habilidades

O licenciado em Ciências Biológicas deverá ser identificado por múltiplas competências e habilidades adquiridas durante sua formação acadêmica, pois atuará no manejo e gerenciamento de recursos naturais, devendo conhecer, preservar e utilizar adequadamente a biodiversidade através da promoção da educação ambiental, da análise e controle da qualidade de vida reduzindo poluentes, dentre outros, corroborando a preservação de todas as formas de vida.

Visando à formação de bons profissionais, o aluno do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas, segundo a DCN/CNE/CES/Parecer 1.301/2001, deverá ser competente e hábil para:

- Pautar-se por princípio da ética democrática: responsabilidade social e ambiental, dignidade humana direito à vida, justiça, respeito mútuo, participação, responsabilidade, diálogo e solidariedade;
 - Reconhecer formas de discriminação racial, social, de gênero, etc. que se fundem inclusive em alegados pressupostos biológicos, posicionando-se diante delas de forma crítica, com respaldo em pressupostos epistemológicos coerentes e na bibliografia de referência;
 - Atuar em pesquisas básicas e aplicadas nas diferentes áreas das Ciências Biológicas, comprometendo-se com a divulgação dos resultados das pesquisas em veículos adequados para ampliar a difusão e ampliação do conhecimento;
-



- Portar-se como educador consciente de seu papel na formação de cidadão, inclusive na perspectiva sócio-ambiental;
- Utilizar o conhecimento sobre organização, gestão e financiamento da pesquisa e sobre a legislação e políticas públicas referentes à área;
- Entender o processo histórico de produção do conhecimento das Ciências Biológicas referentes a conceitos/ princípios/ teorias;
- Estabelecer relações entre ciências, tecnologias e sociedade;
- Aplicar a metodologia científica para o planejamento, gerenciamento e execução de processos e técnicas visando ao desenvolvimento de projetos, perícias, consultoria, emissão de laudos, pareceres, etc., em diferentes contextos;
- Utilizar os conhecimentos das Ciências Biológicas para compreender e transformar o contexto sócio-político e as relações nas quais está inserida a prática profissional, conhecendo a legislação pertinente;
- Desenvolver ações estratégicas capazes de ampliar e aperfeiçoar as formas de atuação profissional, preparando-se para a inserção no mercado de trabalho em contínua transformação;
- Orientar escolhas e decisões em valores e pressupostos metodológicos alinhados com a democracia, com respeito à diversidade étnica e cultural, às culturas autóctones e a biodiversidade;
- Atuar multi e interdisciplinarmente, interagindo com diferentes especialistas e diversos profissionais, de modo a estar preparado para a contínua mudança do mundo produtivo;
- Avaliar o impacto potencial ou real de novos conhecimentos/tecnologias/serviços e produtos resultantes da atividade profissional, considerando os aspectos éticos, sociais e epistemológicos;
- Comprometer-se com o desenvolvimento profissional constante, assumindo uma postura de flexibilidade e disponibilidades para mudanças contínuas, tornando-se esclarecido quanto às opções sindicais e corporativas inerentes ao exercício profissional.

O resultado do processo de aprendizagem deverá ser a formação de profissional que, além da base específica consolidada, esteja apto a atuar, interdisciplinarmente, em áreas afins. Este profissional deverá ter, também, a capacidade de resolver problemas, tomar decisões, trabalhar em equipe e comunicar-se dentro da multidisciplinaridade dos diversos saberes que compõem a formação universitária em Ciências Biológicas.

Além disso, o Biólogo deverá estar compromissado com a ética, com a responsabilidade social e educacional, e com as consequências de sua atuação no mundo do trabalho. Finalmente,



deverá ampliar o senso crítico necessário para compreender a importância da busca permanente da educação continuada e do desenvolvimento profissional.

5.4 Princípios Curriculares

Na concepção de ensinar e aprender, a produção de conhecimento é concebida como um processo e não como um produto. Faz-se necessário, portanto, uma ruptura de estruturas rígidas, dando lugar a novas propostas curriculares.

Assim, a reformulação da estrutura curricular do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas norteia-se pelos princípios apresentados pelas Diretrizes Curriculares (cf. DCN/CNE/CES/Parecer 1.301/2001): flexibilidade (parcial), consciência da diversidade e heterogeneidade do conhecimento do aluno.

Nesse sentido, destaca-se o desdobramento do papel do professor como orientador de atividades diversificadas, pois, além das disciplinas obrigatórias, propõem-se disciplinas optativas e outras atividades.

Vale lembrar que o curso de Licenciatura em Ciências Biológicas da UFPI – Campus Profa. Cinobelina Elvas pretende se inserir no âmbito de novas experiências acadêmicas, tendendo a um currículo formado por uma base interdisciplinar, de formação geral, e, por uma base específica.

Tal prática, ainda muito recente no Brasil, não se tornara objeto de uma regulamentação própria, no entanto, fundamentamo-nos nos ditames da esfera legislativa federal, mais propriamente na Lei 9.394/96 (LDBEN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), em seu artigo 53, que assegura, por meio de seu inciso I, às instituições universitárias, a autonomia para criação de novos cursos e, por meio do inciso II, a liberdade de fixação dos seus currículos.

Ademais, muitos foram os documentos normativos consultados para subsidiar nossa proposta. Dentre as resoluções e pareceres do Conselho Nacional de Educação, destacamos:

- **Parecer CNE/CES nº. 136, 4/6/2003.** Esclarece o Parecer CNE/CES 776/97, que trata da orientação para as Diretrizes Curriculares dos Cursos de Graduação.
- **Parecer CNE/CES nº. 210, 8/7/2004.** Aprecia a Indicação CNE/CES 1/04, referente à adequação técnica e revisão dos pareceres e resoluções das Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação.
- **Parecer CNE/CP nº:9/2007, 5/12/2007.** Reorganização da carga horária mínima dos cursos de Formação de Professores, em nível superior, para a Educação Básica e Educação Profissional no nível da Educação Básica.



- **Resolução CNE/CP 2, de 19/02/2002.** Institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação, de formação de professores da Educação Básica em nível superior.
- **Resolução nº 1, de 17/11/2005.** Altera a Resolução CNE/CP nº 1/2002, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de Licenciatura de graduação.
- **Resolução CNE/CP 1, de 18/02/2002.** Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena.
- **Parecer CNE/CP 009/2001, de 8/5/2001.** Dá as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena.
- **Parecer CNE/CP 28/2001, de 02/10/2001.** Dá nova redação ao Parecer CNE/CP 21/2001, que estabelece a duração e a carga horária dos cursos de Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena.

5.4.1 Aspectos inovadores na Integração Ensino, Pesquisa e Extensão

Na graduação, é importante que haja um princípio educativo e uma metodologia que contemplem o processo de produção do conhecimento por meio da dimensão investigativa e do contato com o real.

Assim, o processo de formação do profissional do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas proposto está centrado no tripé ensino-pesquisa-extensão, possibilitando que estudantes e orientadores partilhem o complexo exercício da prática reflexiva, assolada por múltiplas buscas e inquietações, contribuindo para a formação de novas gerações de professores-pesquisadores.

Vale destacar, ainda, em termos de pesquisa, o TCC (Trabalho de Conclusão de Curso), uma atividade de integração curricular obrigatória que consiste no trabalho final do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas, sob orientação de um professor responsável. Seu objetivo é o de estimular a produção científica, oportunizando experiências de pesquisa, relacionando teoria e prática, aprimorando a reflexão sobre as questões voltadas à área de conhecimento do curso e seu viés educacional. Por inserir-se no aprendizado do aluno, trata-se de um momento em que dever-se-ia viabilizar a oportunidade de teste de hipóteses e de experimentação de metodologias e materiais didáticos, o que em muito contribuiria para a formação do licenciado.

Quanto ao ensino pretendido, este deverá ocorrer em sintonia com a questão científica, ao longo



do curso, e, de maneira interdisciplinar, criando-se condições de ensino em função de relações dinâmicas entre as diferentes disciplinas e aliando-se às questões sociais. Dessa forma, a par dos conteúdos específicos, buscar-se-á ampliar os conhecimentos oferecidos aos graduandos, especialmente, aqueles voltados à prática educacional, permitindo saberes necessários para a atuação nas áreas de biologia celular, botânica, ecologia, evolução, genética, zoologia, além das ciências exatas, da terra e dos fundamentos filosóficos e sociais.

A extensão apresenta-se, nesse contexto, com o propósito de buscar o equilíbrio entre as demandas socialmente exigidas e as inovações que surgem do trabalho acadêmico. Considerando-se tal propósito, serão preparados programas, projetos e cursos de extensão diversificados que articulem ensino e pesquisa e ofereçam uma educação continuada.

Busca-se, assim, ampliar as oportunidades de aprendizado e crescimento dos alunos para que estes possam desempenhar, de forma competente, suas atividades profissionais. Além disso, reforça-se a necessidade de se entender a Educação além dos limites da sala de aula e, mais ainda, a participação efetiva da instituição na comunidade em que está inserida.

5.5 Conteúdos Curriculares

Considerando o perfil do egresso do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas, os conteúdos caracterizadores básicos devem estar ligados aos conhecimentos biológicos e das áreas das ciências exatas, da terra e humanas, tendo a evolução como eixo integrador contemplando o desenvolvimento de competências e habilidades específicas.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Ciências Biológicas, Parecer CNE/CES 1.301/2001, considera os seguintes conteúdos como BÁSICOS:

- **BIOLOGIA CELULAR, MOLECULAR E EVOLUÇÃO:** Visão ampla da organização e interações biológicas, construída a partir do estudo da estrutura molecular e celular, função e mecanismos fisiológicos da regulação em modelos eucariontes, procariontes e de partículas virais, fundamentados pela informação bioquímica, biofísica, genética e imunológica. Compreensão dos mecanismos de transmissão da informação genética, em nível molecular, celular e evolutivo.
 - **DIVERSIDADE BIOLÓGICA:** Conhecimento da classificação, filogenia, organização, biogeografia, etologia, fisiologia e estratégias adaptativas morfo-funcionais dos seres vivos.
 - **ECOLOGIA:** Relações entre os seres vivos e destes com o ambiente ao longo do tempo geológico. Conhecimento da dinâmica das populações, comunidades e ecossistemas, da
-



conservação e manejo da fauna e flora e da relação saúde, educação e ambiente.

- FUNDAMENTOS DAS CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA: Conhecimentos matemáticos, físicos, químicos, estatísticos, geológicos e outros fundamentais para o entendimento dos processos e padrões biológicos.
- FUNDAMENTOS FILOSÓFICOS E SOCIAIS: Reflexão e discussão dos aspectos éticos e legais relacionados ao exercício profissional. Conhecimentos básicos de: História, Filosofia e Metodologia da Ciência, Sociologia e Antropologia, para dar suporte à sua atuação profissional na sociedade, com a consciência de seu papel na formação de cidadãos.

Também segundo a DCN/CNE/CES/Parecer 1.301/2001, os conteúdos ESPECÍFICOS à modalidade Licenciatura em Ciências Biológicas deverão contemplar, além dos conteúdos próprios da área, conteúdos de Química, Física e de Saúde, para atender às necessidades do ensino em nível Fundamental e Médio. A formação pedagógica, além de suas especificidades, deverá contemplar uma visão geral da educação e dos processos formativos dos educandos. Deverá também enfatizar a instrumentação para o ensino de Ciências no nível Fundamental e para o ensino da Biologia, no nível Médio.

A elaboração de monografia será estimulada como trabalho de conclusão de curso conforme a DCN/CNE/CES/Parecer 1.301/2001.

Ademais, buscando uma formação mais ampla, faz-se necessária a inserção de conteúdos e atividades acadêmicas que constituam o processo de aquisição de competências e habilidades basilares para o exercício da profissão, das didáticas próprias e das pesquisas que as embasam, bem como o desenvolvimento de atividades de caráter prático durante o período de integralização do curso.

5.6 O processo de ensino-aprendizagem

Ao ler os textos oficiais acerca do processo educativo, compreende-se a necessidade de práticas sociointeracionistas, pois, tal qual afirmado por Vygotsky (1993), é por meio das práticas sociais que o ser humano experimenta uma série de vivências, elaborando seus próprios conceitos, seus valores e suas idéias acerca do mundo em que vive, construindo conhecimentos a partir das práticas de linguagem.

Nesse sentido, o ser humano se constitui e se desenvolve como sujeito ao passo que contribui para a constituição dos outros, age no mundo, transformando e sendo transformado, mediando ações sobre fatores sociais, culturais e históricos.

Pensar as práticas educativas por esse viés implica considerarmos a importância de todos os atores envolvidos nesses processos e viabilizar a construção e a reconstrução de conhecimentos, tão



caros ao processo formativo entre pares mais experientes e pares menos experientes.

5.6.1 O papel do aluno e do professor

Quando pensamos o contexto educacional, devemos refletir acerca de dois papéis basilares para sua desenvoltura: o do aluno e o do professor.

Ao considerarmos o papel desempenhado pelo professor para além do ministrar aulas e do repassar conhecimentos, abandonamos uma visão burocrática e damos espaço para a reflexão acerca da importância de estimular a descoberta, o interesse dos alunos por seu processo de ensino-aprendizagem.

Cabe, ao professor, ser um profissional aberto ao conhecimento e à aprendizagem em seu cotidiano, imerso em constantes atualizações e contínua inovação, buscando promover um movimento significativo de aquisição e adequação de conhecimentos. (cf. VYGOTSKY, 1993).

Vale destacar que o processo educativo não pode se distanciar da realidade. Compete, ao docente, refletir criticamente a respeito das informações e conhecimentos que compartilha, considerando as possibilidades de contribuição quanto à diminuição das desigualdades sociais e quanto à melhora da qualidade de vida dos indivíduos. (cf. SACRISTAN e GÓMEZ, 1998)

O profissional comprometido com a educação deve sempre preocupar-se em formar seu aluno a partir de uma visão crítica da sociedade, dando-lhe a oportunidade de expressar suas ideias, tornando-o um cidadão ativo e participante na vida social, cultural e política do seu povo. Agindo assim, o professor colocará em prática sua função política, exercendo sua mais importante atividade profissional – a mediação entre o aluno e a sociedade, seus conteúdos e especificidades.

Dessa maneira, o papel do aluno ganhará contornos diferenciados: deixar-se-á de lado a ideia de um ser subestimado e considerado uma simples ‘tábula rasa’ para que se dê vazão a um aluno questionador e participativo.

Tornar estes sujeitos ativos na construção de seu saber possibilita reconstruções sociais, já que superam-se noções anteriormente estabelecidas. A sala de aula passa a ser o local de questionamento e reflexão; um espaço para a socialização do conhecimento (cf. DEMO, 1996) e não mais o espaço para certezas e verdades pré-concebidas (cf. MOITA LOPES, 1996). Espaço em que equilibram-se as oportunidades de contribuição e discussão oferecidas aos alunos e a produtiva utilização dessas contribuições, a fim de se alcançarem os objetivos educacionais, viabilizando um processo de ensino-aprendizagem realmente significativo.

Ainda sobre a relação professor/aluno, é importante salientar que um olhar crítico e reflexivo sobre a própria prática aponta para possíveis ressignificações e reestruturações das propostas; o aluno compreendido



como um indivíduo ativo, reflexivo e crítico contribui para a existência de um ambiente cooperativo, em que se possa aperfeiçoar as práticas educacionais.

5.6.2 Organização do Curso

A matriz curricular do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas se expressa em cinco eixos (Eixo de Formação Geral, Eixo de Formação Específica, Eixo de Formação Didático-Pedagógica, Eixo de Formação Livre e Eixo de Formação Complementar) em torno dos quais se articulam os conteúdos básicos e complementares.

O Eixo de Formação Geral contempla o conhecimento panorâmico das Ciências da Natureza;

O Eixo de Formação Específica contempla conteúdos próprios à Biologia;

O Eixo de Formação Didático-Pedagógica destina-se à abordagem de conteúdos voltados à capacitação de profissionais para atuação no Ensino Básico;

O Eixo de Prática de Ensino compreende as esferas das atividades práticas do ensino de ciências e biologia e o trabalho de conclusão de curso;

O Eixo do Estágios Supervisionados, viabiliza momentos de integração entre teoria e prática;

O Eixo de Formação Livre refere-se aos créditos das disciplinas optativas, distribuídas em duas áreas: a de Formação Didático Pedagógica e a de Conteúdos Específicos; e

O Eixo de Formação Complementar compreende as esferas de Atividades Complementares,.

5.6.3 Sistemática de Avaliação

5.6.3.1 Avaliação do processo de ensino-aprendizagem

A avaliação atenderá aos objetivos de formação inicial e contínua, recorrendo a formas processuais e diagnósticas, esperando-se a concretização de um processo em que se compreenda a avaliação enquanto um momento em que professores e alunos possam analisar os rumos tomados, qualificando o processo de ensino-aprendizagem, optando por seguirem outros, caso haja necessidade.

Os produtos passíveis de avaliação pelos professores conformam-se de maneira variada, subdivididos em: avaliações escritas: provas, produção de textos, projetos, relatórios, artigos, pôsteres, cartazes, exposições, impressos ou informatizados; avaliações orais: comunicações, apresentações, palestras, debates, dentre outras. A produção poderá ser individual e/ou coletiva, expressando a reflexão e a aquisição de conhecimentos.



Quando pensamos a expressão do processo por meio de um produto, não pretendemos entendê-los como fim da aprendizagem, mas como meios que estimulem a auto-avaliação. A compreensão, pelo aluno, sobre sua própria aprendizagem estimulará a criticidade, a participação, o desenvolvimento do sentido de pertencer ao processo educativo e à vida acadêmica instituída pela Universidade.

Nesse desenrolar, caberá aos professores dar retorno da avaliação aos alunos, permitindo que eles tenham acesso ao que tenha sido realizado, estabelecendo-se a continuidade entre a execução de tarefas e o processo de assimilação de conteúdos – prática que corroborará a expressão dos alunos, configurando a dialogicidade necessária e objetiva no ato educativo.

O caráter da avaliação será, pois, o de elemento imprescindível para o desencadeamento de um processo formativo qualificado, distando-se de elementos classificatórios. (cf. Resolução nº 043/95, CEPEX/UFPI – ANEXO II)

5.6.3.2 Avaliação do projeto político-pedagógico do curso

Em consonância com a proposta do processo de avaliação da aprendizagem, a auto-avaliação do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas e de seu projeto político-pedagógico configura-se também como um processo contínuo, por meio do qual se avaliam conhecimentos sobre a dinâmica educacional, buscando compreender os significados do conjunto de suas atividades na melhoria da qualidade educacional. Para tanto, sistematiza informações, analisa coletivamente seus problemas e seus sucessos e, estabelece estratégias de superação de eventuais fragilidades.

A prática da auto-avaliação é um processo permanente e transformador, sendo um instrumento que possibilita a construção e/ou a consolidação de uma cultura de avaliação institucional com a qual a comunidade interna se identifique e se comprometa, permitindo o aperfeiçoamento dos docentes, discentes e corpo administrativo, bem como a melhora na relação com a comunidade externa.

Pautando-se na legislação em vigor e reconhecendo as dimensões relativas à organização didático-pedagógica, ao corpo social e às instalações físicas, a auto-avaliação do curso deverá atentar para os seguintes aspectos:

I - Organização Didático-Pedagógica:

- A missão e o plano de desenvolvimento institucional;
 - Projeto Pedagógico/DCNs e a responsabilidade social da instituição;
 - Organização e gestão do curso, especialmente o funcionamento e a representatividade do Colegiado do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas;
 - Coerência dos procedimentos de ensino-aprendizagem com a concepção do curso e o seu
-



compromisso com a interdisciplinaridade expressas mediante atividades articuladas de formação.

II – Corpo Social:

- Experiência e dedicação do chefe de curso;
- Composição e titulação do núcleo docente estruturante;
- Políticas de aperfeiçoamento e desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho;
- Comunicação com a comunidade interna e externa.

III – Infraestrutura:

- Adequação do espaço físico para o bom desenvolvimento do curso;
- Biblioteca e recursos de informação e comunicação.

Reconhecendo a avaliação como um processo cultural, a UFPI acredita na implementação permanente de um ciclo de avaliação de curso, criando estruturas capazes de dar suporte às práticas pedagógicas e institucionais, utilizando-se de questionários e entrevistas semi-estruturadas; reuniões com os representantes de classe e relatos de experiência; reuniões semestrais com as turmas em andamento; retorno da ação e eventuais entrevistas individuais com docentes; e, reunião pedagógica com os professores (ordinárias/extraordinárias).

Cabe, também, ressaltar que os agentes que participam da avaliação devem desempenhar um papel mediador no processo de construção do ensino superior de qualidade, incorporando o desafio de um aprendizado permanente, em que todos possam contribuir na construção das necessidades formativas, dimensionando assim a identidade do corpo discente.

Além disso, analisando, dinamizando e aperfeiçoando todo esse conjunto de elementos didáticos, humanos e de recursos materiais, buscar-se-ão os mais elevados padrões de excelência educacional e, conseqüentemente, da formação inicial dos futuros profissionais da área.



Resumo da Matriz Curricular para o Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas

1o Período						
CÓDIGO	DISCIPLINA	CRÉDITO			CH	PR
	História da Educação	3	1	0	60	-
	Filosofia da Educação	3	1	0	60	-
	Metodologia Científica	2	2	0	60	-
	Matemática	2	2	0	60	-
	Química Geral	2	2	0	60	-
	Seminário de Introdução ao Curso	1	0	0	15	
	Subtotal de Disciplinas	21			315	
	Subtotal de Estágios	0			0	
	Total	21			315	

2o Período						
CÓDIGO	DISCIPLINA	CRÉDITO			CH	PR
	Sociologia da Educação	3	1	0	60	??
	Psicologia da Educação	3	1	0	60	??
	Física	2	2	0	60	4
	Química Orgânica	2	2	0	60	5
	Biologia Celular	2	2	0	60	-
	Subtotal de Disciplinas	20			300	
	Subtotal de Estágios	0			0	
	Total	20			300	

3o Período						
CÓDIGO	DISCIPLINA	CRÉDITO			CH	PR
	Legislação e Organização da Educação Básica	3	1	0	60	??
	Didática	2	2	0	60	8?
	Biofísica	2	2	0	60	9
	Bioquímica	2	2	0	60	10
	Histologia e Embriologia Comparada	2	2	0	60	11
	Subtotal de Disciplinas	20			300	
	Subtotal de Estágios	0			0	
	Total	20			300	

4o Período						
CÓDIGO	DISCIPLINA	CRÉDITO			CH	PR
	Avaliação da Aprendizagem	3	1	0	60	13?
	Biologia das Criptógamas	2	2	0	60	11



	Zoologia de Invertebrados I	2	2	0	60	11
	Anatomia e Fisiologia Comparada	2	2	0	60	11, 16
	Genética	2	2	0	60	11, 16
	Subtotal de Disciplinas	20			300	
	Subtotal de Estágios	0			0	
	Total	20			300	

5o Período						
CÓDIGO	DISCIPLINA	CRÉDITO			CH	PR
	Metodologia do Ensino de Ciências e Biologia	2	2	0	60	??
	Ética na Educação	3	1	0	60	??
	Biologia Vegetal I	2	2	0	60	18
	Zoologia de Invertebrados II	2	2	0	60	19
	Microbiologia	2	2	0	60	16
	Estágio Supervisionado I	0	0	5	75	13, 17
	Subtotal de Disciplinas	20			300	
	Subtotal de Estágios	5			75	
	Total	25			375	

6o Período						
CÓDIGO	DISCIPLINA	CRÉDITO			CH	PR
	Libras	2	2	0	60	??
	Biologia Vegetal II	2	2	0	60	24
	Zoologia de Vertebrados I	2	2	0	60	25
	Biologia Molecular	2	2	0	60	19
	Optativa I	2	2	0	60	*
	Estágio Supervisionado II	0	0	6	90	27
	Subtotal de Disciplinas	20			300	
	Subtotal de Estágios	6			90	
	Total	26			390	

7o Período						
CÓDIGO	DISCIPLINA	CRÉDITO			CH	PR
	Gestão e organização do Trabalho Educativo	3	1	0	60	??
	Fisiologia Vegetal	2	2	0	60	29
	Zoologia de Vertebrados II	2	2	0	60	30
	Evolução	2	2	0	60	31
	Ecologia				60	29
	Estágio Supervisionado III	0	0	8	120	33
	Elaboração de Trabalho de Conclusão de Curso I	0	2	0	30	??2?



	Subtotal de Disciplinas	22	330	
	Subtotal de Estágios	8	120	
	Total	30	450	

8o Período						
CÓDIGO	DISCIPLINA	CRÉDITO			CH	PR
	Relações Étno Raciais, Gênero e Diversidade	3	1	0	60	??
	Educação, Meio Ambiente e Sustentabilidade	2	2	0	60	38
	Optativa II				60	*
	Sistemática Filogenética	2	2	0	60	29, 36
	Geologia e Paleontologia	2	2	0	60	-
	Estágio Supervisionado IV	0	0	8	120	39
	Elaboração de Trabalho de Conclusão de Curso II	0	2	0	30	40
	Subtotal de Disciplinas	22			330	
	Subtotal de Estágios	8			120	
	Total	30			450	

Sumário da Grade Regular (horas aula)	
Número de Disciplinas Regulares	47
Carga Formação Específica	1950
Carga Horária Prática como Componente Curricular	405
Carga Horária em Estágio	405
Carga Horária Formação Livre	120
Atividades Complementares	210
CARGA HORÁRIA TOTAL	3090



Ordenação das Disciplinas do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas para fins de Pré-requisitos (PR)

1o Período		
NÚMERO	DISCIPLINA	PRÉ-REQUISITO
1	História da Educação	-
2	Filosofia da Educação	-
3	Metodologia Científica	-
4	Matemática	-
5	Química Geral	-
6	Seminário de Introdução ao Curso	-
2o Período		
7	Sociologia da Educação	2
8	Psicologia da Educação	-
9	Física	4
10	Química Orgânica	5
11	Biologia Celular	-
3o Período		
12	Legislação e Organização da Educação Básica	1
13	Didática	8
14	Biofísica	9
15	Bioquímica	10
16	Histologia e Embriologia Comparada	11
4o Período		
17	Avaliação da Aprendizagem	13
18	Biologia das Criptógamas	11
19	Zoologia de Invertebrados I	11
20	Anatomia e Fisiologia Comparada	16
21	Genética	16
5o Período		
22	Metodologia do Ensino de Ciências e Biologia	17
23	Ética na Educação	-
24	Biologia Vegetal I	18
25	Zoologia de Invertebrados II	19
26	Microbiologia	-
27	Estágio Supervisionado I	17



Continuação.

6o Período		
NÚMERO	DISCIPLINA	PRÉ-REQUISITO
28	Libras	-
29	Biologia Vegetal II	24
30	Zoologia de Vertebrados I	25
31	Biologia Molecular	19
32	Optativa I	*
33	Estágio Supervisionado II	27
7o Período		
34	Gestão e organização do Trabalho Educativo	-
35	Fisiologia Vegetal	29
36	Zoologia de Vertebrados II	30
37	Evolução	31
38	Ecologia	29
39	Estágio Supervisionado III	33
40	Elaboração de Trabalho de Conclusão de Curso I	33
8o Período		
41	Relações Étno Raciais, Gênero e Diversidade	-
42	Educação, Meio Ambiente e Sustentabilidade	38
43	Optativa II	*
44	Sistemática Filogenética	29, 36
45	Geologia e Paleontologia	-
46	Estágio Supervisionado IV	39
47	Elaboração de Trabalho de Conclusão de Curso II	40

Legenda: * Consultar o Quadro de Disciplinas Optativas.

Optativas						
CÓDIGO	DISCIPLINA	CRÉDITO			CH	PR ⁶
	Educação à Distância	2	2	0	60	-
	Tecnologias Aplicadas ao Ensino	2	2	0	60	-
	Instrumentação para o Ensino de Biologia Celular, Molecular e Genética		4	0	60	22, 31
	Instrumentação para o Ensino de Zoologia		4	0	60	22, 36
	Instrumentação para o Ensino de Botânica		4	0	60	22, 36
	Instrumentação para o Ensino de Ecologia		4		60	22, 38
	Temas e Práticas Transversais		4	0	60	-

⁶ Observar numeração corresponde à disciplina considerada pré-requisito, no Quadro de Ordenação das Disciplinas para fins de Pré-requisitos (PR).



	Políticas Públicas e Educação Inclusiva	2	2	0	60	-
	Teorias da Aprendizagem	2	2	0	60	-
	Entomologia	2	2	0	60	25
	Recuperação de Áreas Degradadas	2	2	0	60	38
	Citogenética Geral	2	2	0	60	31
	Biogeografia e Conservação de Ecossistemas	2	2	0	60	38
	Inglês Instrumental	2	2	0	60	-
	Etnobotânica	2	2	0	60	29
	Flora Regional	2	2	0	60	29
	Ictiologia	2	2	0	60	30



5.7 Matriz Curricular e fluxograma

MATRIZ CURRICULAR DO CURSO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS – BOM JESUS

1º BLOCO	2º BLOCO	3º BLOCO	4º BLOCO	5º BLOCO	6º BLOCO	7º BLOCO	8º BLOCO
História da Educação 3.1.0	Sociologia da Educação 3.1.0	Legislação e Organização da Educação Básica 3.1.0	Avaliação da Aprendizagem 3.1.0	Metodologia do Ensino de Ciências e Biologia 2.2.0	Libras 2.2.0	Gestão e organização do Trabalho Escolar 3.1.0	Relações Étnico Raciais, Gênero e Diversidade 3.1.0
Filosofia da Educação 3.1.0	Psicologia da Educação 3.1.0	Didática 2.2.0	Biologia das Criptógamas 2.2.0	Ética na Educação 3.1.0	Biologia Vegetal II 2.2.0	Fisiologia Vegetal 2.2.0	Educação, Meio Ambiente e Sustentabilidade 2.2.0
Metodologia Científica 2.2.0	Química Orgânica 2.2.0	Bioquímica 2.2.0	Zoologia de Invertebrados I 2.2.0	Biologia Vegetal I 2.2.0	Zoologia de Vertebrados I 2.2.0	Zoologia de Vertebrados II 2.2.0	Optativa II
Matemática 2.2.0	Física 2.2.0	Biofísica 2.2.0	Anatomia e Fisiologia Comparada 2.2.0	Zoologia de Invertebrados II 2.2.0	Biologia Molecular 2.2.0	Evolução 2.2.0	Geologia e Paleontologia 2.2.0
Química Geral 2.2.0	Biologia Celular 2.2.0	Histologia e Embriologia Comparada 2.2.0	Genética 2.2.0	Microbiologia 2.2.0	Optativa I	Ecologia 2.2.0	Sistemática e Filogenética 2.2.0
Seminário de Introdução ao Curso 1.0.0				Estágio Supervisionado I 0.0.5	Estágio Supervisionado II 0.0.6	Estágio Supervisionado III 0.0.8	Estágio Supervisionado IV 0.0.8
						Elaboração de Trabalho de Conclusão de Curso I 0.2.0	Elaboração de Trabalho de Conclusão de Curso II 0.2.0



5.8 Ementário das disciplinas Obrigatórias e Optativas:

EMENTÁRIO POR PERÍODO LETIVO DO CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS

SEMESTRE I

DISCIPLINA: História da Educação			
CH: 60		CRÉDITOS: 3	1 0
EMENTA			
Compreensão da história da educação, seus fundamentos teórico-metodológicos e sua importância para a formação do educador. Estudo das principais teorias práticas educacionais desenvolvidas ao longo da história da humanidade, além de uma visão histórica dos elementos mais significativos da educação brasileira e piauiense, considerando o contexto social, político, econômico e cultural de cada período.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
ARANHA, M.L.A. História da educação . 3.ed.São Paulo: Moderna, 2006. BRITO, I.S. História da educação no Piauí . Teresina: EDUFPI, 1996. RIBEIRO, M. L. S. História da educação brasileira: a organização escolar . 17. ed. São Paulo: Cortez Editora/ Autores Associados, 2001.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			
ROMANELLI, O. de O. História da Educação no Brasil . 25.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001. LOPES, E. M. T.; FARIAS FILHO, L. M. ; VEIGA, C. G. 500 Anos de Educação no Brasil . Belo Horizonte: Autêntica, 2000.			

DISCIPLINA: Filosofia da Educação			
CH: 60		CRÉDITOS: 3	1 0
EMENTA			
Estudo da Filosofia e Filosofia da Educação, suas concepções e especificidades. Abordagem das concepções específicas ao âmbito educacional, bem como da compreensão do papel da educação e de sua relação entre pedagogia e ensino. Teorias e práticas educacionais, dimensões ético-políticas e estéticas, além da abordagem argumentativa da práxis educativa e da formação do professor.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
ARANHA, M. L. de A. ; MARTINS, M. H. P. Filosofando: introdução à filosofia . 3. ed. rev. São Paulo: Moderna, 2003. ARANHA, M. L. de A. Filosofia da Educação . 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Moderna, 2006. GHIRALDELLI JR, P. Filosofia da Educação . São Paulo: Editora Ática, 2007.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			
CHAUÍ, M. Convite à Filosofia . São Paulo: Ática, 2006. LUCKESI, C.C. Filosofia da Educação . São Paulo: Cortez, 2011.			

DISCIPLINA: Metodologia Científica			
CH: 60		CRÉDITOS: 2	2 0
EMENTA			



Metodologia de estudo e do trabalho acadêmico. Elaboração de projeto e do trabalho científico. Problemas e formas de conhecimento. Origem e evolução da ciência e do método científico. Tipos de pesquisa.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia científica**. São Paulo : Atlas, 2006.
MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**. São Paulo : Atlas, 2008.
SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo : Cortez, 2002.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez. 2006.
MARCONI, M.de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2007.

DISCIPLINA: Matemática

CH: 60

CRÉDITOS: 2 2 0

EMENTA

Conjuntos Numéricos. Funções Elementares: definição e análise gráfica. Função Exponencial. Função Logarítmica. Aplicações de Funções. Noções Básicas de Derivadas. Proporcionalidade. Regra de Três: simples e composta. Porcentagem (problemas de aplicação). Análise Combinatória. Cálculo de Probabilidades.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BATSCHLET, E. **Introdução à Matemática para Biociências**. São Paulo: USP, 1978.
IEZZI, G.; DOLCE, O.; MURAKAMI, C. **Fundamentos de matemática elementar**. vol. 8. São Paulo: Atual, 2005.
SANTOS, A. A. M. do. **Matemática para Concurso: Aritmética**. Rio de Janeiro: Ed. Ciência Moderna Ltda, 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

FLEMING, D.M.; GONÇALVES, M.B. **Cálculo A: Funções, limites, derivação, integração**. 6.ed. São Paulo: Makron Books, 2006.
IEZZ, G. **Fundamentos da Matemática Elementar**. vol. 5. São Paulo: Atual, 2004.

DISCIPLINA: Química Geral

CH: 60

CRÉDITOS: 2 2 0

EMENTA

Introdução de matéria e medida, estequiometria, estrutura atômica e a tabela periódica. Ligação química, reações em solução aquosa, equilíbrio químico, ligação covalente e estrutura molecular.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BRADY, J.; HUMISTON, G. E. (colab.). **Química geral**. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1986.
ATKINS, P. W.; JONES, L. **Princípios de Química: questionando a vida moderna e o meio ambiente**. Porto Alegre: Bookman., 2006.
RUSSEL, J. B. **Química Geral**. vol I. 2 ed. São Paulo: Makron Books, 1994.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

MAHAN, B.M., MYERS, R.J. **Química: um curso universitário**. São Paulo: Ed. Blucher, 2007.
BROWN, T. L., LEMAY, H. E., Jr., BURSTEN, B. E., BURDGE, J. R. **Química: a Ciência Central**. 9 ed. São Paulo: Prentice Hall, 2005.

DISCIPLINA: Seminário de Introdução ao Curso



CH: 15	CRÉDITOS: 1 0 0
EMENTA	
Abordagem do Currículo do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas. Apresentação das instâncias da unidade gestora, da UFPI e de suas competências.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
Plano de Desenvolvimento Institucional PDI/UFPI Projeto Pedagógicos do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas. UFPI. Regimento Geral da UFPI. Teresina, PI: Editora Universitária da UFPI, 2007.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
CRBio05. Decreto N° 88.438-83, de 28 de junho de 1983. Decreto regulamentação profissão de Biólogo. Disponível em < http://www.crbio5.org.br/crbio5/legislacao/legislacao.shtml > CEPEX/UFPI. Resolução N° 043/95, de 17 de setembro de 1995. Disponível em < www.adufpi.org.br/arquivos/portaria043-1995.pdf >	

SEMESTRE II

DISCIPLINA: Sociologia da Educação	CRÉDITOS: 3 1 0
CH: 60	
EMENTA	
Estudo do surgimento e das correntes teóricas da sociologia da educação, assim como da função da escola e dos sistemas de ensino na sociedade contemporânea, analisando sujeitos, currículos, representações sociais e espaços educativos.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
RODRIGUES, A. T. Sociologia da Educação . Rio de Janeiro: Editora Lamparina, 2007. PILETTI, N. ; PRAXEDES, W. Sociologia da Educação . São Paulo: Ática, 2010. HAECHELT, A. V. Sociologia da Educação . 3.ed. Porto Alegre: Artmed Editora, 2008.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
BARRERE, A. ; SEMBEL, N. Sociologia da Escola . São Paulo: Editora Loyola, 2006. KRUPPA, Sônia M. Portella. Sociologia da Educação . São Paulo: Cortez, 1994.	

DISCIPLINA: Psicologia da Educação	CRÉDITOS: 3 1 0
CH: 60	
EMENTA	
Abordagem da ciência psicológica quanto à constituição da subjetividade, do desenvolvimento, da aprendizagem, da transformação e das dificuldades de aprendizagem.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
DAVIDOFF, L. L. Introdução à Psicologia . 3. ed. São Paulo: Makron Books, 2006. TELES, M. L.S. Que é psicologia . São Paulo: Brasiliense, 2006. NYE, Robert D. Três psicologias: ideias de Freud, Skinner e Rogers . 6. ed. São Paulo: Thompson, 2005.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
ARÍES, P. Psicologia Sócio-Histórica . São Paulo: Cortez, 2001. MOLON, S. I. Psicologia Social: Subjetividade e construção do sujeito em Vygotsky . Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.	

DISCIPLINA: Química Orgânica



CH: 60	CRÉDITOS: 2 2 0
EMENTA	
Características Estruturais do Carbono. Principais Funções Orgânicas: hidrocarbonetos, oxigenadas, nitrogenadas, halogenadas. Grupos Funcionais. Estereoquímica. Principais Reações Orgânicas: de Adição, Eliminação e Substituição. Características Estruturais dos Principais Macrocompostos Orgânicos (Metabólitos Primários): Carboidratos, Lipídios e Proteínas.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
BRUICE, P. Y. Química Orgânica . 4 ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006. MCMURRY, J. Química Orgânica . São Paulo: Thompson, 2005. SOLOMONS, T. W. G.; FRYHLE, C. B. Química Orgânica . 8 ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Ed. S.A. (LTC), 2006.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
ALLINGER, N. L. et al. Química Orgânica . 2 ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Dois, 1976. VOLLHARDT, K.P.C; SCHORE, N. E. Química Orgânica: estrutura e função . 4 ed. Porto Alegre: Bookman - Artmed Editora S.A., 2004.	

DISCIPLINA: Física	CRÉDITOS: 2 2 0
CH: 60	
EMENTA	
Medidas Físicas. Força e Movimento. Conservação da Energia. Fenômenos ondulatórios. Flúidos e suas propriedades. Fenômenos elétricos.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
HALLIDAY, D.; RESNICK, R. (colab.); WALKER, J. (colab.). Fundamentos de física . 7. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2006. TIPLER, P. A; MOSCA, G. (colab.). Física . Rio de Janeiro: LTC, 2006. SERWAY, R.A.; JEWETT JR, J. W (colab.). Princípios de física . 3. ed. São Paulo: Thomson, 2006.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
OKUNO, E.; CHOW, C. (colab.); CALDAS, I. L. (colab.). Física para ciências biológicas e biomédicas . São Paulo: Harbra, 1986. NUSSENZVEIG, H. M.. Curso de física básica . São Paulo: Edgard Blucher, 1998.	

DISCIPLINA: Biologia Celular	CRÉDITOS: 2 2 0
CH: 60	
EMENTA	
Compreensão da origem, evolução e estrutura das células procariontes e eucariontes, bem como de sua composição química e da função dos componentes celulares - membranas, citoesqueleto, núcleo -, além dos diferentes mecanismos de divisão, diferenciação e morte celular. Abordagem prática dos métodos de estudo da célula e utilização de microscópios, bem como de práticas pedagógicas voltadas para a interdisciplinaridade e o ensino de biologia celular.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
DE ROBERTIS ; DE ROBERTIS, Jr. Bases da Biologia Celular e Molecular . 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006. ALBERTS, B.; RAY, D.; LEWIS, J.; MARTIN, R.; ROBERTS, K.; WATSON, J. D. Biologia Molecular da Célula . 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010. JUNQUEIRA, L.C.; CARNEIRO, J. Biologia Celular e Molecular . 8. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan , 2005.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	



KARP, G. **Biologia Celular e Molecular**: conceitos e experimentos. São Paulo: Manole, 2005.
BOLSOVER, S. R.; HYAMS, J.; SHEPHARD, E; WHITE, H. **Biologia celular**. 2. ed. Guanabara
Koogan, 2005.

SEMESTRE III

DISCIPLINA: Legislação e Organização da Educação Básica	
CH: 60	CRÉDITOS: 3 1 0
EMENTA	
Abordagem da dimensão política e pedagógica da organização escolar brasileira. Estudo da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Nº. 9394/96) e demais documentos pertinentes.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
CARNEIRO, M. A. LDB fácil : leitura crítico compreensiva artigo a artigo. 14. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2007.	
PIAUÍ. Constituição Estadual (1989). Assembléia Legislativa do Piauí, Teresina, PI. Disponível em < http://ged.al.pi.gov.br/Portal/download/ConstituicaoEstadualFinal.pdf >	
BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil (1988). Poder Legislativo, Brasília, DF, out. 1988. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm >	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
ARELARO, L. R. G. ; KRUPPA, S. M. P. Educação de Jovens e adultos. <i>In</i> : OLIVEIRA, R. P. ; ADRIÃO, T. (orgs.). Organização do Ensino no Brasil : níveis e modalidades na Constituição Federal e na LDB. São Paulo: Xamã, 2002.	
BREZENZISKI, I. (org.). LDB Interpretada : diversos olhares se entrecruzam. São Paulo: Cortez, 1997.	

DISCIPLINA: Didática	
CH: 60	CRÉDITOS: 2 2 0
EMENTA	
Compreensão dos fundamentos epistemológicos da didática, de seu papel na formação do professor, da sua importância para o planejamento didático e a organização do trabalho docente.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
LIBANEJO, J. C. Didática . São Paulo: Cortez, 2007.	
GHIRALDELLI JR, P. Didática e teorias educacionais . Rio de Janeiro: DP;A, 2002.	
GHIRALDELLI JR, Paulo. Que é pedagogia . São Paulo: Brasiliense, 2006.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
FREITAS, L. C. Crítica da organização do trabalho pedagógico e da Didática . Campinas: Papirus, 1995.	
FREITAS, L. C (org.) Avaliação : construindo o campo e a crítica. Florianópolis: Insular, 2002.	

DISCIPLINA: Bioquímica	
CH: 60	CRÉDITOS: 2 2 0
EMENTA	
Características físico-químicas e funcionais das principais biomoléculas (carboidratos, lipídios, aminoácidos, proteínas e vitaminas). Determinação qualitativa das biomoléculas. Metabolismo de carboidratos, lipídios e compostos nitrogenados. Integração metabólica.	



BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CAMPBELL, M. K. **Bioquímica**. 3 ed. Porto Alegre: Artmed, 2000.
HARVEY, R. A.; FERRIER, D. R. **Bioquímica Ilustrada**. 5 ed. Porto Alegre: Artmed, 2012.
NELSON, D. L., COX, M. M. **Princípios de Bioquímica de Lehninger**. 5.ed. São Paulo. Ed. Artmed, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CISTERNAS, J. R.; VARGAS, J.; MONTE, O. **Fundamento de Bioquímica Experimental**. São Paulo: Atheneu. 2005.
DEVLIN, T. M. **Manual de Bioquímica com correlações Clínicas**. 5ed. São Paulo: Edgar Blucher, 2003

DISCIPLINA: Biofísica

CH: 60

CRÉDITOS: 2 2 0

EMENTA

Métodos físico-químicos de análise: espectrofotometria e eletroforese. Solução pH e Sistemas tampões. Composição, propriedades físico-químicas e intercâmbio de líquidos biológicos. Biofísica celular e molecular. Biofísica das radiações e radiobiologia. Estudo das propostas de ensino de biofísica para o ensino fundamental e médio. Análises de recursos e materiais, planejamento, elaboração, aplicação e avaliação de atividades e programas para o ensino da biofísica no ensino fundamental e médio.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

GARCIA, E.A.C. **Biofísica**. São Paulo: Sarvier, 1998.
GUYTON, A.C. **Tratado de Fisiologia Médica**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2000.
HENEINE, I.F. **Biofísica Básica**. São Paulo: Atheneu, 2002.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

DURÁN, J.E.R. **Biofísica: fundamentos e aplicações**. São Paulo: Prentice Hall, 2003.
SILVERTHORN, D. U. **Fisiologia Humana: uma abordagem integrada**. 2.ed. São Paulo: Manole, 2003.

DISCIPLINA: Histologia e Embriologia Comparada

CH: 60

CRÉDITOS: 2 2 0

EMENTA

Estudo dos tecidos animais através da microscopia, identificando semelhanças e diferenças, analisando tecidos epiteliais de revestimento e glandular, tecido conjuntivo, tecido cartilaginoso, tecido ósseo, tecido muscular, tecido nervoso e o tecido sanguíneo. Compreensão dos processos de gametogênese, fertilização e segmentação, além da implantação do blastocisto, do processo de gastrulação, do fechamento do embrião, dos folhetos embrionários, do desenvolvimento fetal, placentário e cordão umbilical. Comparação das estruturas e processos histológicos e embriológicos entre os diversos grupos animais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CORMACK, D. H. **Fundamentos de histologia**. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003.
JUNQUEIRA, L. C. U. **Histologia básica**. 10. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2004.
MOORE, K. L.; PERSAUD, T.V.N. **Embriologia Básica**. 7.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALMEIDA, J.M. **Embriologia Veterinária Comparada**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1999.
KERR, J. B. **Atlas de histologia funcional**. São Paulo: Artes Médicas, 2000.



SEMESTRE IV

DISCIPLINA: Avaliação da Aprendizagem			
CH: 60		CRÉDITOS: 3	1 0
EMENTA			
Abordagem do processo de Avaliação na Educação Básica, em nível teórico e prático, bem como da prática avaliativa e dos mecanismos de exclusão: reprovação, repetência e evasão.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
HAIDT, R. C. C. Avaliação do processo ensino-aprendizagem . São Paulo: Editora Ática, 1994. HOFFMANN, J. Avaliar para promover: as setas do caminho . 2. ed. Porto Alegre: Mediação, 2001. HOFFMANN, J. Contos e contrapontos: do pensar ao agir em avaliação . Porto Alegre: Mediação, 1998.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			
ARELARO, L. R. G. ; KRUPPA, S. M. P. Educação de Jovens e adultos . In: OLIVEIRA, R. P. ; ADRIÃO, T. (orgs.). Organização do Ensino No Brasil: níveis e modalidades na Constituição Federal e na LDB . São Paulo: Xamã, 2002. BREZENZISKI, I. (org.). LDB Interpretada: diversos olhares se entrecruzam . São Paulo: Cortez, 1997.			

DISCIPLINA: Biologia das Criptógamas			
CH: 60		CRÉDITOS: 2	2 0
EMENTA			
Apresentação e caracterização dos Criptógamos e principais grupos de organismos pertencentes ao domínio Bacteria: Importância, biologia e evolução das Cianobactérias (Procariotos autótrofos). Importância, biologia e evolução dos principais grupos criptogâmicos do domínio Eukarya: Importância, biologia e evolução dos principais grupos de Protistas autótrofos: Haptophyta, Euglenophyta, Cryptophyta, Dinophyta, Bacillariophyta, Chrysophyta, Phaeophyta, Rhodophyta, Chlorophyta. Importância, biologia e evolução dos principais grupos criptogâmicos do reino Plantae: Briófitas - filos Hepatophyta, Anthocerophyta e Bryophyta. Importância, biologia e evolução dos principais grupos de plantas vasculares sem sementes (Pteridófitas): filos Lycopphyta e Monilophyta. Técnicas de coleta, identificação e conservação de Criptógamos.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
RAVEN, P. H., EVERT, R. F., CURTIS, H. Biologia Vegetal . 6. ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan, 2001. NULTSCH, W. Botânica Geral . 10.ed. Porto Alegre: Artmed, 2000. JUDD, W. S.; CAMPBELL, C. S.; KELLOGG, E. A.; STEVENS, P. F.; DONOGHUE, M. Sistemática vegetal . 3 ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			
MARGULIS, L.; SCHWARTZ, K.V. Cinco Reinos: um guia ilustrado dos Filos da Vida na Terra . 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan, 2001. ZUQUIM, G.; COSTA, F. R. C.; PRADO, J.; TUOMISTO, H. Guia de Samambaias e Licófitas da REBIO Uatumã: Amazônia Central . Manaus: Áttema, 2008.			

DISCIPLINA: Zoologia de Invertebrados I			
CH: 60		CRÉDITOS: 2	2 0
EMENTA			



Introdução à zoologia. Taxonomia e nomenclatura. Diversidade do reino animal. Os ambientes da Terra. Origem e evolução dos metazoários. Diversidade dos Invertebrados Metazoários, incluindo, Porifera, Cnidaria, Ctenophora, Platyhelminthes, Nematoda, protostomados inferiores e Mollusca. Estudo comparativo da anatomia dos diferentes grupos, relacionando a aspectos da biologia, como ocupação de ambientes, mecanismos de locomoção, alimentação, excreção, circulação, trocas gasosas, percepção de estímulos do meio e reprodução.

Estudo das propostas de ensino da Zoologia para Ensino Fundamental e Médio. Análise de recursos e materiais para o ensino de Zoologia. Planejamento, elaboração, aplicação e avaliação de atividades e programas para o ensino da Zoologia no Ensino Fundamental e Médio.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BRUSCA, R. C. ; BRUSCA, GARY J. **Invertebrados**. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007.

HICKAM, Jr., C.P., ROBERTS, L.S.; LARSON, A. **Princípios Integrados de Zoologia**. 11. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2004.

RUPPERT, E. E.; FOX, R. S. ; BARNES, R. D. **Zoologia dos invertebrados: uma abordagem funcional-evolutiva**. São Paulo: Roca, 2005.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

RIBEIRO, C. C.; ROCHA, M.R. **Invertebrados: manual de aulas práticas**. 2. ed. São Paulo: Holos, 2006.

PAPAVERO, N. **Fundamentos Práticos da Taxonomia Zoológica**. 2.ed. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1994.

DISCIPLINA: Anatomia e Fisiologia Comparada

CH: 60

CRÉDITOS: 2 | 2 | 0

EMENTA

Abordagem da anatomia dos sistemas orgânicos: esquelético, articular, muscular, nervoso, circulatório, respiratório, digestório, urinário, genital masculino e genital feminino, bem como dos líquidos corporais; fenômenos de membrana e função neuromuscular; sistema cardiovascular e respiratório. Funcionamento do sistema digestivo; sistema nervoso e sensorial. Generalidades do sistema endócrino e renal.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

FATTINI, C. A. I.; DANGELO, J. G. **Anatomia Humana Sistema e Segmentos**. 3. ed. Rio de Janeiro: Atheneu, 2005.

JOHN, E. H.; ARTHUR, C. G. **Tratado de Fisiologia Humana**. 11. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006.

MARIEB, E. N.; HOEN, K. **Anatomia e Fisiologia**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

AIRES, M. de M. **Fisiologia Geral**. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008.

FRANK, H. NETTER. **Atlas de Anatomia Humana**. 4. ed. Rio de Janeiro: Saunders, 2008.

DISCIPLINA: Genética

CH: 60

CRÉDITOS: 2 | 2 | 0

EMENTA

Bases da hereditariedade. Segregações. Noções de Citogenética. Aberrações cromossômicas. Ligações gênicas. Mapa genético. Herança extra nuclear. Herança ligada ao sexo. Mutações. Herança quantitativa. Bases moleculares da genética.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA



BROWN, T.A. **Genética: um enfoque molecular**. 3. ed. Guanabara Koogan, 1999.
GRIFFITHS, A.J.F.; GELBART, W.M.; MILER, J.H.; LEWONTIN, R.C. **Introdução à Genética**. 8.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006.
SNUSTAD, D.P.; SIMMONS, M.J. **Fundamentos de Genética**. Rio de Janeiro, Guanabara Koogan, 2001.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

VALENTE, S.E.S. **Biologia Molecular**. Teresina: EDUFPI, 2012.
BROOKES, M. **Fique por dentro da genética**. 2.ed. São Paulo: Geográfica e Editora Ltda., 2001.

SEMESTRE V

DISCIPLINA: Metodologia do Ensino de Ciências e Biologia					
CH: 60		CRÉDITOS:	2	2	0
EMENTA					
Abordagem do campo de estudos das ciências. Fundamentação científica. Métodos e técnicas adequadas ao ensino de ciências: conceitos, classificação, importância e utilização. Biologia no contexto científico. Métodos e técnicas adequadas ao Ensino de Biologia.					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					
DELIZOICOV, D.; ANGOTTI, J.A.; PERNAMBUCO, M. M. Ensino de Ciências: fundamentos e métodos . 3.ed. São Paulo: Cortez, 2009. KRASILCHIK, M. Prática de Ensino de Biologia . 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004. MARANDINO, M.;SELLES, S.E.; FERREIRA, M.S. Ensino de biologia: histórias e práticas em diferentes espaços educativos . São Paulo: Cortez, 2009.					
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR					
HAIDT, R. C. C. Avaliação do processo ensino aprendizagem . São Paulo: Editora Ática, 1994. PERRENOUD, P. As competências para ensinar no século XXI: a formação dos professores e o desafio da avaliação . Porto Alegre: Artmed Editora, 2002.					

DISCIPLINA: Ética em Educação					
CH: 60		CRÉDITOS:	3	1	0
EMENTA					
Concepções de Ética. Ética moral e direito. Ética e cidadania. Ética e Relações Étnico-Raciais. Ética ambiental. Ética profissional. A ética na formação do professor. Reflexões sobre a ética na prática pedagógica.					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					
BEHRENS, M. A.B. O paradigma emergente e a prática pedagógica . Petrópolis: Vozes, 2005. MAZZOTTI, T. B.; OLIVEIRA, R. J. de. Ciência(s) da educação . Rio de Janeiro: DP;A, 2000. PEGORARO, O. Ética através dos maiores mestres da história . Petrópolis: Vozes, 2006.					
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR					
BARBOSA, R. L. L. B. (org.). Trajetória e perspectivas da formação de educadores . São Paulo: Universidade Estadual de São Paulo, 2004. HERMANN, N. Pluralidade e ética em educação . Rio de Janeiro: DP;A, 2001.					

DISCIPLINA: Biologia Vegetal I					
CH: 60		CRÉDITOS:	2	2	0



EMENTA

Introdução ao Reino Plantae. Organização interna do corpo vegetal: sumário dos tecidos e células. Embriologia: do embrião à planta adulta. Morfologia externa e interna e estrutura anatômica da Raiz, Caule, Folha, Flor, Inflorescência, Fruto e Semente.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

APEZZATO-DA-GLÓRIA, B.; CARMELO-GUERREIRO, S. M. **Anatomia Vegetal**. Viçosa: UFV, 2003.

VIDAL, M.R.R.; VIDAL, V.N. **Botânica: Organografia**. Ed. UFV. 2004.

RAVEN, P. H., EVERT, R. F., CURTIS, H. **Biologia Vegetal**. 6ª edição. Editora Guanabara Koogan S. A. Rio de Janeiro. 2001.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ESAÚ, K. **Anatomia das Plantas com semente**. São Paulo: Edgard Bucher, 2000.

JUDD, W.S.; CAMPBELL, C.S.; KELLOG, E.A.; STEVENS, P.F.; DONOGHUE, M.J. **Sistemática vegetal: um enfoque filogenético**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

DISCIPLINA: Zoologia de Invertebrados II

CH: 60

CRÉDITOS: 2 2 0

EMENTA

Origem evolutiva, forma, função e diversidade entre os anelídeos, artrópodes e equinodermas. Estudo comparativo da anatomia dos diferentes grupos, relacionando a aspectos da biologia, como ocupação de ambientes, mecanismos de locomoção, alimentação, excreção, circulação, trocas gasosas, percepção de estímulos do meio e reprodução. Comportamento animal e biodiversidade. Estudo das propostas de ensino da Zoologia para Ensino Fundamental e Médio. Análise de recursos e materiais para o ensino de Zoologia. Planejamento, elaboração, aplicação e avaliação de atividades e programas para o ensino da Zoologia no Ensino Fundamental e Médio.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BRUSCA, R. C. ; BRUSCA, GARY J. **Invertebrados**. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007.

HICKAM, Jr., C.P., ROBERTS, L.S.; LARSON, A. **Princípios Integrados de Zoologia**. 11. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2004.

RUPPERT, E. E.; FOX, R. S. ; BARNES, R. D. **Zoologia dos invertebrados: uma abordagem funcional-evolutiva**. São Paulo: Roca, 2005.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

RIBEIRO, C. Costa ; ROCHA, M.R. **Invertebrados: manual de aulas práticas**. 2. ed. São Paulo: Holos, 2006.

GULLAN, P.J.; CRANSTON, P.S. **Os Insetos: um resumo de Entomologia**. 3. ed. São Paulo: Roca, 2008.

DISCIPLINA: Microbiologia

CH: 60

CRÉDITOS: 2 2 0

EMENTA

História, evolução e objetivos da microbiologia. Caracterização e classificação dos microrganismos. Estrutura dos organismos eucariotos e procariotos. Morfologia e ultra-estrutura bacteriana. Cultivo de bactérias e curva de crescimento. Morfologia, classificação e reprodução de fungos. Metabolismo microbiano, enzimas e sua regulação. Meios de cultivo de microrganismos, exigências nutricionais, influência de fatores físicos e químicos no crescimento de microrganismos. Métodos de controle de microrganismos. Genética microbiana, biologia molecular aplicada ao estudo de microrganismos. Morfologia, classificação e replicação de vírus.



BIBLIOGRAFIA BÁSICA

TRABULS, L. Rachid I; ALTERTHUM, Flávio. **Microbiologia**. 5. ed. São Paulo: Atheneu, 2008.
JAWETZ, E.; MELNICK, J. L.; ADELBERG, E. A. **Microbiologia Médica**. 24. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008.
HARVEY, R. A.; FISCHER, B. D.; CHAMPE, P. C. **Microbiologia Ilustrada**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

FUNKE, B. R.; CASE, C. L.; TORTORA, G. J. **Microbiologia**. 8. ed. Porto Alegre: Artmed, 2005.
WARREN, L.; ERNEST, J. **Microbiologia Médica e Imunologia**. 7. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.

DISCIPLINA: Estágio Supervisionado I

CH: 75 **CRÉDITOS:** 0 0 5

EMENTA

Processo de Formação e a trajetória da profissionalização docente e suas instâncias constitutivas. Laboratório e oficinas de: planejamento, ação docente e avaliação. Construção de materiais didáticos. Utilização das novas tecnologias em educação (Internet/TV Escola).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

DELIZOICOV, D.; ANGOTTI, J. A.; PERNAMBUCO, M. M. **Ensino de ciências fundamentos e métodos**. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2009.
MARANDINO, M.; SELLES, S.E.; FERREIRA, M. S. **Ensino de biologia: história e práticas em diferentes espaços educativos**. São Paulo: Cortez, 2009.
PIMENTA, S.G; LIMA, M.S.L. **Estágio e Docência**. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

PIMENTA, S. G.; GONÇALVES, C. L. **Revedo o Ensino de 2º Grau: propondo a Formação de Professores**. 2. ed. São Paulo: Cortez Editores, 2001.
ZOBOLI, G. **Prática de ensino**. São Paulo: Editora Ática, 2004.

SEMESTRE VI

DISCIPLINA: Libras

CH: 60 **CRÉDITOS:** 2 2 0

EMENTA

Aspectos clínicos, educacionais e sócio-antropológicos da surdez. A Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS: características básicas da fonologia. Noções básicas de léxico, de morfologia e de sintaxe. Tradução em Libras/Português. Desenvolvimento da expressão visual-espacial. Noções básicas da Língua Brasileira de Sinais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

GOES, M. C. R. **Linguagem, surdez e educação**. Campinas, SP: Ed. Autores Associados, 1996.
QUADROS, R. M.; KARNOPP, L. B. **Língua de sinais brasileira, estudos linguísticos**. Porto Alegre: Ed. Artmed, 2004.
SKLIAR, C. (org.). **A surdez: um olhar sobre as diferenças**. Porto Alegre: Ed. Mediação, 2001.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRASIL. Secretaria de Educação Especial. Saberes e práticas da inclusão. MEC/SEEP: Brasília, 2005. Disponível em < <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/avaliacao.pdf>>
CAPOVILLA, F. C.; RAPHAEL, W. D. **Enciclopédia da Língua de Sinais Brasileira**. São Paulo: Editora EDUSP, 2006.



DISCIPLINA: Biologia Vegetal II			
CH: 60		CRÉDITOS: 2	2 0
EMENTA			
Princípios taxonômicos. Sistemas de Classificação. Herbário. Nomenclatura Botânica. Surgimento e evolução das embriófitas. Sistemática das Magnoliophyta (Angiospermae) e relações evolucionárias. Técnicas de coleta, confecção e conservação de exsicatas dos principais grupos vegetais. Identificação e Chaves Analíticas. Noções de Fitogeografia.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
JUDD, W.S.; CAMPBELL, C.S.; KELLOGG, E.A.; STEVENS, P.F.; DONOGHUE, M.J. Sistemática Vegetal: um enfoque filogenético . 3. Ed. Porto Alegre: Artmed, 2009. RAVEN, P.H.; EVERT, R.F.; EICHHORN, S.E. Biologia vegetal . 7. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007. VIDAL, W.N.; VIDAL, M.R.R. Botânica-organografia: quadros sinóticos ilustrados de fanerógamos . 3. Ed. Viçosa: UFV, 1995.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			
JOLY, A.B. Botânica: introdução à taxonomia vegetal . 13. ed. São Paulo: Cia Ed. Nacional. 2002. VIDAL, W. N.; VIDAL, M. R. R. (colab.). Taxonomia vegetal . Viçosa (MG): UFV, 2006.			

DISCIPLINA: Zoologia de Vertebrados I			
CH: 60		CRÉDITOS: 2	2 0
EMENTA			
Peixes e Anfíbios: diferenças entre Protostômios e Deuterostômios; Urochordata e Cephalochordata; Chordata; Craniata; Agnatha; Chondrichthyes; Osteichthyes; Dipnoi. História evolutiva de Pisces. Organização Biológica, evolutiva de tetrápoda: introdução à conquista do ambiente terrestre. Origem dos primeiros tetrápoda. Amphibia: biologia e evolução (Anura Urodela e Gmnophiona).			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
POUGH, F. H.; JANIS, C. M.; HEISER, J. B. A vida dos vertebrados . São Paulo: Atheneu, 2008. HILDEBRAND, M. Análise da Estrutura dos Vertebrados . São Paulo: Atheneu Editora, 2006. ORR, R. T. Biologia dos Vertebrados . São Paulo: Editora Roca, 1986.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			
HICKMAN, JR.; ROBERTS, L.S.; LARSON, A. Princípios Integrados de Zoologia . 11 ed. São Paulo: Guanabara Koogan, 2004. ROMER, A. S; PARSONS, T. S. Anatomia Comparada dos Vertebrados . São Paulo: Atheneu Editora, 1985.			

DISCIPLINA: Biologia Molecular			
CH: 60		CRÉDITOS: 2	2 0
EMENTA			
Abordagem das bases moleculares da hereditariedade, do processo de regulação gênica, do mapeamento gênico com enfoque molecular, das tecnologias do DNA recombinante, dos marcadores moleculares, da terapia gênica, do organismo transgênico e, finalmente, das biotecnologias. Abordagens de práticas pedagógicas voltadas para a interdisciplinaridade e o ensino de biologia molecular.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			



BENJAMIN, L. **Genes IX**. Porto Alegre: Artmed, 2009.
ALBERTS, B.; RAY, D.; LEWIS, J.; MARTIN, R.; ROBERTS, K.; WATSON, J. D. **Biologia Molecular da Célula**. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.
SNUSTAD, D.P. ; SIMMONS, M.J. **Fundamentos de Genética**. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

De ROBERTIS, E.; HIB, J. **Bases da Biologia Celular e Molecular**. 4. ed. Guanabara Koogan: Rio de Janeiro, 2006.
LEHNINGER, A. L., NELSON, D. L. ; COX, M. M. **Princípios de Bioquímica**. 4. ed. São Paulo: Sarvier, 2006.
VALENTE, S.E.S. **Biologia Molecular**. Teresina: EDUFPI, 2012.

DISCIPLINA: Ecologia

CH: 60

CRÉDITOS: 2 2 0

EMENTA

Evolução, População, comunidades e ecossistemas. Biosfera e seu equilíbrio. Biodiversidade. Conservação dos recursos naturais. Manejo e educação ambiental.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

DAJOZ, R. **Princípios de ecologia**. 7.ed. Porto Alegre: Artmed Editora, 2003.
ODUM, E.P. **Ecologia**. Editora Guanabara Koogan, Rio de Janeiro, 1983.
PINTO-COELHO, R.M. **Fundamentos em ecologia**. Artmed Editora, Porto Alegre, 2000.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

RICKFELS, R. E. **A Economia da Natureza**. 5. ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan, 2003.
TOWNSEND, C. R.; BEGON, M.; Harper, J. L. **Fundamentos em Ecologia**. 2. ed. Porto Alegre, Artmed Editora, 2003.

DISCIPLINA: Estágio Supervisionado II

CH: 90

CRÉDITOS: 0 0 6

EMENTA

Projeto de Estágio. Estágio observacional escolar (Ensino Fundamental e Médio) e não escolar.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

DELIZOICOV, D.; ANGOTTI, J. A.; PERNAMBUCO, M. M. **Ensino de ciências fundamentos e métodos**. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2009.
MARANDINO, M.; SELLES, S.E.; FERREIRA, M. S. **Ensino de biologia: história e práticas em diferentes espaços educativos**. São Paulo: Cortez, 2009.
PIMENTA, S.G; LIMA, M.S.L. **Estágio e Docência**. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

PIMENTA, S. G.; GONÇALVES, C. L. **Revedo o Ensino de 2º Grau**: propondo a Formação de Professores. 2. ed. São Paulo: Cortez Editores, 2001.
ZOBOLI, G. **Prática de ensino**. São Paulo: Editora Ática, 2004.

SEMESTRE VII

DISCIPLINA: Gestão e organização do Trabalho Escolar

CH: 60

CRÉDITOS: 3 1 0

EMENTA



Gestão de Sistemas e Unidades Educacionais. Organização e função da escola. Organização e planejamento do Trabalho Pedagógico. Coordenação Pedagógica. O currículo e a avaliação. O Projeto Político Pedagógico. O Empreendedorismo na escola. Perfil do gestor empreendedor contemporâneo.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- COLOMBO, S. S. et. al. *Gestão educacional: uma nova visão*. Porto Alegre: Artmed, 2004.
DORNELAS, José Carlos Assis. *Empreendedorismo*. Rio de Janeiro, Campus, 2001.
LIBANEO, José carlos. *Organização e Gestão da Escola: Teoria e Prática*. Cuiabá: Alternativa, 2007

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- FERREIRA, Naura C. (Org.). *Gestão Democrática da Educação; Atuais Tendências, Novos Desafios*. São Paulo: Cortez, 2001
SOUZA, Rosa Fátima. *História da Organização do Trabalho Escolar e do Currículo no século XX* (ensino primário e secundário no Brasil). São Paulo: Cortez, 2008.

DISCIPLINA: Fisiologia Vegetal

CH: 60

CRÉDITOS: 2 2 0

EMENTA

Abordagem das relações hídricas, da fotossíntese, da respiração, da nutrição mineral, do transporte de soluto na planta, dos fito-hormônios. Crescimento e desenvolvimento vegetal, frutificação, dormência e germinação.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- KERBAURY, G.B. *Fisiologia vegetal*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2004.
LINCOLN Taiz ; ZEIGER, Eduardo. *Fisiologia Vegetal*. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.
WILHELME, N. *Botânica geral*. 10. ed. Porto Alegre: Artmed, 2000.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- FERRI, MG. *Fisiologia vegetal*. 2.ed. São Paulo: EPU, 1986.
TAIZ, L.; ZEIGER, E. *Fisiologia vegetal*. 4.ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

DISCIPLINA: Zoologia de Vertebrados II

CH: 60

CRÉDITOS: 2 2 0

EMENTA

Reptilia, Aves e Mammalia: ovo cledóico, modificações necessárias para vida distante da água. Nutrição, metabolismo energético, crescimento e desenvolvimento, princípios gerais de circulação, regulação da temperatura e excreção, movimento nos Reptilia, Aves e Mammalia.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- POUGH, F. H.; JANIS, C. M.; HEISER, J. B. *A vida dos vertebrados*. São Paulo: Atheneu, 2008.
HILDEBRAND, M. *Análise da Estrutura dos Vertebrados*. São Paulo: Atheneu Editora, 2006.
ORR, R. T. *Biologia dos Vertebrados*. São Paulo: Editora Roca, 1986.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- HICKMAN, JR.; ROBERTS, L.S.; LARSON, A. *Princípios Integrados de Zoologia*. 11 ed. São Paulo: Guanabara Koogan, 2004.
ROMER, A. S; PARSONS, T. S. *Anatomia Comparada dos Vertebrados*. São Paulo: Atheneu Editora, 1985.

DISCIPLINA: Evolução

CH: 60

CRÉDITOS: 2 2 0

EMENTA



O processo evolutivo. Mecanismo evolutivo. Diversidade genética. Equilíbrio de Hardy-Weimberg. Seleção natural e artificial. Mecanismo de isolamento. Modos de especiação. Tendências evolutivas. Evolução molecular.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

FUTUYMA, D.J. **Biologia Evolutiva**. 3. ed. Ribeirão Preto: Sociedade Brasileira de Genética, 2002.
FUTUYMA, D.J. **Evolução, Ciências e Sociedade**. Ribeirão Preto: Sociedade Brasileira de Genética, 2002.
RIDLEY, M. **Evolução**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

AMORIM, D.S. **Elementos Básicos de Sistemática Filogenética**. 2.ed. Ribeirão Preto, SP: Holos, Editora e Sociedade Brasileira de Entomologia, 1997.
DAWKINS, R. **O gene egoísta**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

DISCIPLINA: Estágio Supervisionado III

CH: 120

CRÉDITOS: 0 0 8

EMENTA

Projeto de Estágio. Estágio de regência no Ensino Fundamental.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

DELIZOICOV, D.; ANGOTTI, J. A.; PERNAMBUCO, M. M. **Ensino de ciências fundamentos e métodos**. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2009.
MARANDINO, M.; SELLES, S.E.; FERREIRA, M. S. **Ensino de biologia: história e práticas em diferentes espaços educativos**. São Paulo: Cortez, 2009.
PIMENTA, S.G; LIMA, M.S.L. **Estágio e Docência**. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

PIMENTA, S. G.; GONÇALVES, C. L. **Revedo o Ensino de 2º Grau: propondo a Formação de Professores**. 2. ed. São Paulo: Cortez Editores, 2001.
ZOBOLI, G. **Prática de ensino**. São Paulo: Editora Ática, 2004.

DISCIPLINA: Elaboração de Trabalho de Conclusão de Curso I

CH: 30

CRÉDITOS: 0 2 0

EMENTA

Levantamento bibliográfico, elaboração e defesa de projeto de Trabalho de Conclusão de Curso.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. Rio de Janeiro: ABNT, 2002.
MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M.. **Fundamentos da Metodologia Científica**. 6.ed. São Paulo: ATLAS, 2007.
SANTOS, A. R. dos. **Metodologia Científica: a construção do Conhecimento**. 7. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

GIL, A. C.. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
DUSILEX, D. **A Arte de investigação criadora: introdução à Metodologia da Pesquisa**. JERP, 2000.

SEMESTRE VIII

DISCIPLINA: Relações Étnico Raciais, Gênero e Diversidade

CH: 60

CRÉDITOS: 3 1 0

EMENTA



Educação e Diversidade Cultural. O racismo, o preconceito e a discriminação racial e suas manifestações no currículo da escola. As diretrizes curriculares para a educação das relações étnico-raciais. Diferenças de gênero e Diversidade na sala de aula.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ABRAMOVAY, M.; GARCIA, M. C. (coord.). **Relações raciais na escola**: reprodução de desigualdades em nome da igualdade. Brasília-DF: UNESCO; INEP; Observatório de Violências nas Escolas, 2006.

ROCHA, R. M. de C.; TRINDADE, A. L. da (orgs.). **Ensino Fundamental**. Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais. Brasília: Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2006.

PERRENOUD, P. **A Pedagogia na escola das diferenças**: fragmentos de uma sociologia do fracasso. 2.ed. Porto Alegre: Artmed, 2001.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

GOMES, N. L.; SILVA, P. B. G. e (org.). **Experiências étnico-culturais para a formação de professores**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

MEYER, D. E. Alguns são mais iguais que os outros: etnia, raça e nação em ação no currículo escolar. *In: A escola cidadã no contexto da globalização*. 4.ed. São Paulo: Vozes, 2000.

DISCIPLINA: Educação, Meio Ambiente e Sustentabilidade

CH: 60

CRÉDITOS: 2 2 0

EMENTA

Relação entre saúde, educação e meio ambiente. Educação Ambiental (história, conceito e importância no ensino fundamental, médio e superior), os principais documentos e encontros. A responsabilidade ambiental das empresas. A insustentabilidade dos padrões de consumo na contemporaneidade: qual sustentabilidade queremos? O valor da Biodiversidade, fenômenos ambientais e suas implicações para a sobrevivência do homem e outras formas de vida.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CARVALHO, I. C. de M. **Educação ambiental**: a formação do sujeito ecológico. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

DIAS, G. F. **Educação ambiental**: princípios e práticas. 9. ed. São Paulo: Gaia, 2004.

GUIMARAES, M. (org.). **Caminhos da educação ambiental**: da forma a ação. 4. ed. Campinas, SP: Papirus, 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

SILVA, J. N. **Educação ambiental comunitária**. Recife, 2006.

VALVERDE, S. R. (ed.). **Elementos de gestão ambiental empresarial**. Viçosa, MG: UFV, 2005.

DISCIPLINA: Geologia e Paleontologia

CH: 60

CRÉDITOS: 2 2 0

EMENTA

Tópicos de Geologia Geral. Mineralogia e Rochas: descrição e classificação de rochas magmáticas, metamórficas e sedimentares. Classificação dos minerais. Propriedade dos minerais. Intemperismo e principais agentes intempéries. Aspectos gerais de geomorfologia. Introdução à Paleontologia. Processos de Fossilização. A escala geológica do tempo. História geológica da vida. Aspectos paleontológicos dos vertebrados. Aspectos do homem fóssil. Estudo das propostas de ensino da geopaleontologia.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA



LEINZ, V.; AMARAL, S. E. do (colab.). **Geologia geral**. 14. ed. São Paulo: Nacional, 2003.
POPP, J. H. **Geologia geral**. 5. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2004.
BITAR, O. Y.; COIMBRA, J. de A. (colab.). **Meio ambiente e geologia**. São Paulo: SENAC, 2004.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BARROS, C. de. **Geologia USP 50 anos**. São Paulo: EDUSP, 2007.
SUGUIO, K. **Dicionário de geologia sedimentar e áreas afins**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

DISCIPLINA: Sistemática e Filogenética

CH: 60

CRÉDITOS: 2 2 0

EMENTA

Sistemática e métodos da Taxonomia Animal. Código internacional de nomenclatura Zoológica (ICZN). Escolas classificações biológicas, gradística e cladística. Forma e agrupamentos taxonômicos. Semelhanças compartilhadas. Construção de cladogramas. Implementação de materiais pedagógicos e práticas didáticas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

AMORIM, D.S. **Fundamentos de Sistemática Filogenética**. Ribeirão Preto, SP: Holos, 2002.
PAPAVERO, N. **Fundamentos Práticos de Taxonomia Zoológica**. 2.ed. São Paulo: UNESP, 1994.
HICKAM, Jr., C.P., ROBERTS, L.S.; LARSON, A. **Princípios Integrados de Zoologia**. 11. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2004.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

MARGULIS, I. ;SCHWARTZ, K. **Cinco reinos**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan, 2001.
SCHNEIDER, H. **Métodos de Análise Filogenética**. 3.ed. Ribeirão Preto, SP: Holos, 2007.

DISCIPLINA: Estágio Supervisionado IV

CH: 120

CRÉDITOS: 0 0 8

EMENTA

Projeto de Estágio. Estágio de regência no Ensino Médio.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

DELIZOICOV, D.; ANGOTTI, J. A.; PERNAMBUCO, M. M. **Ensino de ciências fundamentos e métodos**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2009.
MARANDINO, MARTHA; SELLES, S.E.; FERREIRA, M. S. **Ensino de biologia: história e práticas em diferentes espaços educativos**. São Paulo: Cortez, 2009.
PIMENTA, S.G; LIMA, M.S.L. **Estágio e Docência**. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

PIMENTA, S. G. ; GONÇALVES, C. L. **Revedo o Ensino de 2º Grau: propondo a Formação de Professores**. 2. ed. São Paulo: Cortez Editores, 2001.
ZOBOLI, G. **Prática de ensino**. São Paulo: Editora Ática, 2004.

DISCIPLINA: Elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso II

CH: 30

CRÉDITOS: 0 2 0

EMENTA

Desenvolvimento do projeto. Prática de coleta de dados e análise. Escrita do Trabalho de Conclusão de Curso.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA



ASSOCIAÇÃO Brasileira de Normas Técnicas. Rio de Janeiro: ABNT, 2002.
MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos da Metodologia Científica**. 6.ed. São Paulo: ATLAS, 2007.
SANTOS, A. R. dos. **Metodologia Científica: a Construção do Conhecimento**. 7. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
DUSILEX, D. **A Arte de investigação criadora: introdução à metodologia da pesquisa**. Rio de Janeiro: JERP, 2000.



EMENTÁRIO DAS DISCIPLINAS OPTATIVAS

Área Pedagógica

DISCIPLINA: Educação à Distância					
CH:	60	CRÉDITOS:	2	2	0
EMENTA					
Abordagem do histórico e das perspectivas do ensino à distância, bem como das formas e características da EaD, além de seus potenciais, limites e restrições. Compreensão das relações entre comunicação, tecnologia e educação, assim como, os requisitos educacionais e tecnológicos para a EaD, os conceitos básicos, os aspectos legais, as experiências brasileiras, o cenário atual e os estudo de casos.					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					
LANDIM, C.M.F. Educação à distância: algumas considerações. Petrópolis: Vozes, 1997. MEHEDFF, N.A. Educação à distância, alternativa para elevação da escolaridade e das competências básicas do trabalhador. <i>In: The Fifth Anglo-Brazilian Seminar On Distance Education In Brazil.</i> Institute Of Education, Londres, Nov.1997. NISKIER, Arnaldo. Educação à distância: a tecnologia da esperança; políticas e estratégias; a implantação de um sistema nacional de educação aberta e à distância. São Paulo: Loyola, 1999.					
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR					
LUCENA, M. Um modelo de escola aberta na Internet: kidlink no Brasil. Rio de Janeiro: Brasport, 1997. PRETI, O. (org.). Educação à distância: inícios de um percurso. Cuiabá: UFMT, 1996.					
DISCIPLINA: Tecnologias Aplicadas ao Ensino					
CH:	60	CRÉDITOS:	2	2	0
EMENTA					
Fundamentos teórico-práticos que servem de base ao uso das Novas Tecnologias da Informação e Comunicação (NTIC). Estudo da utilização das NTIC nas variadas práticas educacionais. Apresentação de softwares, seus usos e estudo prático de exemplos de atividades voltadas à prática educacional.					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					
BRITO, G. da S. & PURIFICAÇÃO, I. da. Educação e Novas tecnologias: um re-pensar. Curitiba: IBPEX, 2008. OLIVEIRA, M. A. M. & COSTA, J. W. da. Novas Linguagens e Novas Tecnologias – Educação e Sociabilidade. Petrópolis: Vozes, 2004. SILVA, M. L., KOPP, R. & LEIVAS, M. Novas Tecnologias – Educação e Sociedade na Era da Informação. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2001.					
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR					
ARAÚJO JUNIOR, C. F. & SILVEIRA, I. F. Tecnologia da Informação e Educação: pesquisas e aplicações. São Paulo: ANDROSS EDITORA, 2006. ALMEIDA, F.J. Educação e Informática: os computadores na escola. São Paulo: Cortez Editores, 2005.					
DISCIPLINA: Instrumentação para o Ensino de Biologia Celular, Molecular e Genética					
CH:	60	CRÉDITOS:	0	4	0
EMENTA					
Estudo do instrumental teórico-prático fundamental para o ensino de Biologia Celular e Molecular					



e Genética no exercício da docência em Ciências e Biologia, buscando enfatizar as questões epistemológicas, o papel da experimentação e a relação Ciência, Tecnologia e Sociedade. Elaboração, execução de experimentos e formas de abordagem ao estudo das células e suas moléculas. Adaptação de atividades práticas aos conteúdos dos livros didáticos. Proposição de atividades práticas para realização na escola e/ou extraclasse. Análise e discussão das propostas curriculares para o ensino de Ciências e Biologia, no ensino fundamental e médio, respectivamente. Abordagens de conteúdos voltados para a interdisciplinaridade e o ensino de ciências e biologia.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

DE ROBERTIS, E.M.F. **Bases da biologia celular e molecular**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006.

GRIFFITHS, A.J.F., MILLER, J.H., SUZUKI, D.T., LEWONTIN, R.C. & GELBART, W.M. **Introdução à Genética**. 9. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2009.

KRASILCHIK, M. **Prática de ensino em Biologia**. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2004.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BIZZO, N. **Ciências: fácil ou difícil**. São Paulo: Ática, 1998.

TEIXEIRA, P. M. M. **Ensino de Ciências: Pesquisas e Reflexões**. São Paulo: Holos, 2006.

DISCIPLINA: Instrumentação para do Ensino de Zoologia

CH: 60

CRÉDITOS: 0 4 0

EMENTA

Estudo das propostas de ensino da Zoologia para Ensino Fundamental e Médio. Análise de recursos e materiais para o ensino de Zoologia. Planejamento, elaboração, aplicação e avaliação de atividades e programas para o ensino da Zoologia no Ensino Fundamental e Médio.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

AMABIS, J. M.; MARTHO, G. R. **Guia de Apoio Didático – Conceitos de Biologia**. São Paulo: Editora Moderna, 2001.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília: MEC/Secretaria de ensino médio, 1997.

MARGULIS, I. & SCHWARTZ, K. **Cinco reinos**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan S.A., 2001.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

HICKAM, Jr., C.P., ROBERTS, L.S.; LARSON, A. **Princípios Integrados de Zoologia**. 11. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2004.

RUE, J. **O que ensinar e por quê: elaboração e desenvolvimento de projetos de formação**. Educação em pauta. São Paulo: Moderna, 2003.

DISCIPLINA: Instrumentação para do Ensino da Botânica

CH: 60

CRÉDITOS: 0 4 0

EMENTA

Discutir o ensino de Botânica no Ensino Fundamental e Médio. Análise de recursos e materiais didáticos para o ensino de Botânica. Elaborar textos e materiais didáticos para aulas teóricas e práticas. Planejamento, elaboração, aplicação e avaliação de atividades e programas para o ensino da Botânica no Ensino Fundamental e Médio. Participação em atividades relacionadas com alunos/professores da educação básica nas escolas conveniadas e com atividades de educação em Ciências junto à comunidade.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

AMABIS, J. M.; MARTHO, Gilberto R.; **Guia de Apoio Didático – Conceitos de Biologia**. São



Paulo: Editora Moderna, 2001.
BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília: MEC/Secretaria de ensino médio, 1997.
RAVEN, P.H.; EVERT, R.F.; EICHORN, S.E. **Biologia vegetal**. 7.ed. New York: Guanabara Koogan, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

MARGULIS, I. & SCHWARTZ, K. **Cinco reinos**. 3.ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan S.A., 2001.
RUE, J. **O que ensinar e por quê**: elaboração e desenvolvimento de projetos de formação. Educação em pauta. São Paulo: Moderna, 2003.

DISCIPLINA: Instrumentação para do Ensino de Ecologia

CH: 60

CRÉDITOS: 0 4 0

EMENTA

A disciplina visa elaborar práticas, planejar e executar projetos, criando estratégias metodológicas para o ensino dos conteúdos de ecologia em escolas de primeiro e segundo grau.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

Dajoz, R. 2003. **Princípios de ecologia**, 7^o edição. Artmed Editora, Porto Alegre, 2003. 519p.
Townsend, C. R., Begon, M. & Harper, J. L. **Fundamentos em ecologia**, 3^o edição. Artmed Editora, Porto Alegre, 2010. 576p.
BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília: MEC/Secretaria de ensino médio, 1997.
Bibliografia Complementar

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

Fajardo, E. **Ecologia e cidadania: se cada um fizer a sua parte...** Rio de Janeiro: Senac Nacional, 2006. 160p
Ricklefs, R. E. **A Economia da Natureza**, 5^o edição. Editora Guanabara Koogan, Rio de Janeiro, 2010. 503p.

DISCIPLINA: Temas e Práticas Transversais

CH: 60

CRÉDITOS: 2 2 0

EMENTA

Importância do significado e implicações que os Temas Transversais têm para a Educação. Abordagem dos conceitos de transversalidade e interdisciplinaridade. Estudo teórico-prático das contribuições que essa proposta traz para a construção de uma realidade educacional transformadora, voltada para aspectos políticos, sociais e culturais de interesse da sociedade brasileira.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALVARES, M. N. et al. **Valores e temas transversais no currículo**. Porto Alegre: Artmed, 2002.
BUSQUETS, M. D. et al. **Temas Transversais em Educação: bases para uma formação integral**. 5.ed. São Paulo: Ática, 1999.
YUS, R. **Temas Transversais: em busca de uma nova escola**. Porto Alegre: Artmed, 1998.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTO. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL. **Parâmetros curriculares nacionais: introdução dos temas transversais e ética**. Brasília: MEC/SEF, 1997, Meio ambiente e saúde. Brasília: MEC/SEF, 1997, Pluralidade cultural e Orientação sexual. Brasília: 1vIEC/SEF, 1997.
BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTO. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO



FUNDAMENTAL. **Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais.** Brasília: MEC/SEF, 1998.

DISCIPLINA: Políticas Públicas e Educação Inclusiva			
CH:	60	CRÉDITOS:	2 2 0
EMENTA			
O controle dos corpos e a educação brasileira como prática de controle. As concepções de normal e patológico. As concepções histórico-sociais da chamada educação especial/inclusiva. Estigmatização, mecanismos de exclusão e espaço escolar. A visão histórico-crítica de educação inclusiva.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
GOFFMAN, E. Estigma: notas sobre manipulação da identidade deteriorada. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1988.			
MACHADO, P. C. A política educacional de integração/inclusão. Editora da UFSC: Florianópolis, 2008.			
MAZZOTA, M. J. S. Educação especial no Brasil: história e políticas públicas. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2005.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			
ROMANELLI, O. O. História da educação no Brasil. 31.ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2005.			
SKLIAR, C. Educação e exclusão: abordagens sócio-antropológicas em educação especial. 3.ed. Porto Alegre: Editora mediação, 1997.			

DISCIPLINA: Teorias da Aprendizagem			
CH:	60	CRÉDITOS:	2 2 0
EMENTA			
Fundamentos teóricos, características e análise crítica das teorias da aprendizagem. A relação entre aprendizagem e desenvolvimento. O desenvolvimento das funções psíquicas superiores. A perspectiva sócio-histórica e suas implicações na compreensão dos processos de aprendizagem. O contexto escolar como espaço de aprendizagem e desenvolvimento humano.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
BOCK, A. M. B. Psicologia sócio-histórica: uma perspectiva crítica em psicologia. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2007.			
HILGARD, E.R. Teorias de aprendizagem. São Paulo: Ed. Herder., 1969.			
MALUF, M.I. Aprendizagem: tramas do conhecimento do saber e da subjetividade. Petrópolis: Editora Vozes, 2006.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			
MORIN, E. Os sete saberes necessários à educação do futuro. São Paulo: Ed. Cortez, 2000.			
PERRENOUD, P. As competências para ensinar no século XXI: a formação dos professores e o desafio da avaliação. Porto Alegre: Artmed Editora, 2002.			

Área de Ciências Biológicas

DISCIPLINA: Entomologia			
CH:	60	CRÉDITOS:	2 2 0
EMENTA			
Introdução a entomologia. Morfologia, fisiologia e ecologia dos insetos. Principais pragas urbanas e agrícolas e métodos de controle.			



BIBLIOGRAFIA BÁSICA

TRIPLEHORN, C. A. ; JOHNSON, N. F. **Estudo dos Insetos**. São Paulo: Editora Cengage Learning, 2010.

GALLO, D. *et al.* **Manual de Entomologia**, 3.ed. Piracicaba: FEALQ, 2002.

GULLAN, P.J. ; CRANSTON, P.S. **Os Insetos: um Resumo de Entomologia**. 3. ed. São Paulo: Roca, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

GRIMALDI, D. ; ENGEL, M.S. **Evolution of the insects**. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

ZUCHI, R.A, ALVES, S.B.; VENDRAMIM, J.D. **Manual de Entomologia Agrícola**. São Paulo: Ceres, 2007.

DISCIPLINA: Recuperação de Áreas Degradadas

CH: 60

CRÉDITOS: 2 | 2 | 0

EMENTA

Importância da recuperação de áreas degradadas. Componentes dos ecossistemas. Restauração ecológica. Áreas sensíveis ao processo de degradação. Diagnóstico e medidas de controle. Técnicas de recomposição de áreas degradadas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BERTONI, J.; LOMBARDI NETO, F. **Conservação do solo**. 3.ed. São Paulo, Editora: Ícone. 1993.

MARTINS, S. V. **Recuperação de matas ciliares**. 2. ed. Viçosa: Aprenda Fácil Editora, v.1., 2007.

PAIVA, H.N.; VITAL, B.R. **Escolha da Espécie Florestal**. Caderno Didático 93, Editora UFV, 2003.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

RIZZINI, C.T. **Árvores e Madeiras úteis do Brasil – Manual de Dendrologia Brasileira**. São Paulo: Ed. Edgar Blucher, 2000.

TOWNSEND, C.R.; BEGON, M.; HARPER, E.J.L. **Fundamentos em Ecologia**. 2.ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

DISCIPLINA: Citogenética Geral

CH: 60

CRÉDITOS: 2 | 2 | 0

EMENTA

Introdução à Citogenética Geral. Cromossomos metafísicos e ciclo mitótico. Organização da cromatina. Heterocromatina e bandeamento cromossômico. Ciclo endomitótico e os cromossomos politênicos. Cromossomos sexuais. Conseqüências da meiose. Citogenética de procariotos, vírus e eucariotos. Variação cromossômica. Variações estruturais e numéricas. Abordagens de práticas pedagógicas voltadas para a interdisciplinaridade e o ensino de citogenética.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

DE ROBERTIS, E.M.F. **Bases da biologia celular e molecular**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006.

GUERRA, M. **Introdução à citogenética geral**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1988.

THOMPSON ; THOMPSON. **Genética médica**. 7. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

DANTAS, S.M.M. de M. **Estudos citogenéticos em nove espécies de quiróptera do Novo**



Mundo (Molossidae, Mormoopidae, Phyllostomidae e Emballonuridae). Tese de doutorado. UEPA, 2004.

GRIFFITHS, A.J.F., MILLER, J.H., SUZUKI, D.T., LEWONTIN, R.C. & GELBART, W.M.

Introdução à Genética. 9. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2009.

DISCIPLINA: Biogeografia e Conservação de Ecossistemas					
CH:	60	CRÉDITOS:	2	2	0
EMENTA					
Abordagem histórica da biogeografia, seu conceito, dispersão e vicariância. Os métodos em biogeografia, cladística, panbiogeografia, biogeografia quantitativa, biogeografia e conservação. A teoria dos refúgios e a biogeografia da América do Sul.					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					
GARAY, I.; DIAS, B. (Org.). Conservação da biodiversidade em ecossistemas tropicais. Avanços conceituais e revisão de novas metodologias de avaliação e monitoramento. Petrópolis: Vozes, 2001.					
PRIMACK, R. B. & RODRIGUES, E. Biologia da conservação. Londrina: Midiograf, 2001.					
SUCHANTKE, A. Eco-geography. What we see when we look at landscapes? Barrington: Lindisfarne, 2001.					
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR					
COX, C. B. & MOORE, P. D. Biogeography: an ecological and evolutionary approach. 5. ed. Oxford: Blackwell Scientific Publications, 1993.					
MORSELLO, C. Áreas protegidas públicas e privadas: seleção e manejo. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2001.					

DISCIPLINA: Inglês Instrumental					
CH:	60	CRÉDITOS:	2	2	0
EMENTA					
Abordagem dos aspectos linguísticos do idioma: referência contextual, partes do discurso (substantivos, pronomes, adjetivos, advérbios, verbos regulares e irregulares, conjunções e interjeições), tempos verbais, plurais irregulares, comparativos e superlativos. Emprego de estratégias de leitura (skimming, scanning, selectivity, intensive reading) na leitura e interpretação de textos. Aquisição e fixação de vocabulário e estruturas gramaticais.					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA					
MURPHY, R. English grammar in use: a self-study reference and practice book for intermediate students: with answers. 3.ed. New York: Cambridge University Press, 2004.					
SOUSA, M. do S. E. de; SOUSA, C. N. N. de; GONÇALVES, L. R. L. R. [et al.]. Inglês Instrumental: Estratégia de Leitura. Teresina: Editora Halley, 2002.					
SOUZA, A. G. F [et al.]. Leitura em Língua Inglesa: uma abordagem instrumental. São Paulo: DISAL, 2005.					
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR					
PARKER, J. Password: English dictionary for speakers of Portuguese. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.					
TORRES, N. Gramática prática da língua inglesa: o inglês descomplicado. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.					



DISCIPLINA: Etnobotânica	
CH: 60	CRÉDITOS: 2 2 0
EMENTA	
Definição, histórico e Introdução à etnobotânica. Papel da etnobotânica para o desenvolvimento do conhecimento científico. Metodologia da pesquisa etnobotânica. Noções de etnobiologia e etnoecologia e suas implicações sociais.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
ALBUQUERQUE, U.P. Introdução à etnobotânica . Caracas: Ed. Interciência, 2005. ALBUQUERQUE, U.P., LUCENA, R.F.P. & CUNHA, L.V.F. (Orgs). Métodos e técnicas na pesquisa etnobiológica e etnoecológica . Recife: NUPEEA, 2010.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
ALBUQUERQUE, U.P., ALMEIDA, C.F.C.B.R. & MARINS, J.F.A. (orgs.). Tópicos em conservação, etnobotânica e etnofarmacologia de plantas medicinais e mágicas . Recife: NUPEEA, 2005. DIEGUES, A.C. Etnoconservação . São Paulo: Hucitec, 2000.	

DISCIPLINA: Flora Regional	
CH: 60	CRÉDITOS: 2 2 0
EMENTA	
Identificação, ecologia, uso e manejo das espécies mais importantes da região. Coleta de identificação da flora local.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
JOLY, A. B. Botânica: introdução à taxonomia vegetal . 7. ed. São Paulo: Nacional, 1985. GARIGLIO, M.A. <i>et al.</i> Uso sustentável e conservação dos recursos florestais da caatinga . Brasília: Serviço Florestal Brasileiro, 2010. SANO, S.M.; ALMEIDA, S.P. de; RIBEIRO, J.F. Cerrado: ecologia e flora . Brasília: Embrapa Cerrados - Embrapa Informação Tecnológica. 2008.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
ALCOFORADO FILHO, F. G.; NASCIMENTO, M. P. S. C. B. do; CARVALHO, J. H. de. Flora apícola da caatinga dos municípios de Colônia do Piauí e São João do Piauí . Congresso Brasileiro de Apicultura, Teresina. Anais. Teresina: CBA, 1996. BARROSO, G.M. Sistemática de angiospermas do Brasil . São Paulo: EDUSP, vol.1, 2 e 3, 1986.	

DISCIPLINA: Ictiologia	
CH: 60	CRÉDITOS: 2 2 0
EMENTA	
Introdução à ictiologia, à morfologia interna e externa de peixes dulciaquícolas, bem como os estudos biológicos e sistemáticos.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
LOWE-MCCONNELL, R.H. Estudos ecológicos de comunidades de peixes tropicais . São Paulo: EDUSP, 1999. NELSON, J.S. Fishes of the World . 4.ed. Califórnia: Wiley, 2006. REIS, R.; KULLANDER, S.O.; CARLFERRARIS, Jr. (orgs.) Checklist of the Freshwater Fishes of South and Central America . Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.	



BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRANCO, S.G. et al. **Poluição e piscicultura**. São Paulo: Faculdade de Saúde Pública da USP, 1970.
SANTOS, E. **Peixes de água doce**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1981.

DISCIPLINA: Técnicas convencionais de microscopia de luz aplicadas em histologia vegetal

CH: 60

CRÉDITOS: 0 4 0

EMENTA

Coleta, fixação e preservação de material vegetal. Desidratação, infiltração e inclusão de amostras. Secção de amostras à mão livre e incluídas em historresina. Coloração e montagem de secções histológicas. Fotomicroscopia e montagem de pranchas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

APPEZZATO DA GLÓRIA, B., CARMELLO-GUERREIRO, S.M. **Anatomia vegetal**. Viçosa: UFV, 2006.
ASCENSÃO, L. **Técnicas histoquímicas convencionais e de microscopia de fluorescência aplicadas em espécies de cerrado** (Apostila). Botucatu: UNESP-Instituto de Biociências-Departamento de Botânica, 2003.
ESAU, K. **Anatomia das plantas com sementes**. São Paulo: Editora Blucher, 1974.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

MEIRA, R.M.S.; MARTINS, F.M. Inclusão de material herborizado em metacrilato para estudos de anatomia vegetal. **Revista Árvore**, 27 (1): 109-112, 2007.
KRAUS, J.E., ARDUIN, M. **Manual básico de métodos em Morfologia vegetal**. Seropédica: EDUR, 1997.

5.9 Prática como componente curricular

De acordo com a Resolução CNE/CP 1/2002, a prática, na matriz curricular, não poderá ficar reduzida a um espaço isolado, que a restrinja ao Estágio Supervisionado, desarticulando-a do restante do curso (Art. 12 § 1º). A prática deverá estar presente desde o início do curso e permear toda a formação do professor (Art. 12 § 2º), constituindo os componentes curriculares de formação no interior de todas as áreas ou disciplinas (Art. 12 § 3º).

Ainda com a Resolução, subemos que as práticas deverão ter tempo e espaço curricular específico e promover a articulações interdisciplinares (Art. 13). Articulações estas que devem ser desenvolvidas com ênfase nos procedimentos de observação e reflexão, visando à atuação em situações contextualizadas, com o registro dessas observações realizadas e a resolução de situações-problema (Art. 13 § 1º).

É necessário dizer que a presença da prática profissional na formação do professor, não prescinde da observação e ação direta, podendo ser enriquecida com tecnologias da informação, incluídos o computador e o vídeo, narrativas orais e escritas de professores, produções de alunos, situações-



problemas, simuladores e estudos de casos (Art. 13 § 2º).

Em nossa proposta curricular, a prática como componente curricular deverá contemplar a transposição didática, já que cabe ao licenciando conhecer os conteúdos que serão desenvolvidos, com seus alunos, no Ensino Fundamental e Médio. No entanto, a formação de professores não deverá restringir-se apenas à preparação para a regência, devendo capacitar os futuros profissionais quanto: à participação no projeto educativo da escola, ao relacionamento com alunos e com a comunidade, às discussões sobre as temáticas relacionadas ao sistema educacional e à análise e compreensão de sua atuação.

No que se refere à forma de realização das práticas, de acordo com o Parecer CNE/CP 009/2001, muitas podem ser as ações, desde que se incluam estudos e discussões de temáticas que integrem os conhecimentos linguísticos com as vivências do aluno, o contato com a escola, o conhecimento da estrutura e funcionamento da escola e, os conteúdos desenvolvidos em outras disciplinas, viabilizando a concepção e a execução de práticas pedagógicas para o ensino de Licenciatura em Ciências Biológicas.

Disciplinas que Contemplarão a Prática como Componente Curricular

1o Período					
CÓDIGO	DISCIPLINA	CRÉDITO			CH
	História da Educação	3	1	0	60
	Filosofia da Educação	3	1	0	60
2o Período					
CÓDIGO	DISCIPLINA	CRÉDITO			CH
	Sociologia da Educação	3	1	0	60
	Psicologia da Educação	3	1	0	60
	Biologia Celular	2	2	0	60
3o Período					
CÓDIGO	DISCIPLINA	CRÉDITO			CH
	Legislação e Organização da Educação Básica	3	1	0	60
	Didática	2	2	0	60
4o Período					
CÓDIGO	DISCIPLINA	CRÉDITO			CH
	Avaliação da Aprendizagem	3	1	0	60
	Zoologia de Invertebrados I	2	2	0	60
5º Período					
CÓDIGO	DISCIPLINA	CRÉDITO			CH
	Metodologia do Ensino de Ciências e Biologia	2	2	0	60
	Ética na Educação	3	1	0	60
	Biologia Vegetal II	2	2	0	60



6º Período					
CÓDIGO	DISCIPLINA	CRÉDITO			CH
	Gestão e organização do Trabalho Educativo	3	1	0	60
	Ecologia	2	2	0	60
8o Período					
CÓDIGO	DISCIPLINA	CRÉDITO			CH
	Relações Étno Raciais, Gênero e Diversidade	3	1	0	60
	Educação, Meio Ambiente e Sustentabilidade	2	2	0	60
	Elaboração de Trabalho de Conclusão de Curso I e II	0	4	0	60



5.10 Equivalência Curricular

Aos alunos que ingressarem no Curso de Licenciatura em Licenciatura em Ciências Biológicas oferecido pela UFPI- Campus Professora Cinobelina Elvas será garantido o direito à análise e à adaptação curricular. Quadro de equivalência.

O aluno interessado deverá solicitar junto à instância competente, devendo o Colegiado do Curso analisar e emitir parecer, com base em princípios de equivalência entre as disciplinas do currículo ao qual o aluno pertence e as disciplinas do currículo anterior.

Tabela 1 – Quadro de Equivalência

Nova Grade			Grade PPC - 2006			
CÓDIGO	DISCIPLINA 1	CH	CÓDIGO	DISCIPLINA	CH	Período
	História da Educação	60		História da Educação	60	1
	Filosofia da Educação	60		Filosofia da Educação	60	1
	Matemática	60		Matemática para Ciências Biológicas	60	1
	Química Geral	60		Química Geral para Ciências	60	1
	Metodologia Científica	60		Introdução a Metodologia Científica	60	1
	Seminário de Introdução ao Curso	15		Seminário de Introdução ao Curso	15	1
	Subtotal de Disciplinas	315		Subtotal de Disciplinas	315	
	Subtotal de Estágios	0		Subtotal de Estágios	0	
	Total	315		Total	315	
CÓDIGO	DISCIPLINA 2	CH	CÓDIGO	DISCIPLINA	CH	
	Sociologia da Educação	60		Sociologia da Educação	60	2
	Psicologia da Educação	60		Psicologia da Educação	60	2
	Química Orgânica	60		Fundamentos de Química Orgânica	60	2
	Física	60		Física para Ciências Biológicas	60	2
	Biologia Celular	60		Biologia Celular	60	1
	Subtotal de Disciplinas	300		Subtotal de Disciplinas	300	
	Subtotal de Estágios	0		Subtotal de Estágios	0	
	Total	300		Total	300	
CÓDIGO	DISCIPLINA 3	CH	CÓDIGO	DISCIPLINA	CH	



	Legislação e Organização da Educação Básica	60		Legislação e Organização da Educação Básica	60	3
	Didática	60		Didática Geral	60	3
	Bioquímica	60		Bioquímica para Ciências Biológicas	60	3
	Biofísica	60		Biofísica para Ciências Biológicas	60	3
	Histologia e Embriologia Comparada	60		Histologia Básica e Embriologia Comparada	60/60	4/6
	Subtotal de Disciplinas	300		Subtotal de Disciplinas	360	
	Subtotal de Estágios	0		Subtotal de Estágios	0	
	Total	300		Total	360	
CÓDIGO	DISCIPLINA 4	CH	CÓDIGO	DISCIPLINA	CH	
	Avaliação da Aprendizagem	60		Avaliação da Aprendizagem	60	4
	Biologia das Criptógamas	60		Biologia das Criptógamas	60	3
	Zoologia de Invertebrados I	60		Morfologia e Fisiologia de Invet I	60	3
	Anatomia e Fisiologia Comparada	60		Noções de Anat. Humana e Noções de Fis. Humana	60/60	5/7
	Genética	60		Genética Básica	60	4
	Subtotal de Disciplinas	300		Subtotal de Disciplinas	360	
	Subtotal de Estágios	0		Subtotal de Estágios	0	
	Total	300		Total	360	
CÓDIGO	DISCIPLINA 5	CH	CÓDIGO	DISCIPLINA	CH	
	Metodologia do Ensino de Ciências e Biologia	60		Metodologia do Ensino de Ciências e Biologia	60	5
	Biologia Vegetal I	60		Morfologia e anatomia Vegetal	60	4
	Zoologia de Invertebrados II	60		Morfologia e Fisiologia de Invet II	60	4
	Biologia Molecular	60		Biologia Molecular	60	6
	Estágio Supervisionado I	75		Estágio Supervisionado I	75	6
	Ética	60		Introdução a Bioética	60	1
	Subtotal de Disciplinas	300		Subtotal de Disciplinas	375	
	Subtotal de Estágios	75		Subtotal de Estágios	0	



	Total	375		Total	375	
CÓDIGO	DISCIPLINA 6	CH	CÓDIGO	DISCIPLINA	CH	
	Libras	60		Libras	60	7
	Biologia Vegetal II	60		Sistemática de Fanerógamas	60	5
	Zoologia de Vertebrados I	60		Morfologia e Fisiologia de Vertebrados I	60	5
	Microbiologia	60		Microbiologia	60	5
	Estatística	60		Bioestatística	60	7
	Estágio Supervisionado II	90		Estágio Supervisionado II	90	7
	Subtotal de Disciplinas	300		Subtotal de Disciplinas	300	
	Subtotal de Estágios	90		Subtotal de Estágios	90	
	Total	390		Total	390	
CÓDIGO	DISCIPLINA 7	CH	CÓDIGO	DISCIPLINA	CH	
	Geologia e Paleontologia	60		Geociências e Paleontologia	60/60	5/7
	Fisiologia Vegetal	60		Fisiologia Vegetal	60	8
	Zoologia de Vertebrados II	60		Morfologia e Fisiologia de Vertebrados II	60	6
	Ecologia	60		Ecologia	60	6
	Estágio Supervisionado III	120		Estágio Supervisionado III	120	8
	Elaboração de Trabalho de Conclusão de Curso I	30		Elaboração de Monografia	30	-
	Subtotal de Disciplinas	270	Subtotal de Disciplinas	270		
	Subtotal de Estágios	120		Subtotal de Estágios	120	
	Total	390		Total	390	
CÓDIGO	DISCIPLINA 8	CH	CÓDIGO	DISCIPLINA	CH	
	Relações Etno Raciais, Gênero e Diversidade	60		Nenhuma	60	-
	Educação, Meio Ambiente e Sustentabilidade	60		Tópicos Especiais de Educação ambiental	60	8
	Sistemática Filogenética	60		Princípios de Sist. Filogenética Sist. Animal	60	2/7
	Evolução	60		Evolução	60	6
	Estágio Supervisionado IV	120		Estágio Supervisionado IV	120	9
	Elaboração de Trabalho de Conclusão de Curso II	30		Elaboração de Monografia	30	9



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO PROF^a CINOBELINA ELVAS
Rodovia Municipal Bom Jesus – Viana km 01, Planalto Horizonte - 64900-000 – Bom Jesus – PI.
Homepage: www.ufpi.br



	Subtotal de Disciplinas	270		Subtotal de Disciplinas	270	
	Subtotal de Estágios	120		Subtotal de Estágios	120	
	Total	390		Total	390	



5.11 O Estágio Supervisionado Obrigatório

O estágio curricular supervisionado, definido por Lei, deve ser realizado na escola de Educação Básica, mais propriamente, nas que desenvolvam atividades de Ensino Fundamental e Ensino Médio, respeitando-se o regime de colaboração entre os sistemas de ensino, tal qual expresso no Art. 211 da Constituição Federal.

Consoante o Art.13, § 3º, da Resolução CNE/CP 1, de 18 de fevereiro de 2002, o estágio supervisionado deve ser desenvolvido a partir do início da segunda metade do curso e ser avaliado conjuntamente pela escola formadora e a escola campo de estágio.

A prática como estágio supervisionado e componente curricular coloca-se como condição para o exercício da docência, já que oportuniza a vivência *in loco* e o conhecimento de situações reais das mais variadas unidades escolares dos sistemas de ensino, supondo uma relação pedagógica entre um profissional já reconhecido em um ambiente institucional e um aluno estagiário.

Sobre isso, é importante ressaltar que o estágio curricular supervisionado é o momento de efetivar, sob a supervisão de um profissional experiente, um processo de ensino-aprendizagem que, tornar-se-á concreto e autônomo quando da formação deste estagiário.

A operacionalização do Estágio Curricular Supervisionado, toma, ainda, como base a Resolução CNE/CP 2, de 19 de fevereiro de 2002, que aponta para a necessidade de que a carga horária dedicada a essa atividade não seja inferior a 400 (quatrocentas) horas. Em nossa proposta, atentando para a indispensabilidade de adequação ao sistema de computo de horas-atividades da Universidade, subdividimos a carga horária total em quatro etapas, totalizando 405 (quatrocentas e cinco horas), a saber: Estágio Supervisionado I, com 75 (setenta e cinco) horas, Estágio Supervisionado II, com 90 (noventa) horas, Estágio Supervisionado III, com 120 (cento e vinte horas), e, Estágio Supervisionado IV, com 120 (cento e vinte horas).

O Estágio Curricular Supervisionado será regulamentado, também, por Resolução própria do Colegiado do Curso.

5.12 As atividades complementares

De acordo com a Resolução CNE/CP 2, de 19 de fevereiro de 2002, as atividades complementares fazem parte da necessidade de articulação entre a teoria e a prática, e, entre a pesquisa básica e a aplicada. Estas atividades incluem um conjunto de vivências acadêmicas previstas pela IES para a integralização do curso. Como atividades acadêmicas consideram-se aquelas relevantes para que o



estudante adquira, durante a integralização curricular, o saber e as habilidades necessárias à sua formação e que contemplem processos avaliativos.

Ainda segundo o Parecer supracitado, são consideradas atividades integrantes da formação do aluno de Licenciatura em Ciências Biológicas, além das disciplinas e do estágio supervisionado, seminários, participação em eventos, discussões temáticas, elaboração de projetos de pesquisa, monitorias, além de outras atividades acadêmicas a juízo do Colegiado do Curso. Estas poderão ocorrer em qualquer etapa do curso desde que seus objetivos sejam claramente explicitados.

Assim, de acordo com a Resolução CNE/CP 2, de 19 de fevereiro de 2002, além da carga horária em disciplinas obrigatórias, optativas e de estágio supervisionado, o aluno deverá cumprir, no mínimo, 200 (duzentas) horas em Atividades Complementares de natureza acadêmico-científico-culturais. Vale lembrar, no entanto, que, como a política de computo de horas-atividade na UFPI é feita pelo sistema de créditos, cada qual equivalente a 15 horas, far-se-á necessário o cumprimento de 14 créditos, totalizando 210 horas de Atividades Complementares

A UFPI, visando organizar a realização e o computo dessas atividades, em consonância com o disposto no Inciso V, do Artigo 53, da Lei Nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, aprovou, por meio do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, a Resolução 150/06 (ANEXO I), que dispõe sobre as Atividades Científico-Acadêmico-Culturais (Atividades complementares) em seus cursos de Graduação.

Além disso, é importante considerar que para a participação dos alunos nas atividades complementares, deverão ser observados os seguintes critérios:

- I – Serem realizadas a partir do primeiro semestre;
- II – Serem compatíveis com o Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas;
- III – Serem compatíveis com o período cursado pelo aluno ou o nível de conhecimento requerido para a aprendizagem;
- IV – Serem realizadas durante a realização do Curso e/ ou no período letivo, em horário diferenciado das aulas, bem como no período de matrícula institucional;
- V – Serem integralizadas até o período anterior ao período de conclusão do curso.

O Calendário Universitário estipulará período para solicitação de integralização de Atividades Complementares de Graduação junto à coordenação do curso, até 60 (sessenta) dias antes do prazo para a colação de grau do aluno. O Calendário Universitário estipulará período para solicitação de registro de Atividades Complementares de Graduação junto às Coordenações de Curso, a cada período letivo.

A Coordenação do Curso avaliará o desempenho do aluno nas Atividades Complementares de Graduação, emitindo conceito satisfatório ou insatisfatório estipulando a carga horária a ser aproveitada conforme APÊNDICE I, e fará registro no sistema acadêmico de acordo com os prazos estipulados no



calendário acadêmico ou encaminhará à Pró-Reitoria de Ensino de Graduação para as providências cabíveis quando o sistema estiver indisponível.

Os casos de alunos ingressos no Curso através de transferência de outra IES e mudança de curso, que já tiverem participado de Atividades Complementares de Graduação, serão avaliados pela Coordenação do Curso, que, poderá computar o total ou apenas parte da carga horária atribuída pela Instituição ou curso de origem.

Os alunos ingressos como portadores de curso superior deverão desenvolver normalmente as atividades complementares requeridas pelo curso de Licenciatura em Ciências Biológicas. Os casos omissos serão resolvidos pelo Colegiado de Curso e encaminhados à Pró-Reitoria de Ensino e Graduação para serem homologados pela Câmara de Ensino de Graduação e Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CEPEX.

5.13 O trabalho de conclusão de curso

Para a obtenção do título de Licenciado em Ciências Biológicas, será exigida a realização do Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, na forma de monografia. Este se constituirá no desenvolvimento de uma monografia que será avaliada em sessão pública por uma comissão examinadora composta por três docentes, sendo o orientador o presidente. Será considerado aprovado o candidato com média igual ou superior a 7,0 (sete), computadas as notas dos membros da comissão examinadora.

O aluno deverá eleger uma linha de pesquisa dentre as propostas pelos professores e escrever seu projeto durante o 8º período do curso, devendo matricular-se na disciplina TCC I. No 9º período, o aluno deverá entregar as versões solicitadas de seu TCC e participar da defesa oral pública de seu trabalho – atividades da disciplina TCC II.

A regulamentação específica para o desenvolvimento do TCC foi proposta, discutida e aprovada pelo Colegiado do Curso, conforme tabela ANEXO III. Ademais, há também normativas que foram estabelecidas para viabilizar a produção equânime de exemplares textuais, que se encontram disponíveis na Secretaria do Curso.



5.14 Quadro de Recursos Humanos

CORPO DOCENTE

1 - Prof^a. MSc. Aldina de Figueiredo Cunha

CPF: 112.618.971-53

TITULAÇÃO: Mestre

REGIME DE TRABALHO: Dedicção Exclusiva

EMAIL: aldina@hotmail.com

Matrícula Siape: 1551617

2 - Prof^a. Dra . Adriana Cristina Mancin

CPF: 115.320.818-04

TITULAÇÃO: Doutor

REGIME DE TRABALHO: Dedicção Exclusiva

EMAIL: acmancin@ufpi.br

Matrícula Siape: 1577991

3- Prof^o. Dr. Alexandre Antônio Alonso.

CPF: 249.341.078-51

TITULAÇÃO: Doutor

REGIME DE TRABALHO: Dedicção Exclusiva

EMAIL: alonsoalx@yahoo.com.br

Matrícula Siape: 1550243

4 - Prof^a. Esp. Ana Alice Salmito Noletto

CPF: 825.459.873-87

TITULAÇÃO: Especialista

REGIME DE TRABALHO: Dedicção Exclusiva

EMAIL: salmitonoleto@yahoo.com.br / alic-eno@hotmail.com

Matrícula Siape: 2330858

5 - Prof^a. Msc. Daniel Pires Coutinho

CPF: 82575754372

TITULAÇÃO: Mestre

REGIME DE TRABALHO: Dedicção Exclusiva

EMAIL: dpcoutinho@ufpi.edu.br

Matrícula Siape: 257342-9

6 - Prof^a. Dra. Elifábia Neves de Lima

CPF: 034.070.334-27

TITULAÇÃO: Doutor

REGIME DE TRABALHO: Dedicção Exclusiva

EMAIL: elifabialima@ufpi.edu.br

Matrícula Siape: 1675967

7 - Prof^o. MSc. Ernani Machado de Freitas Lins Neto



CPF: 041.398.944-58
TITULAÇÃO: Mestre
REGIME DE TRABALHO: Dedicção Exclusiva
EMAIL: ernanifreitaslins@gmail.com
Matrícula Siape: 1773905
Matrícula UFPI: 6173-1

8 - Prof^o. Dr. Fabio Barros Britto

CPF: 259.550.848-27
TITULAÇÃO: Doutor
REGIME DE TRABALHO: Dedicção Exclusiva
EMAIL: fbbritto@ufpi.edu.br
Matrícula Siape: 1737174
Matrícula UFPI: 6075-1

9 - Prof^o. MSc. Francisco Cleiton Rocha

CPF: 687.321.043-91
TITULAÇÃO: Mestre
REGIME DE TRABALHO: Dedicção Exclusiva
EMAIL: biofcr@yahoo.com.br
Matricula Siape: 1789485
Matricula UFPI: 6278-5

10 - Prof^a. MSc. Francineide Firmino

CPF: 231.522.653-87
TITULAÇÃO: Mestre
REGIME DE TRABALHO: Dedicção Exclusiva
EMAIL: francineidefirmino@yahoo.com.br
Matrícula Siape: 1789277
Matricula UFPI: 6271-1

11 - Prof^o. MSc. Francisco José de Paula Filho

CPF: 468.564.393-34
TITULAÇÃO: Mestre
REGIME DE TRABALHO: Dedicção Exclusiva
EMAIL: franciscojose@ufpi.br ou fjpaulafilho@hotmail.com
Matrícula Siape: 1513585

12 - Prof^o. MSc. Francisco Rodolfo Júnior

CPF: 041.919.414-29
TITULAÇÃO: Mestre
REGIME DE TRABALHO: Dedicção Exclusiva
EMAIL: rodolfo@ufpi.edu.br
Matrícula Siape: 11549460

13 - Prof^o. MSc. José Eduardo Sampaio Borges

CPF:
TITULAÇÃO: Mestre
REGIME DE TRABALHO: Dedicção Exclusiva
EMAIL: dudusampaiborges@hotmail.com



Matrícula Siape: 3373828

14 - Prof^o. MSc. Gercinaldo de Moura Medeiros

CPF: 404.974.375-20

TITULAÇÃO: Mestre

REGIME DE TRABALHO: Dedicção Exclusiva

EMAIL: gercinaldomoura@yahoo.com.br

Matrícula Siape: 1742922

Matrícula UFPI: 6096-9

15 - Prof^o. MSc. Heliques Mesquita Frazão

CPF: 041.919.414-29

TITULAÇÃO: Mestre

REGIME DE TRABALHO: Dedicção Exclusiva

EMAIL: heliques@gmail.com

Matrícula Siape: 1808146

Matrícula UFPI: 6376-5

16 - Prof^o. Dr. João Sammy Nery de Souza

CPF: 616.695.983-49

TITULAÇÃO: Doutor

REGIME DE TRABALHO: Dedicção Exclusiva

EMAIL: sammynery@yahoo.com.br

Matrícula Siape: 1731422

17 - Prof^a. Dra. Josy Antevéli Osajima

CPF: 005.910.789-88

TITULAÇÃO: Doutora

REGIME DE TRABALHO: Dedicção Exclusiva

EMAIL: josy_osajima@yahoo.com.br

Matrícula Siape: 1722880

18 - Prof^a. MSc. Joxleide Mendes da Costa

CPF: 793.379.613-34

TITULAÇÃO: Mestre

REGIME DE TRABALHO: Dedicção Exclusiva

EMAIL: joxleide@ufpi.edu.br ou joxleide@yahoo.com.br

Matrícula Siape: 1569067

19 - Prof^o. Dr. Júlio Marcelino Monteiro

CPF: 818.752.584-34

TITULAÇÃO: Doutor

REGIME DE TRABALHO: Dedicção Exclusiva

EMAIL: juliommonteiro@yahoo.com.br

Matrícula Siape: 1638554

20 - Prof^a. MSc. Kelly Cristine Rodrigues de Moura

CPF: 504.141.513-72

TITULAÇÃO: Mestre

REGIME DE TRABALHO: Dedicção Exclusiva



EMAIL: kellycristine@ufpi.br

Matrícula Siape: 2339190

21 - Prof^o. MSc. Leomá Albuquerque Matos

CPF: 672.276.003-00

TITULAÇÃO: Mestre

REGIME DE TRABALHO: Dedicção Exclusiva

EMAIL: leomatos@ufpi.edu.br

Matrícula Siape: 1731064

Matrícula UFPI: 6159-7

22 - Prof^a. Dra. Luciana Barboza Silva

CPF: 901.174.921-91

TITULAÇÃO: Doutora

REGIME DE TRABALHO: Dedicção Exclusiva

EMAIL: lubarbosabio@hotmail.com

Matrícula Siape: 1494668

Matrícula UFPI: 6158-5

23 - Prof^o. MSc. Manoel Lopes da Silva Filho

CPF: 218.018.353-49

TITULAÇÃO: Mestre

REGIME DE TRABALHO: Dedicção Exclusiva

EMAIL: manoellopes@ufpi.br / manoellopes@ufpi.edu.br

Matrícula Siape: 2364874

24 - Prof^o. MSc. Maraisa Lopes

CPF: 325.809.178-10

TITULAÇÃO: Doutora

REGIME DE TRABALHO: Dedicção Exclusiva

EMAIL: maraisa_lopes@uol.com.br

Matrícula Siape: 1790769

Matrícula UFPI: 6288-8

25 - Prof^o. MSc. Marcelo Sousa Lopes

CPF: 434.605.423-49

TITULAÇÃO: Mestre

REGIME DE TRABALHO: Dedicção Exclusiva

EMAIL: marcelosl@ufpi.br ou marcelofortal@yahoo.com.br

Matrícula Siape: 1425491

26 - Prof^o. Dr. Marcio Cleto Soares de Moura

CPF: 881.134.933-87

TITULAÇÃO: Doutor

REGIME DE TRABALHO: Dedicção Exclusiva

EMAIL: marcio@ufpi.br ou marcio21@click21.com.br

Matrícula Siape: 2364658

27 - Prof^o. Dr. Robson de Sousa Nascimento

CPF: 853.528.534-20



TITULAÇÃO: Doutor
REGIME DE TRABALHO: Dedicação Exclusiva
EMAIL: robson@ufpi.br
Matrícula Siape: 1554595

28 - Prof^a. Dra. Sandra Regina Lestinge
CPF: 076.007.158-64
TITULAÇÃO: Doutora
REGIME DE TRABALHO: Dedicação Exclusiva
EMAIL: sandrdocerrado@gmail.com
Matrícula Siape: 1574153



CORPO DOCENTE COLABORADOR (EFETIVO)

Prof^a. Dra. Adriana Miranda de Santana Araújo

CPF: 772.573.593-34

TITULAÇÃO: Doutora

REGIME DE TRABALHO: Dedicção Exclusiva

EMAIL: adrianamsarauco@gmail.com

Matrícula Siape: 1741169

Matrícula UFPI: 6093-3

Prof^o. MSc. Alécio Matos Pereira

CPF: 882.604.533-04

TITULAÇÃO: Mestre (Doutorando)

REGIME DE TRABALHO: Dedicção Exclusiva

EMAIL: aleciomatos@yahoo.com.br

Matrícula Siape: 1749489

Matrícula UFPI: 6107-8

Prof^o. MSc. Bruno Leandro Maranhão Diniz

CPF: 617.952.323-15

TITULAÇÃO: Mestre (Doutorando)

REGIME DE TRABALHO: Dedicção Exclusiva

EMAIL: brunoleandrodiniz@hotmail.com

Matrícula Siape: 2657497

Prof^a. Dr. Fabiano André Petter

CPF:

TITULAÇÃO: Doutor

REGIME DE TRABALHO: Dedicção Exclusiva

EMAIL:

Matrícula Siape:

Prof^a. MSc. Fernanda Patrícia Gottardi

CPF: 320.126.538-12

TITULAÇÃO: Mestre

REGIME DE TRABALHO: Dedicção Exclusiva

EMAIL: fpgottardi@ufpi.br ou ferpatgot@bol.com.br

Matrícula Siape: 1773208

Matrícula UFPI: 6187-2



6.0 Condições de Implementação

ESTRUTURA PARA A IMPLANTAÇÃO DO CURSO

6.1 – INSTALAÇÕES FÍSICAS:

6.1 – Sala de professores e sala de reuniões:

O Campus Professora Cinobelina Elvas possui disponibilidade de 04 salas com área de 30,22 m² cada uma, para reuniões. Possui também sala de estar de professores (área de 61,62 m²) com mesa para debates, cadeiras e dotada de copa com geladeira, fogão e pia, além de um salão nobre com área de 124,42 m² e capacidade para 120 assentos munido de tela para projeção, data show e computador.

6.2 – Gabinete de trabalho para professores:

O campus possui 34 (trinta e quatro) salas de trabalho (gabinetes) climatizadas para uso docente, as quais são ocupadas atualmente com dois ou três docentes, cada uma com área de 14,82 m². Essas salas possuem ponto de acesso à internet com e sem fio, mesas, cadeiras e armários individuais. Em 12 delas há disponibilidade, adquiridos com recursos da própria instituição, de computadores para uso dos professores, o que será incrementado pela disponibilidade de vinte novos computadores já presentes no *Campus*.

6.3 – Salas de aula:

Campus conta com 33 salas de aula, com área de 61,62 m² cada uma, todas climatizadas, com capacidade para 60 alunos. As salas possuem quadros de acrílico, portas contendo visor de vidro para observação, mesa de apoio e lixeira.

6.4 – Acesso dos alunos aos equipamentos de informática:

Laboratório de Informática contendo 14 (quatorze) computadores distribuídos em duas salas com área de 30,22 m² cada uma, disponíveis aos alunos, todas com acesso à internet sem fio via satélite. O setor também conta com uma sala de aula (área de 30,22 m²) equipada com 13 computadores e acesso à internet. O setor possui também sala de administração e ambiente para controle de uso e acesso.

6.5 – Livros da bibliografia básica:

A biblioteca setorial climatizada do CPCE possui área física total de 498,81 m² distribuídos em salas de acervo, leitura, pesquisa individual, estudo em grupo (2), administração, catalogação, apoio, restauração e depósito e conta atualmente com um acervo de 3.815 exemplares e 546 títulos distribuídos nas áreas agrária, química, matemática e biológica. É pertinente destacar que o acervo dessa biblioteca está sendo significativamente melhorado através da aquisição de mais 427 novos títulos correspondendo 1.010 exemplares, já empenhados apenas aguardando entrega. Todos os serviços são informatizados pelo Sistema SAB, oferecendo as opções de pesquisa *on-line*, empréstimo domiciliar para alunos, professores e funcionários da UFPI, reserva e renovação de publicações *on-line* via Internet e terminal de auto-atendimento, além do acesso ao Portal de Periódicos da CAPES.

6.6. – Livros da bibliografia complementar:



6.7 – Periódicos especializados, indexados e correntes:

Os computadores com acesso à internet pelo *campus*, inclusive os pessoais e portáteis, possuem acesso ilimitado ao Portal de Periódicos da CAPES. Entretanto foi solicitada à Administração superior a assinatura dos periódicos científicos Revista Brasileira de Biologia, Pesquisa Veterinária Brasileira, Revista Brasileira de Zootecnia, Revista Árvore e Pesquisa Agropecuária Brasileira; das revistas de circulação Veja, Época, Galileu e Exame; e dos jornais circulação estadual Diário do Povo e Meio Norte.

6.8 – Laboratórios especializados:

O Campus Profa. Cinobelina Elvas conta atualmente com 19 (dezenove) laboratórios para atividades didáticas e de pesquisa ou extensão.

Encontram-se atualmente em pleno funcionamento os laboratórios de Química Orgânica, Química Analítica, Informática, Anatomia Humana e Animal, Microscopia, Conservação e Conservação de Germoplasma, Microbiologia de Alimentos, Nutrição Animal, Patologia Clínica Histopatologia Parasitologia Veterinária, Medicina Veterinária e Geologia e Mineralogia. Os laboratórios de Biociências, Análise Físico-Química de Alimentos, Topografia, Botânica e Anatomia Vegetal, Zoologia e Entomologia, Fitopatologia, Sementes e Qualidade da Madeira encontram-se em fase de instalação, embora a estrutura física já se encontre finalizada e os equipamentos básicos já se encontram em funcionamento ou em fase de aquisição (Pregão N° 117/209).

Há ainda o Centro de Análises de Solo, Planta, Corretivos e Fertilizantes, cuja estrutura física já está finalizada e os respectivos equipamentos, reagentes e vidrarias com processo de aquisição já finalizado (Pregão N° 116/2009), apenas aguardando entrega para início dos trabalhos.

6.9 – infra-estrutura e serviços dos laboratórios especializados:

Os laboratórios especializados do *campus* prestam serviços de ensino, pesquisa e extensão, e em alguns casos também prestarão serviços à sociedade piauiense. Nesse sentido destacam-se os laboratórios de Medicina Veterinária no atendimento aos animais da comunidade, nutrição animal a partir de análises de qualidade de ração e componentes orgânicos bem como o Centro de Análises de Solo, Planta, Corretivos e Fertilizantes. Esse último objetiva a prestação de serviços às empresas ligadas ao setor agrário, produtores rurais e comunidade acadêmico-científica da região meio-norte do Brasil, principalmente na porção sul dos Estados do Maranhão e Piauí. A prestação de serviços se dará na forma de análises físicas do solo, fertilidade envolvendo macro e micronutrientes, tecido vegetal, matéria orgânica, substratos, metais pesados e qualidade de água, adubos e corretivos.

6.9.1 – Laboratório de Informática

Nº DE ORDEM	DENOMINAÇÃO	QUANTIDADE
01	Microcomputadores monitores de vídeo-VGA color	20
02	Estabilizadores de voltagem	20
03	Impressora jato de tinta	04
04	Cabos e conectores	Nº necessário
05	Cadeira giratória sem braço	20
06	Tela de projeção	01
07	Quadro de acrílico	01



6.9.2 – Laboratório de Química e Bioquímica

Estrutura Física

N ^o DE ORDEM	DENOMINAÇÃO	QUANTIDADE
01	Laboratório de Química – Aula prática	-
02	Sala de preparação de material prático com exaustor	01

6.9.3 – Laboratório de Biologia Celular e Molecular

Estrutura Física

N ^o DE ORDEM	DENOMINAÇÃO	QUANTIDADE
01	Laboratório de Biologia – Aula prática	-
02	Sala de preparação de material prático com exaustor	01
03	Bancada para microscópio	14
04	Capela com exaustor	01

6.9.4 – Laboratório de Biofísica e Fisiologia

Estrutura física

N ^o DE ORDEM	DENOMINAÇÃO	QUANTIDADE
01	Bancada de 200x 80 cm	06
02	Mobiliário - estantes para acomodação de equipamentos vidrarias e outros materiais	03
03	Sala de preparo de material	01

6.9.5 – Laboratório de Botânica

Estrutura física

N ^o DE ORDEM	DENOMINAÇÃO	QUANTIDADE
01	Laboratório de Botânica – Aula prática	-
02	Sala de preparação de material prático	01
03	Bancada de granito para microscópio e lupa	14
04	Câmara de germinação	01

6.9.6 – Herbário Didático

Estrutura física

N ^o DE ORDEM	DENOMINAÇÃO	QUANTIDADE
01	SALA 7x 10m	-



02	Bancada de granito dos dois lados da sala para microscópio e lupa	14
----	---	----

6.9.7– Casa de Vegetação

Estrutura física

N ^o DE ORDEM	DENOMINAÇÃO	QUANTIDADE
01	Espaço de 7x 10m	-
02	Estrutura metálica coberta com tela especial com sombreamento	-
03	Bancada de inox ou madeira	-

6.9.8 – Laboratório de Zoologia

Estrutura física

N ^o DE ORDEM	DENOMINAÇÃO	QUANTIDADE
01	Laboratório de zoologia – Aula prática	-
02	Sala de preparação de material prático	01
03	Bancada para microscópio e lupa	14

6.9.9 – Laboratório de Histologia e Embriologia

Estrutura física

N ^o DE ORDEM	DENOMINAÇÃO	QUANTIDADE
01	Laboratório de Histologia e Embriologia	01
02	Sala de preparação de material prático	01
03	Bancada para microscópio	14

6.9.10 – Laboratório de Genética

Estrutura física

N ^o DE ORDEM	DENOMINAÇÃO	QUANTIDADE
01	Laboratório de Genética prática	-
02	Sala de preparação de material prático	01
03	Bancada de granito	14

6.9.11 – Laboratório de Anatomia

Estrutura física

N ^o DE ORDEM	DENOMINAÇÃO	QUANTIDADE
-------------------------	-------------	------------



01	Sala de aula teórica – 50 alunos	01
02	Laboratório de Dissecção – Aula práticas	02
03	Museu/ Ossário	01
04	Sala de professores – 03 professores	01
05	Secretária	01
06	Tanques para cadáveres	03
07	Quadro de acrílico	01

6.9.11 – Laboratório de Ensino de Ciências e Biologia

Laboratório, com amplo espaço comum, contendo mesa de reuniões, com dez daceiras e armário tipo arquivo. Duas salas individuais e bancadas para preparo de material didático para o ensino de ciências e biologia, durante o estágio obrigatório.

6.2 Horário de atendimento

- Segunda a Sexta-feira: 14h às 22h

6.3 Política de aquisição de livros

- A compra de material bibliográfico é efetuada a partir de listagens enviadas por professores, observadas as necessidades mais urgentes, tais como, instalação de novos cursos de graduação, projetos de pesquisa, áreas mais carentes, etc.
 - Os recursos são oriundos de dotação orçamentária e projetos institucionais a nível nacional.
 - As doações de publicação podem ser feitas através de pessoas, empresas ou instituições diretamente a Seção de Intercâmbio e Aquisição.
 - As permutas são efetuadas através de instituições congêneres nacionais e internacionais.
-



7.0 Apêndices

APÊNDICE I

ATIVIDADES COMPLEMENTARES	CH máxima por unidade	QUANTIDADE MÁXIMA
I – Atividades de iniciação à docência e à pesquisa: exercício de monitoria, participação em pesquisa e projetos institucionais, participação no PET/ PIBIC/PIBIT/ICV/PIBID e participação em grupos de estudo/ pesquisa sob supervisão de professores e/ ou alunos dos Cursos de Mestrado e/ ou Doutorado da UFPI;	60	2 atividades
Monitoria	60	2
Projetos de Iniciação Científica (PET, PIBIC, ICV, PIBID)	60	2
Grupos de Pesquisa	30	2
II – Atividades de apresentação e/ou organização de eventos científico: congressos, seminários, conferências, simpósios, palestras, fóruns, semanas acadêmicas (participação e organização);	60h por conjunto	2 eventos
Participação em Eventos Científicos	15	2
Organização de Eventos Científicos	15	2
Participação em Minicurso	15	2
Apresentação Oral de Trabalho	30	2
Apresentação de Pôster	15	2
III – Experiências profissionais e/ou complementares: realização de estágios não obrigatórios cadastrados na Pró-Reitoria de Extensão, realização de estágios em Empresa Júnior / Incubadora de Empresa, participação em projetos sociais governamentais e não governamentais e participação em programas de bolsas da UFPI;	120 por conjunto	1 conjunto
Prática docente em caráter de substituição	60	1
Experiência profissional técnica	60	1
IV – Trabalhos publicados em revistas indexadas, jornais e anais, bem como apresentação de trabalhos em eventos científicos e aprovação ou premiação em concursos;	90 por conjunto	2 conjuntos
Resumo	30	2
Resumo Expandido	45	2
Trabalho Completo	60	2
Premiações	30	2
V – Atividades de extensão: cursos à distância, estudos realizados em programas de extensão e participação em projetos de extensão;	90 por conjunto	2 conjuntos
Participação de curso de extensão	30	2
Ministrante de curso de extensão	30	2
Participação em Projeto de Extensão	30	2
VI – Vivências de gestão: participação em órgãos colegiados da UFPI, participação em comitês ou comissões de trabalhos na	40 por conjunto	2 conjuntos



UFPI, não relacionados a eventos, e participação em entidades estudantis da UFPI como membro de diretoria;		
Atividade Técnico-administrativa	20	2
Diretoria e/ou representação estudantil	20	2
VII – Atividades artístico-culturais e esportivas e produções técnico-científicas: participação em grupos de arte, tais como, teatro, dança, coral, poesia e música e produção ou elaboração de vídeos, <i>softwares</i> , exposições e programas radiofônicos;	90 por conjunto	1 conjunto
Participação em grupos de arte e cultura	30	1
Produção de material artístico-cultural	30	1
Curadoria de eventos artístico-cultural	30	1
VIII – Disciplinas Eletivas	60	2
IX – Estágios não obrigatórios, diferenciado do estágio supervisionado: em instituições públicas ou privadas	90	2
X – Visitas técnicas:	10	3
Carga horária total 210 horas		



8.0 Anexos

ANEXO I

Resolução Nº 150/06

CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

Dispõe sobre as Atividades Científico-Acadêmico-Culturais (Atividades Complementares) nos Cursos de Graduação da UFPI.

O Reitor da Universidade Federal do Piauí e Presidente do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, no uso de suas atribuições, tendo em vista decisão do mesmo Conselho em reunião de 24.08.06 e, considerando:

- o Processo Nº 23111.011700/06-73 e, ainda,
- o que dispõe o Inciso V, do artigo 53 da Lei N.º 9.394, de 20.12.1996;
- as disposições contidas nas Diretrizes Curriculares Nacionais referentes a cada Curso de Graduação/Área de Conhecimento
- as disposições intra-institucionais realizadas pelas Coordenações de Curso de Graduação, nos Colegiados dos Cursos de Graduação e na Pró-Reitoria de Ensino de Graduação por ocasião da reformulação dos Projetos Pedagógicos de cada Curso;
- a necessidade de implementação de estratégias voltadas para a flexibilização curricular,

RESOLVE:

Art. 1º. As Atividades Científico-Acadêmico-Culturais (Atividades Complementares) de Graduação, a serem desenvolvidas durante o período da atual formação, constituem um conjunto de estratégias pedagógico-didática que permitem, no âmbito do currículo, a articulação entre teoria e prática e a complementação, por parte do estudante, dos saberes e habilidades necessárias a sua formação.

Parágrafo Único. Podem ser consideradas atividades complementares:

I Atividades de iniciação à docência e à pesquisa: exercício de monitoria, participação em pesquisa e projetos institucionais, participação em grupos de estudo/pesquisa sob supervisão de professores e/ou alunos dos Cursos de Mestrado e/ou Doutorado da UFPI;

II Atividades de apresentação e/ou organização de eventos gerais: congressos, seminários, conferências, palestras, fóruns, semanas acadêmicas (participação e organização);

III Experiências profissionais e/ou complementares: realização de estágios não obrigatórios cadastrados na Pró-Reitoria de Extensão, realização de estágios em Empresa Júnior/Incubadora de Empresas, participação em projetos sociais governamentais e não governamentais e participação em programas de



bolsa da UFPI;

IV Trabalhos publicados em revistas indexadas, jornais e anais, bem como apresentação de trabalhos em eventos científicos e aprovação ou premiação em concursos;

V Atividades de extensão: cursos à distância, estudos realizados em programas de extensão e participação em projetos de extensão;

VI Vivências de gestão: participação em órgãos colegiados da UFPI, participação em comitês ou comissões de trabalho na UFPI, não relacionados a eventos, e participação em entidades estudantis da UFPI como membro de diretoria;

VII Atividades artístico-culturais e esportivas e produções técnico-científicas: participação em grupos de arte, tais como, teatro, dança, coral, poesia, música e produção ou elaboração de vídeos, *softwares*, exposições e programas radiofônicos;

Art. 2º. As Coordenações de Cursos de Graduação serão responsáveis pela implementação, acompanhamento e avaliação das Atividades Complementares de Graduação.

§ 1º. As Coordenações de Cursos de Graduação da UFPI estipularão a carga horária atinente às Atividades Complementares de Graduação, que integralizarão seus currículos, até o percentual de 10% (dez por cento) de sua carga horária total, tendo como patamar mínimo 120 (cento e vinte) horas.

§ 2º. As Coordenações de Cursos efetuarão o registro, o acompanhamento e a avaliação das Atividades Complementares de Graduação.

§ 3º. A critério das Coordenações de Cursos e, dependendo da natureza das Atividades Complementares de Graduação previstas no parágrafo único, do art. 1º, serão designados professores orientadores.

§ 4º. As Coordenações de Cursos poderão aprovar normatizações específicas, incluindo estratégias pedagógico-didáticas não previstas no parágrafo único, do art. 1º e estipulando carga horária mínima já integralizada ou período já cursado para o aluno iniciar as Atividades Complementares de Graduação.

Art. 3º. O aproveitamento da carga horária poderá observar os seguintes critérios:

I Atividades de iniciação à docência e à pesquisa: até 60 (sessenta) horas cada atividade;

II Atividades de participação e/ou organização de eventos: até 60 (sessenta) horas para o conjunto de atividades;

III Experiências profissionais e/ou complementares: até 120 (cento e vinte) horas para o conjunto de atividades;

IV Trabalhos publicados: até 90 (noventa) horas para o conjunto de atividades;

V Trabalhos de extensão: até 90 (noventa) horas para o conjunto de atividades;

VI Vivências de gestão: até 40 (quarenta) horas para o conjunto de atividades;

VII Atividades artístico-culturais, esportivas e produções técnico-científicas: até 90 (noventa) horas para



o conjunto de atividades;

VIII Disciplina eletiva ofertada por outro Curso desta Instituição ou por outras Instituições de Educação Superior: até 60 (sessenta) horas para o conjunto de atividades;

IX - Estágio não obrigatório, diferenciado do estágio supervisionado: até 90 (noventa) horas para o conjunto de atividades; e

X Visitas técnicas: até 10 (dez) horas para o conjunto de atividades.

Art. 4º. O aproveitamento das atividades complementares poderá estabelecer as seguintes exigências:

I Atividades de iniciação à docência e à pesquisa: relatório do professor orientador e declarações dos órgãos/unidades competentes;

II Atividades de participação e/ou organização de eventos: certificado de participação, apresentação de relatórios e declarações dos órgãos/unidades competentes;

III Experiências profissionais competentes: Termo de Compromisso da Pró-Reitoria de Extensão, atestados de participação e apresentação de relatórios técnicos;

IV Publicações: cópias dos artigos publicados e outros documentos comprobatórios;

V Atividades de extensão: atestados ou certificados de participação, e apresentação de relatórios e projetos registrados na Pró-Reitoria de Extensão;

VI Vivências de gestão: atas de reuniões das quais o aluno participou, declaração do órgão/unidade competente, outros atestados de participação e apresentação de relatórios;

VII Atividades artístico-culturais e esportistas e produções técnicas-científicas: atestados de participação, apresentação de relatórios e trabalhos produzidos;

VIII Disciplina eletiva ofertada por outro curso desta Instituição ou por outras Instituições de Educação Superior: apresentação de documento oficial e comprobatório;

IX Estágio não obrigatório, diferenciado do estágio supervisionado: apresentação de documento comprobatório, avaliação do estágio e relatório de estágio; e

X Visitas técnicas: declaração do responsável/professor acompanhante da visita.

Art. 5º. Para a participação dos alunos nas atividades complementares, deverão ser observados os seguintes critérios que poderão ser complementados pelas normatizações internas previstas no § 4º do art. 2º, desta Resolução, cujas atividades devem ser:

I Realizadas a partir do primeiro semestre;

II Compatíveis com o Projeto Pedagógico do Curso;

III Compatíveis com o período cursado pelo aluno ou nível de conhecimento requerido para a aprendizagem;

IV Realizadas durante a realização do Curso e/ou no período letivo, em horário diferenciado das aulas,



bem como no período de matrícula institucional; e

V Integralizadas até o período anterior de conclusão do curso.

§ 1º. O Calendário Universitário estipulará período para a solicitação de integralização de Atividades Complementares de Graduação junto às Coordenações de Curso, até 60 (sessenta) dias antes do prazo para a colação de grau do aluno.

§ 2º. O Calendário Universitário estipulará período para solicitação de registro de Atividades Complementares de Graduação junto às Coordenações de Curso, cada período letivo.

§ 3º. As Coordenações de Cursos avaliarão o desempenho do aluno nas Atividades Complementares de Graduação, emitindo conceito satisfatório ou insatisfatório e estipulando a carga horária a ser aproveitado, e encaminhará à Pró-Reitoria de Ensino de Graduação para as providências cabíveis.

§ 4º. Os casos de alunos ingressos no Curso através de transferência de outra IES e mudança de curso, que já tiverem participado de Atividades Complementares de Graduação, serão avaliados pelas Coordenações de Cursos, que poderão computar total ou parte da carga horária atribuída pela Instituição ou curso de origem, em conformidade com as disposições desta Resolução e de suas normatizações internas.

§ 5º. Os alunos ingressos através de admissão de graduado deverão desenvolver normalmente as Atividades Complementares requeridas por seu atual curso.

§ 6º. Os casos omissos serão resolvidos pelas Coordenações de Cursos e homologados pela Câmara de Ensino de Graduação e pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão CEPEX/UFPI.

Art. 6º. A presente Resolução entra em vigor na data de sua aprovação, revogadas as disposições em contrário.

Teresina, 08 de setembro de 2006.

Prof. Dr. Luiz de Sousa Santos Júnior

Reitor



ANEXO II

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ – UFPI

Gabinete do Reitor

Resolução nº 043/95

CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO – CEPEX

Regulamenta a verificação do rendimento escolar nos cursos de graduação da Universidade Federal do Piauí.

O Reitor da universidade Federal do Piauí e Presidente do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, no uso de suas atribuições, tendo em vista a decisão do mesmo Conselho em reunião de 05.05.95 e considerando:

*o resultado dos estudos realizados sobre o Sistema de Verificação do Rendimento Escolar regulamentado através da Resolução nº 003/94-CEPEX,

Resolve:

Art. 1º - A avaliação do rendimento escolar será feita por período letivo, em cada disciplina, através de verificação do aproveitamento e da assiduidade as atividades didáticas.

Art. 2º - A assiduidade será aferida através da frequência às atividades didáticas programadas para o período letivo.

Parágrafo Único: Não haverá abono de faltas, ressalvados os casos previstos em legislação específica.

Art. 3º - O aproveitamento escolar será avaliado através de acompanhamento contínuo do desempenho do aluno e, especialmente, dos resultados obtidos em verificações parciais e exame final.

§1º - O exame final constará de prova, abrangendo o conjunto do conteúdo programático da disciplina, devendo ser realizado no mínimo 05 (cinco) dias após a divulgação do resultado da média das verificações parciais, observando o Calendário Universitário.

§2º - Considera-se prova os testes com questões objetivas e/ou dissertativas e os trabalhos práticos, os quais devem expressar o conjunto da aprendizagem do aluno, durante o período letivo.

Art. 4º - O aluno que não comparecer às verificações parciais, e/ou exame final terá direito a requerer a oportunidade de realizá-lo em segunda chamada.

§1º - O candidato a exame de segunda poderá requerê-lo por si, ou por procurador legalmente constituído, ao(s) professor(s) da disciplina, através do Departamento responsável pela mesma, num prazo de 03 (três) dias úteis, justificando através de documento o motivo da ausência.

§2º - Consideram-se motivos que justificam a ausência do aluno às verificações parciais e/ou exame final:

I. Doenças;



- II. Doença ou óbito de familiares diretos;
- III. Audiência Judicial;
- IV. Militares, policiais e outros profissionais em missão oficial;
- V. Participação em congressos, reuniões oficiais ou eventos culturais representando a Universidade, o Município ou o Estado;
- VI. Outros motivos que, apresentados, possam ser julgados precedentes.

§3º - O professor ou professores da disciplina terão um prazo máximo de dois dias úteis, a partir do reconhecimento do requerimento para julgá-lo e marcar a data de realização da verificação de segunda chamada.

§4º - A realização da verificação de segunda chamada obedecerá o prazo de até 05 (cinco) dias após o deferimento do pedido do aluno, observando o Calendário Universitário.

§5º - A verificação de segunda chamada deverá contemplar o mesmo conteúdo da verificação parcial ou exame final a que o aluno não compareceu.

Art. 5º - Os resultados das avaliações serão expressos por nota obedecendo uma escala de 0(zero) a 10(dez).

Art. 6º - A modalidade, o número e a periodicidade das verificações parciais deverão ser explicitados no Plano de Ensino de acordo com a especificidade da disciplina.

Parágrafo Único O Plano de Ensino da disciplina, contendo no mínimo, ementa, objetivos, conteúdo programático, procedimento de ensino, sistemática de avaliação e bibliografia deverá ser aprovado pela Assembléia Departamental e entregue aos alunos no início de cada período letivo.

Art. 7º - Nos instrumentos destinados às verificações parciais e exame final deverão constar o valor correspondente a cada questão.

Art. 8º - para efeito de registro, o número e verificação parciais deverá ser proporcional à carga horária da disciplina, respeitando o mínimo de:

I 2 (duas), nas disciplinas com carga horária igual ou inferior a 45 (quarenta e cinco) horas;

II 3 (três), nas disciplinas com carga horária de 60 (sessenta) a 75 (setenta e cinco) horas;

III 4 (quatro), nas disciplinas com carga horária superior a 75 (setenta e cinco) horas.

Art. 9º - Será considerado aprovado na disciplina o aluno que:

I obtiver frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária da disciplina e média aritmética igual ou superior a 7 (sete) nas verificações parciais;

II não atendendo ao inciso e submetido ao exame final, obtiver média aritmética igual ou superior a 6 (seis) resultante da média aritmética das verificações parciais e da nota do exame final.

Art. 10 - O aluno que não obtiver, no mínimo, média aritmética 4 (quatro), nas verificações parciais, não



poderá se submeter ao exame final.

Art. 11 - Será considerado reprovado o aluno que se incluir em um dos três itens:

I - obtiver frequência inferior a 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária da disciplina;

II - obtiver média aritmética inferior a 4 (quatro) nas verificações parciais;

III - obtiver média aritmética inferior a 6 (seis), resultante da média aritmética das verificações parciais e da nota do exame final.

Parágrafo Único: Ao aluno reprovado por falta será atribuída a nota 0 (zero).

Art. 12 - A avaliação do rendimento escolar da aluna sobre regime de licença gestante e de alunos com outras enfermidades assegurados na legislação, obedecerão aos critérios estabelecidos nesta Resolução e na legislação específica.

Parágrafo Único: Os Conselhos Departamentais definirão normas disciplinando o atendimento aos casos previstos no caput deste artigo de acordo com as suas especificidades.

Art. 13 - O resultado da avaliação do Trabalho de Conclusão de Curso será registrado em apenas uma nota, obedecendo ao estabelecido no Art. 5º.

§1º - A Coordenação do Curso estabelecerá as normas para a realização do Trabalho de Conclusão de Curso, que serão aprovadas pelo respectivo Colegiado.

§2º - Será considerado aprovado o aluno que obtiver nota igual ou superior a 7 (sete).

Art. 14 - O resultado da avaliação do Estágio Curricular Supervisionado será registrado em apenas um nota, obedecendo ao estabelecido no Art. 5º.

§1º - Será considerado aprovado o aluno que obtiver frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento), do Estágio e nota igual ou superior a 7 (sete).

§2º - A exigência de frequência de 75% (setenta e cinco por cento) não se aplica aos Cursos que possuam legislação específica disciplinando o assunto.

Art. 15 - O aluno terá direito a vistas e ao resultado obtido em cada verificação parcial e exame final.

§1º - O professor deverá divulgar e discutir em sala de aula o resultado das verificações parciais até 10 (dez) dias úteis após sua realização.

§2º - Não procedendo o professor na forma do disposto no parágrafo anterior, o Chefe de Departamento responsável pela disciplina, quando comunicado, deverá tomar as medidas necessárias, para que seja divulgado o resultado no prazo de 5 (cinco) dias.

§3º - O professor que não proceder de conformidade com os parágrafos anteriores (deste artigo) ficará impedido de realizar a próxima verificação parcial ou exame final.

Art. 16 - O resultado das verificações parciais e do exame final deverá ser oficialmente divulgado pelo Departamento responsável pela disciplina, imediatamente após a entrega pelo professor.



Art. 17 - O aluno poderá requerer revisão da correção das verificações parciais e do exame final ao Departamento responsável pela oferta da disciplina, até 2 (dois) dias úteis após a divulgação da nota pelo Departamento.

§1º - O requerimento deverá apresentar os motivos que justificam o pedido de revisão, explicitando os itens e aspectos que devem ser revistos.

§2º - O requerimento será encaminhado ao(s) professor(es) da disciplina devendo a revisão ser realizada no prazo máximo de até 2 (dois) dias úteis a contar da data do recebimento do requerimento pelo(s) professore(s).

§3º - Em caso de impedimento legal do(s) professor(es) da disciplina, o requerimento será encaminhado a uma Comissão de 3 (três) professores da disciplina ou de disciplinas correlatas, designados pelo Chefe de Departamento para proceder à revisão, utilizando os mesmos critérios adotados na primeira correção.

§4º - Os instrumentos de verificações parciais e exame final ficarão sob a guarda do professor até serem esgotados os prazos para revisão, previstos nesta Resolução.

Art. 18 - Após a revisão o resultado será encaminhado ao Chefe de Departamento onde será divulgado, tendo o aluno o prazo de 2 (dois) dias úteis para tomar ciência, sendo-lhe permitido o acesso a verificação parcial ou exame final revisado.

Parágrafo Único Caso a revisão tenha sido realizada apenas pelo professor da disciplina e o aluno discorde do seu resultado, poderá recorrer, no prazo de 2 (dois) dias úteis a partir da ciência a que se refere o caput desse artigo, para o Departamento que, através da chefia, designará uma comissão de 3 (três) docentes para proceder nova revisão, utilizando aos mesmos critérios da primeira correção respeitando o prazo que estabelece o Parágrafo 2º do Art. 17, desta Resolução.

Art. 19 - Esgotados os procedimentos de revisão de que trata esta Resolução, o processo será arquivado no respectivo Departamento.

Art. 20 - Os casos omissos serão analisados pela Pró-reitoria de Ensino, ouvindo o respectivo Colegiado do Curso e apreciado pelo CEPEX.

Art. 21 - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua aprovação, ficando revogada a Resolução nº 003/94-CEPEX.

Teresina, 17 de setembro de 1995

Prof. Charles Carvalho Camilo da Silveira

Reitor



ANEXO III

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ – UFPI CAMPUS PROFESSORA CINOBELINA ELVAS REGULAMENTO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS

BOM JESUS/PI - 2011

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é um componente curricular obrigatório para a conclusão do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas da Universidade Federal do Piauí – Campus Professora Cinobelina Elvas.

Art. 2º - O TCC é um trabalho acadêmico de natureza teórico-prática, que consiste na realização de atividades de pesquisa qualitativa ou quantitativa que fundamentem as experiências próprias do curso, bem como futuras práticas docentes.

Art. 3º - O objeto de estudo do Trabalho de Conclusão de Curso deverá relacionar-se com a área de formação do licenciando, contribuindo para aproximações e reflexões acerca da realidade investigada e sua transposição para a prática docente. (cf. Resolução CNE/CP nº 1/2002)

Art. 4º - Os TCCs serão desenvolvidos individualmente.

CAPÍTULO II

OBJETIVOS

Art. 5º - Dada a natureza do TCC como síntese que articula o conhecimento global do aluno, são seus objetivos:



-
- I – Possibilitar o desenvolvimento de uma postura científica, bem como crítico-reflexiva;
- II – Propiciar uma articulação entre a fundamentação teórico-metodológica vivenciada no decorrer do processo formativo com o contexto pesquisado e as futuras práticas docentes do licenciando;
- III – Promover a formação continuada incentivando a participação em grupos de pesquisa/estudo e o ingresso em cursos de pós-graduação;

CAPÍTULO III

DO DESENVOLVIMENTO DO TCC

Art. 6º - As atividades relativas ao TCC serão, assim, desenvolvidas:

- I – No 1º bloco, os licenciandos serão orientados, pelo professor da disciplina Metodologia Científica, a elaborar um Projeto de Pesquisa e iniciar contatos preliminares com possíveis orientadores;
- II – No 7º bloco, o licenciando deverá apresentar e defender publicamente seu projeto de pesquisa. Será necessário o encaminhamento de: 04 (quatro) cópias à Secretaria do Curso; memorando indicando data, horário e professores constituintes da banca; ficha de aprovação do professor-orientador / termo de compromisso de orientação (Anexo II). O projeto de pesquisa deverá conter:
- a) Dados de identificação (capa e folha de rosto) e sumário;
 - b) Os elementos textuais devem apresentar-se nessa sequência:
 - justificativa, apresentando principalmente, o objeto de estudo, seu envolvimento com a temática, relevância e contribuições da proposta de pesquisa;
 - delimitação e problematização do “objeto de estudo”, contextualizando a temática, refletindo sobre o quadro problemático que a cerca e apresentando as questões de pesquisa que estimulam sua investigação;
 - objetivos geral e específicos;
 - referencial teórico;
 - abordagem metodológica;
 - cronograma de desenvolvimento (incluindo uma previsão do trabalho até o nono bloco);
 - referências;
 - anexos e/ou apêndices (quando necessários);

Parágrafo único – O aceite do orientador da monografia implicará a plena concordância com o Projeto de Pesquisa a ser executado pelo licenciando;



III – No 8º bloco, o licenciando executará a pesquisa planejada sob a supervisão do professor orientador e iniciará o trabalho de composição do TCC;

IV – No 9º bloco, o licenciando deverá concluir o trabalho de elaboração do TCC, bem como apresentar a versão para defesa e preparar-se para a defesa pública (oral) do trabalho;

V – Cada orientador deverá acompanhar a elaboração do TCC; revisar e aprovar suas versões;

Art. 7º - O licenciando deverá entregar 04 (quatro) vias da versão para a defesa do TCC, ao professor orientador, o qual deverá, indicar os nomes dos 03 (três) professores que comporão a banca e o nome de 01 (um) professor suplente, até 10 (dez) dias antes da data estabelecida para a defesa oral. O professor-orientador fará um memorando comunicando a coordenação do curso, comunicando a data e horário da defesa oral e os membros da banca.

Art.8º - Na composição das Bancas Examinadoras poderão participar, como convidados, docentes e pesquisadores de outras Instituições de Ensino Superior (IES) ou de Instituições Públicas e Privadas destinadas à pesquisa técnico-científica.

CAPÍTULO IV

DAS COMPETÊNCIAS

Art. 9º – Compete ao professor-orientador do TCC:

I – Dar anuência, por escrito, ao projeto de pesquisa relativo ao TCC que orientará;

II – Orientar o plano de trabalho do licenciando;

III – Supervisionar o aluno em todas as etapas de desenvolvimento do TCC;

IV – Indicar, juntamente com seus orientandos, os nomes dos professores que comporão a comissão examinadora do TCC;

V – Participar da defesa oral do trabalho final como presidente da banca examinadora;

VI – Contatar o Presidente do Colegiado do Curso de Ciências Biológicas para solucionar possíveis dificuldades, objetivando o bom andamento do trabalho;

Parágrafo primeiro – O orientador do TCC deverá ser portador do título de mestre e/ou doutor e escolhido dentre: a) os professores efetivos da UFPI lotados no CPCE, respeitando-se a temática de



trabalho do docente; e, b) os docentes aposentados da UFPI/CPCE, desde que um termo de compromisso de supervisão durante todas as etapas do TCC seja assinado;

Parágrafo segundo – O número de orientandos por docente será definido respeitando as temáticas e demandas do curso, não podendo ultrapassar o número máximo de 3 alunos matriculados no 9º Bloco.

Art. 10º - Compete ao Colegiado do curso de Ciências Biológicas:

- I – Aprovar o intercâmbio entre instituições e entidades visando à criação de oportunidades para o desenvolvimento do TCC;
- II – Definir, junto aos orientadores, as linhas de pesquisa nas quais serão desenvolvidos TCCs;
- III – Dirimir dificuldades relativas ao desenvolvimento do TCC;
- IV – Aprovar as comissões examinadoras indicadas pelos professores-orientadores;

Art. 11º - Compete ao aluno/orientando:

- I – Escolher o tema/problema seguindo as linhas de pesquisa aprovadas pelo Colegiado do Curso;
- II – Elaborar e executar um plano de trabalho em conjunto com o professor-orientador;
- III – Cumprir as normas e prazos deste regulamento;
- IV – Entregar quatro (04) exemplares do TCC, em versão simples, aprovados pelo professor-orientador à Secretaria do Curso, no prazo estabelecido neste regulamento;
- V – Entregar 05 (cinco) exemplares da versão final do TCC, em capa dura azul, com inscrições gravadas em dourado e, outra via, em versão digital, do texto aprovado pela banca examinadora, até 30 (trinta) dias após sua defesa, à Secretaria do Curso;
- VI – Preparar a versão impressa, bem como a versão digital, obedecendo às normas da ABNT e ao formato estabelecido por este regulamento;
- VII – Cumprir o cronograma de trabalho de acordo com o plano aprovado pelo professor-orientador;
- VIII – Acompanhar o registro dos créditos referentes ao TCC, a ser feito após sua aprovação;

Parágrafo único – Em caso de reprovação, o aluno terá um prazo de até 90 (noventa) dias letivos para promover as alterações indicadas pela banca examinadora e submeter-se-á a uma nova defesa pública do TCC;

Art. 12º – Compete ao professor (a) examinador (a):

- I - Avaliar o TCC mediante uma análise do texto escrito;
-



II - Atribuir uma nota de zero (0) a dez (10), seguindo as orientações constantes no Anexo V;

Parágrafo primeiro – Na composição da comissão examinadora, deverá ser observada a titulação mínima de especialista para os professores componentes;

CAPÍTULO V

DA AVALIAÇÃO

Art. 13º – A avaliação do TCC será realizada mediante uma análise do texto escrito e da apresentação oral, por uma comissão examinadora composta por três membros, sendo presidida pelo professor-orientador, devendo seguir o estabelecido neste Regulamento;

Parágrafo único – Para a apresentação pública do TCC, o licenciando deverá ter autorização prévia e escrita do professor-orientador;

Art. 14º – A avaliação final, convertida em nota (mínimo sete), conforme estabelecida na Resolução n. 043/95 – CEPEX, de 17 de maio de 1995 (regulamenta a verificação do rendimento escolar nos cursos de graduação na UFPI) será registrada no diário de classe da disciplina Elaboração de Monografia e na folha de aprovação da monografia (Anexo IV).

Art. 15º – A estrutura e apresentação do TCC deverão seguir os padrões da ABNT NBR 14724 (2005), levando em conta, principalmente:

a) Elementos pré-textuais:

- Capa (obrigatório) - deve conter informações relativas ao nome da instituição, nome do autor/licenciando, título, subtítulo (se houver), local, ano da entrega (Anexo VI);
 - Lombada (opcional)
 - Folha de Rosto (obrigatório) – deve seguir o mesmo padrão proposto para a Capa, adicionando-se o texto contido no Anexo VII, deslocado 04 (quatro) cm da margem esquerda, logo abaixo do título do trabalho;
 - Errata (opcional)
 - Folha de aprovação (obrigatório) - (ver Anexo IV);
-



- Dedicatória(s) (opcional)
- Agradecimento(s) (opcional)
- Epígrafe (opcional)
- Resumo na língua vernácula (obrigatório)
- Resumo em língua estrangeira (obrigatório)
- Lista de ilustrações (opcional)
- Lista de tabelas (opcional)
- Lista de abreviaturas e siglas (opcional)
- Lista de símbolos (opcional)
- Sumário (obrigatório)

b) Elementos textuais:

Introdução – parte inicial do texto em que deve constar a apresentação/delimitação do tema abordado, objetivos da pesquisa e outros elementos necessários para situar o tema da monografia. Pode ser dividida em seções e subseções dependendo da forma de abordagem do tema (Objetivo, Objetivo específico, Justificativa).

Desenvolvimento – construído a partir de referenciais teóricos da literatura especializada, dos dados coletados e dos procedimentos adequados ao(s) objetivo(s) e à pesquisa escolhida. É a parte principal do texto, que contém a exposição ordenada e detalhada do tema. Pode ser dividida em seções e subseções dependendo da forma de abordagem do tema e do método;

Conclusão ou Considerações finais – parte final do texto, na qual se apresentam as conclusões relativas aos(s) objetivos da pesquisa ou hipótese(s). É uma retomada abreviada do itinerário da investigação e conclusões decorrentes, com apresentação de desdobramentos para pesquisas futuras, implicações contextuais e posicionamento crítico frente à própria experiência de investigação.

c) Elementos pós-textuais:

- Referências (obrigatório)
 - Glossário (opcional)
 - Apêndice(s) (opcional)
 - Anexo(s) (opcional)
 - Índice(s) (opcional)
-



Art. 16º – A apresentação pública será organizada pelo Professor da disciplina de Elaboração de Monografia, em conjunto com o Coordenador de Curso e divulgada com, pelo menos, duas semanas de antecedência.

Art.17º – A data para a apresentação pública e a disponibilização dos horários ficará a cargo do professor responsável pela disciplina de Elaboração de Monografia.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 18º – Após a aprovação definitiva do Trabalho de Conclusão de Curso pela Comissão Examinadora, o orientando deverá encaminhar cinco exemplares da versão final do TCC, bem como a versão digital à coordenação do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas do CPCE/UFPI, que por sua vez, fará o encaminhamento dos exemplares: ao aluno, ao professor-orientador, ao arquivo da Coordenação de Curso, à biblioteca deste *campus*, e, à biblioteca central do *campus* de Teresina;

Parágrafo único – A aprovação do aluno e a nota referente à disciplina de Elaboração de Monografia está vinculada à entrega final dos exemplares em capa dura e a versão digital, respeitando o prazo final estabelecido em consonância com o calendário acadêmico;

Art. 19º – Os casos não previstos neste Regulamento serão analisados e resolvidos pelo professor da disciplina de Elaboração de Monografia em conjunto com o Coordenador de Curso e, em última instância, pelo Colegiado de Curso de Ciências Biológicas;

Art. 20º – Este regulamento entra em vigor na data de sua aprovação pelo Colegiado do Curso de Ciências Biológicas.

Art. 21º – Revogam-se as disposições em contrário.

Colegiado do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas,
Bom Jesus (PI), 01 de Abril de 2011.



COORDENAÇÃO DO CURSO

O Perfil do Coordenador

O Coordenador do Curso de Licenciado em Ciências Biológicas deverá ser um profissional vinculado ao Colegiado do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas.

Função do Coordenador

A função do Coordenador é regulamentada pelo Regimento Interno da UFPI, Resolução do N^o. 45/99/CONSUN, artigos 38 e 39, conforme discriminado abaixo:

- I – Promover as medidas necessárias à constituição do Colegiado de Curso, na forma do Regimento Geral da UFPI;
 - II – convocar as reuniões do Colegiado de Curso e exercer sua presidência, cabendo-lhe o direito de voto, inclusive o de qualidade;
 - III – representar o Colegiado junto aos órgãos da Universidade;
 - IV – executar e fazer cumprir as deliberações do Colegiado;
 - V – representar o colegiado no Conselho Departamental;
 - VI – cumprir as determinações dos órgãos superiores do Centro e da Universidade;
 - VII – superintender os trabalhos da Coordenação;
 - VIII – comunicar a diretoria do Centro quaisquer irregularidades e solicitar medidas para corrigi-las;
 - IX – aplicar ou propor pena disciplinar, na forma deste Regimento Geral;
 - X – manter articulação permanente com os departamentos co-responsáveis pelo Curso;
 - XI – propor ao colegiado, alterações do currículo do Curso a serem submetidas ao Conselho Departamental e ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, sucessivamente;
 - XII – acompanhar e avaliar execução curricular;
 - XIII – articular-se com os departamentos na elaboração da oferta de disciplinas para cada período
-



letivo;

XIV – exercer a coordenação da matrícula no âmbito do Curso, em articulação com o órgão central de controle acadêmico;

XV – encaminhar à Diretoria do Centro as resoluções do colegiado que dependam de aprovação superior;

XVI – enviar ao fim de cada período letivo à Diretoria do Centro relatório sobre as atividades da Coordenação e do Colegiado;

XVII – exercer outras atribuições que lhe sejam cometidas por este Regimento Geral e em normas complementares do Conselho de Ensino, pesquisa e Extensão.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ - UFPI
CAMPUS PROFESSORA CINOBELINA ELVAS
LICENCIATURA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO/MONOGRAFIA

ANEXO I

FORMULÁRIO DE SOLICITAÇÃO DE ORIENTADOR

Eu, _____,

Aluno (a) regularmente matriculado no _____ bloco do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas da UFPI, matrícula nº _____, solicito ser orientado (a) no meu Trabalho de Conclusão de Curso/Monografia, _____ pelo(a) professor(a) _____.

TEMA/PROBLEMA: _____

_____.

Bom Jesus (PI), _____ de _____ de 201____.

Assinatura do Licenciando



TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO/MONOGRAFIA

ANEXO II

FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO DO ORIENTANDO NO TCC

(Encaminhamento do projeto de pesquisa)

Licenciando: _____

Matrícula: _____ Bloco: _____ Turno: _____ Ingresso na UFPI: _____

Endereço: _____ Nº _____

Complemento: _____ Bairro: _____

Estado: _____ Fone: _____ Email: _____

Tema/Problema proposto:

Professor-Orientador: _____

Vinculação Institucional: _____

Centro/Departamento: _____

Titulação:

() Mestre(a) em _____

() Doutor(a) em _____

Bom Jesus (PI), _____ de _____ de 201____.

Assinatura do Licenciando



TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO/MONOGRAFIA

ANEXO III

TERMO DE COMPROMISSO DE ORIENTAÇÃO

DECLARO, para os devidos fins, que assumo o compromisso de orientar o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)/Monografia do licenciando _____
_____, matriculado regularmente
no _____ Bloco do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas da UFPI, cujo provável
tema/problema será

Anexos ao presente Termo de Compromisso constam: Projeto de Pesquisa a ser desenvolvido pelo orientando e Formulário de Inscrição do Orientando no TCC.

Para maior clareza e verdade, dato e firmo o presente compromisso de orientação.

Bom Jesus (PI), _____ de _____ de 201____.

Assinatura do Professor Orientador



TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO/MONOGRAFIA
ANEXO IV
MODELO DE FOLHA DE APROVAÇÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ (Opcional)
AUTOR

TÍTULO

Subtítulo

Número de volumes

Monografia submetida à Universidade Federal do Piauí, Campus Professora Cinobelina Elvas, como parte dos requisitos para obtenção do título de Licenciado em Ciências Biológicas.

Aprovada em ___/___/___

Nota _____

Banca Examinadora:

Nome do Professor Examinador (orientador)
(Com titulação do Examinador)

Nome do Professor Examinador
(Com titulação do Examinador)

Nome do Professor Examinador
(Com titulação do Examinador)



ANEXO V
CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DO TCC

I – Produção escrita

CRITÉRIOS	NOTA MÁXIMA	NOTA ATRIBUÍDA
1. Organização e estrutura	2,0	
2. Consistência teórico-metodológica	3,0	
3. Adequação e correção (aspectos gramaticais)	1,5	
4. Clareza e encadeamento de ideias	2,0	
5. Coerência entre o tema proposto e a produção textual	1,5	
TOTAL PARCIAL	10,0	

II – Apresentação oral do TCC

CRITÉRIOS	NOTA MÁXIMA	NOTA ATRIBUÍDA
1. Uso e adequação da linguagem	2,0	
2. Postura didática	1,0	
3. Clareza de expressão	2,0	
4. Domínio do conteúdo	3,0	
5. Segurança e desenvoltura	2,0	
TOTAL PARCIAL	10,0	

III – Resultado Final

Nota 1	Nota 2	Média Final

Observações: _____

Bom Jesus (PI), _____ de _____ de 20 _____

Assinatura do professor(a) examinador(a)



TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO/MONOGRAFIA

ANEXO VI

MODELO DE CAPA

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ (Opcional)
AUTOR

TÍTULO
Subtítulo (se houver)

Número de Volumes (se houver)

Bom Jesus, PI
2011



TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO/MONOGRAFIA

ANEXO VII

MODELO DE FOLHA DE ROSTO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ (Opcional)
AUTOR

TÍTULO
Subtítulo (se houver)

Número de Volumes (se houver)

*Monografia submetida à Universidade
Federal do Piauí, Campus Professora
Cinobelina Elvas, como requisito parcial
para a obtenção do título de Licenciado em
Ciências Biológicas.*

Professor Orientador:

Professor Coorientador: (se houver)

Bom Jesus, PI
2011

